TOMO I

PARTE 4

ARQUIVOS E MEMÓRIA

Comissão da Verdade
do Estado de São Paulo
RUBENS PAIVA

Março

2015

Lugares da Memória, Arqueologia da Repressão e da Resistência e Locais de Tortura

Introdução

Como um dos legados mais atrozes da ditadura brasileira (1964-1985) foi o universo de torturados, mortos e desaparecidos políticos, a referência aos espaços físicos onde as violências foram cometidas sempre integraram as narrativas das vítimas e familiares[1].

Além da identificação dos locais das práticas nefastas, o reconhecimento oficial desses lugares surge juntamente com o funcionamento da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos – CEMDP (Lei nº 9.140 de 1995) e a Comissão de Anistia (Lei nº 10.559/2002), permitindo a identificação não apenas de locais onde se praticavam os crimes, mas também a revelação pública do circuito de horror a que os presos políticos eram submetidos.

A lei que cria a Comissão Nacional da Verdade (CNV) e direciona os trabalhos das Comissões da Verdade estabelece como tarefa investigativa, a identificação das estruturas, dos locais, das instituições e das circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos (art. 3°, III, da Lei 12.528/2011).

Seguindo esse caminho em ofício dirigido ao Ministro da Defesa, a CNV pediu a colaboração para apuração administrativa das violações ocorridas no período compreendido entre as décadas de 1960 e 1980, em instalações pertencentes às Forças Armadas e do desvio de finalidade desses locais. Em resposta o Ministério da Defesa não reconheceu explicitamente que as práticas atrozes aconteciam dentro das instalações oficiais ou em Centros Clandestinos de Detenção (CCD) subsidiados[2].

Durante o trabalho da CNV, foram identificados com base depoimentos de ex-presos políticos dezessete centros clandestinos de tortura além de instalações militares. Desses centros, sete estão documentados por

[1] Texto introdutório, baseado na contribuição de Flávia Piovesan e Inês Virgínia Prado Soares – PIOVESAN, Flávia; SOARES, Inês Virgínia Prado. Contribuição para a Comissão Nacional da Verdade: Recomendações. Sem edição.
[2] Esses locais eram parte integrante da estrutura de inteligência e repressão do regime militar e obedeciam ao comando das Forças Armadas.

depoimentos e documentos oriundos da própria repressão. Esses locais funcionaram em nove estados (Rio de Janeiro, São Paulo, Pará, Minas Gerais, Pernambuco, Goiás, Bahia, Ceará, Sergipe) e no Distrito Federal. No total, soma-se uma relação de aproximadamente 21 CCD listados no Brasil[3].

Esses locais justificam sua proteção pelo valor histórico e político que portam. Outra singularidade é que a materialidade destes espaços – sua relação física com os acontecimentos passados – é um elemento necessário ao dar sentido ao acontecido. Para isso é necessário que se definam políticas e instrumentos que legitimem sua proteção e uso.

Uma das experiências de proteção dos lugares de memória vinculados ao período ditatorial, no Estado de São Paulo, é o Memorial da Resistência de São Paulo (2008), sediado em parte do prédio que abrigou o Departamento Estadual de Ordem Política e Social – Deops/SP pelo período de 1939 a 1943. No edifício, desde 2004 funciona a Estação Pinacoteca, uma unidade da Pinacoteca do Estado. Foi o primeiro centro de detenção, tortura e assassinatos no Brasil a ser tombado (1999) e musealizado (2008) [4], o que não ocorreu sem conflitos e tentativas do governo do Estado de impor políticas de esquecimento, cujas consequências ainda se fazem presentes, como veremos neste capítulo.

Em toda a América Latina existem lugares de memória que foram protegidos. Na Argentina, a Escola Superior de Mecânica da Armada (Esma) é uma referência de local da memória, onde funcionou, entre 1976 e 1983, o Centro Clandestino de Detenção. Em 2004, foi instalado um espaço de promoção da memória política chamado *Espacio Memoria y Derechos Humanos*. Ainda na Argentina o *Parque de la Memoria*, em Buenos Aires, nas margens do rio da Prata, criado no ano de 1998, é um exemplo de criação de um espaço de memória, de lembrança, homenagem e reflexão, e conta com um

---

[3] O relatório preliminar da CNV apresentou a seguinte relação de centros de tortura: Centro de tortura em Olinda, PE; Subsolo do SNI em Recife, Pernambuco; Instalações no Alto da Boa Vista, Rio de Janeiro/RJ; Fazendinha, em Alagoinhas, Bahia; Casa dos Horrores, Fortaleza, Ceará; Fazenda Rodovia Castello Branco/SP; Casa em Goiânia, GO; Colégio Militar, Belo Horizonte, Minas Gerais; Sítio de São João do Meriti, RJ; Sítio entre Belo Horizonte e Ribeirão das Neves, MG; Sítio no Triângulo Mineiro, MG; Sítio em Sergipe, SE; Casa em Recife, PE; e um apartamento em Brasília, DF; sendo que são apresentados em detalhes os seguintes Centros: Casa Azul, Marabá/PA; Casa de São Conrado, no Rio de Janeiro/RJ; Casa de Itapevi, Itapevi/SP; Casa no bairro Ipiranga, São Paulo/SP; Casa do Renascença, Belo Horizonte/MG; Casa de Petrópolis, Petrópolis/RJ e Fazenda 31 de Março, São Paulo/SP.

[4] O Memorial da Resistência é uma das instituições museológicas mais visitadas de São Paulo, no ano de 2014 o Memorial recebeu mais de 77 mil pessoas.

monumento dedicado às vítimas do terrorismo do Estado. Há que ressaltar, ainda, a importância da arqueologia como um valioso instrumento para a revelação da verdade, para a compreensão dos atos violentos ocorridos durante a ditadura, podendo contribuir com a memória dos fatos.

De acordo com Inês Virgínia Prado Soares e Pedro Funari[5], com a arqueologia é possível estudar a materialidade dos locais e os instrumentos utilizados para prática das graves violações de direitos humanos, incluindo provas científicas que contribuam para a reconstrução do cenário do crime, indicação de responsáveis e para a elaboração de uma narrativa que permita a inclusão de outros atores na memória coletiva e, ainda, para a ressignificação de locais.

A institucionalização dos locais da memória servirá para dar maior efetividade ao eixo da memória no campo da justiça de transição. Assim, são indicados aqui os principais locais associados à repressão e à resistência no estado de São Paulo e feitas recomendações para efetividade de sua proteção.

1. Perspectivas teóricas

A memória oficial, de acordo com Soraia Ansara[6] "tem sido um poderoso instrumento de manutenção do imaginário colonialista marcado pelo discurso oficial que tenta levar ao esquecimento determinados eventos políticos". Ainda de acordo com essa autora:

> Existe uma memória que se manifesta como forma de resistência e luta política fortalecendo a participação e a ação política de movimentos sociais contrapondo-se às "políticas de esquecimento" que foram estabelecidas ao longo da ditadura e do período de redemocratização brasileiro, contribuindo para a desconstrução dos padrões de poder impostos pela matriz colonial [7].

As memórias encontram nos objetos materiais uma capacidade de evocação, e esses elementos nos servem de suportes para a memória. De

[5] FUNARI, Pedro; SOARES, Inês Virgínia Prado. Arqueologia da Resistência e Direitos Humanos. Revista EVOCATI, nº 103, 2014.
[6] ANSARA, Soraia. Políticas de Memória X Políticas do Esquecimento: possibilidades de desconstrução da matriz colonial. Psicologia Política, vol. 12, nº 24, 2012, p. 297-311, (p. 297).
[7] Ibid. p. 297.

acordo com Michael Pollak[8] existem lugares da memória, lugares que são particularmente ligados a uma lembrança – que pode ser uma lembrança pessoal, ou uma lembrança que não possui apoio no tempo cronológico – pode haver lugares que são lugares de comemoração – como os monumentos – e que podem servir de base a uma relembrança de um período vivido – vivido de fato ou vivido pelas gerações antecedentes.

Pierre Nora postula a noção de "Lugares de memória" em "*Les Lieux de Mémoire",* publicado no ano de 1984, consolidando o termo. São Lugares carregados de sentidos que ampliam os seus significados e sua existência. Nos dizeres desse autor:

> São lugares com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diferentes. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivo, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio que parece um exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal é serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre[9].

Michael Pollak[10], referindo-se a Maurice Halbwachs[11], enfatiza a importância dos diferentes pontos de referência – como os monumentos e as edificações – para a estruturação da nossa memória e que a inserem na coletividade a qual pertencemos. Nos dizeres de Halbwachs[12] "não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial".

De acordo com Michael Pollak[13], a memória é constituída da lembrança dos acontecimentos, da recordação de pessoas, personagens e lugares. Os acontecimentos podem ser vividos individualmente – ou pelo grupo ou coletividade à qual a pessoa se sente pertencer – ou por acontecimentos de que

---

[8] POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 200-212.
[9] NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, v.10, 1993, p. 7-28, (p. 21-22).
[10] POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
[11] HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.
[12] Idem, p.143.
[13] POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

a pessoa pode não ter participado, mas que, no seu imaginário, tomaram tamanho relevo que é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não.

Esses acontecimentos vividos indiretamente e presentes no imaginário vêm se juntar a todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. Por meio da socialização política e histórica, ocorre um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória "herdada", ou seja, as lembranças sobre acontecimentos podem ser transmitidas ao longo de séculos com altíssimo grau de identificação[14].

A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar, sua complementaridade, mas também suas oposições[15].

Manter um quadro de referências, como as construções, os locais e os vestígios históricos, sobretudo do período da ditadura, nos ajuda a compreender a cultura política no Brasil e seu posterior processo de democratização.

2. Lugares da Memória da repressão e da resistência

Nesta seção estão indicados os principais lugares da memória associados à repressão e à resistência, estruturando-se da seguinte forma: primeiramente os principais aparatos oficiais de repressão, em seguida os principais aparatos clandestinos da repressão, e por fim os locais em que ocorreram episódios e fatos memoráveis. Recebem destaque os Cemitérios e valas clandestinas e locais que homenageiam torturadores e colaboradores da ditadura[16].

Vale a pena mencionar aqui que houve duas audiências na Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva envolvendo a temática de locais da memória e arqueologia da repressão e resistência.

---

[14] POLLAK, op. cit., p. 200-212.
[15] POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
[16] Esta listagem apresenta-se como um indicativo dos principais locais; os demais aparatos estão citados no anexo elaborado pelo Memorial da Resistência de São Paulo no âmbito do Programa Lugares da Memória, e que foi utilizado como base para o estudo deste capítulo do Relatório da Comissão.

A primeira audiência ocorrida em 29 de novembro de 2012 tratou do tombamento do edifício sede do DOI-Codi[17] de São Paulo e seu uso como lugar de memória e teve como proponente Ivan Seixas, presidente do Condepe (Conselho de Defesa da Pessoa Humana) e então coordenador da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva". Na audiência participaram representantes do Grupo de Trabalho Memória e Verdade do Ministério Público Federal e do Núcleo de Preservação da Memória Política, e ex-presos políticos que estiveram no DOI-Codi.

A segunda foi a 144ª audiência pública da CV "Rubens Paiva", intitulada "*Arqueologia da Repressão e da Resistência: sua importância para revelação da verdade sobre as graves violações de direitos humanos na ditadura brasileira*" ocorreu no dia 26 de Setembro de 2014, tendo a presença de Pedro Paulo Funari[18]; Juliana Poloni[19]; Deborah Neves[20]; e Inês Virgínia Prado Soares[21].

3. Principais aparatos oficiais de repressão e as políticas de esquecimento

Dentre os principais aparatos oficiais de repressão presentes no Estado de São Paulo, destacam-se: o (a) Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops/SP), (b) a sede da Operação Bandeirante, que deu origem ao Destacamento de Operações de Informações e do Centro de Operações de Defesa Interna (OBAN – DOI-Codi), localizado à rua Tutoia, onde funciona até hoje o 36º Distrito Policial, o (c) Prédio da Auditoria Militar, o (d) Presídio Tiradentes, do qual, hoje, resta apenas seu pórtico de entrada, localizado na Avenida Tiradentes esquina com a Praça Coronel Fernando Prestes, a (e) Casa

[17] A construção do aparato repressivo está localizada em um terreno que só foi legalizado em 1979, por decreto do então governador Paulo Maluf, em vigor até então, o decreto de autorização de uso foi revogado em 08 de março de 2014. No dia 31 de Março do mesmo ano, ocorreu no local o ato unificado "Ditadura Nunca Mais: 50 anos do Golpe no Brasil" organizado pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva", contando com apoio de mais de uma centena de organizações e entidades ligadas aos direitos humanos. Em 27 de janeiro de 2014 o prédio foi tombado pelo CONDEPHAAT.

[18] Mestre em antropologia social, doutor em arqueologia pela Universidade de São Paulo, livre-docente em história e coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (Nepan) da Unicamp.

[19] Pós-doutoranda do Núcleo de Pesquisas e Estudos Ambientais da Unicamp.

[20] Historiadora da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico da Secretaria Estadual de Cultura/Condephaat, especialista em gestão do patrimônio cultural e mestre em história social pela USP.

[21] Procuradora regional da República e colíder do Grupo de Pesquisa Arqueológica da Resistência da CNPq/Unicamp.

de Detenção de São Paulo (Carandiru) e o (f) Complexo Penitenciário do Estado de São Paulo (Presídio do Hipódromo).

O tombamento do prédio do Deops/SP ocorreu, em 1999, baseado em motivos arquitetônicos, dentro do projeto de "revitalização" da área da Luz:

> [...] O edifício do Antigo Dops foi tombado e homologado em 1999, após ter sido extraído do processo de tombamento de conjunto da Santa Ifigênia e Campos Elíseos, e tombado como edifício isolado. Esse foi o mecanismo encontrado para viabilizar a instalação de uma Universidade de Música no prédio, em que se pretendia obter captação de recursos através de incentivos fiscais previstos em Lei Federal. Assim, ao contrário da expectativa criada, o tombamento do edifício do DEOPS não tem qualquer nexo com a preservação e/ou construção de uma memória para a ditadura; ele se deu a partir das características unicamente arquitetônicas – trata-se de projeto do escritório de Ramos de Azevedo – e a partir da necessidade de "revitalizar" a área através de equipamentos culturais[22].

O tombamento não se fundamentou no direito à memória e à verdade, apesar de ter sido solicitado, originalmente, em 1985 pelo Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, representado pelo ex-preso político Alipio Freire. Nesse espaço, contudo, foi encenada a peça de teatro "*Lembrar é resistir*", escrita por Analy Álvarez e Izaías Almada, que fazia um uso do espaço e dos arquivos da polícia política para encenar os interrogatórios, a tortura no próprio espaço da repressão.

Rebecca Atencio, com razão, comenta que os autores da peça, quiseram transformar os espectadores em testemunhas ao vivo, não apenas do processo de reclamar o prédio, mas também do legado da ditadura[23]. Apesar do enorme sucesso de público (estava prevista para ficar em cartaz uma semana, continuou mais de um ano), Atencio aponta que a peça foi vítima das "*políticas do silêncio*" quando, em dezembro de 2000, autoridades estaduais determinaram o fim da peça, apesar das plateias numerosas.

Tal silêncio tem uma função política: o esquecimento social da repressão e dos crimes de lesa-humanidade. O Deputado Estadual Adriano Diogo, na 144ª

---

[22] NEVES, Deborah Regina Leal. O símbolo de uma história escolhida: o patrimônio cultural e a difícil tarefa de construir a memória da ditadura. Revista Memória em Rede, Pelotas, v. 2, n. 6. Jan./jun. 2012, p. 54.

[23] ATENCIO, Rebecca. Memory's Turn: Reckoning with Dictatorship in Brazil. Madison: The University of Wisconsin, 2014.

audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, relatou que a censura à peça veio do próprio chefe do Executivo estadual:

> Então, eu admiro tremendamente o trabalho do grupo lá da Secretaria de Cultura, do Condephaat, que apesar de estar num organismo do governo do estado, conseguiu fazer o tombamento. Porque eu só queria contar uma coisa pra vocês. Quando o Marcos Mendonça começou a recuperação, numa fase boa ainda, que o prédio não estava restaurado, estava com as características originais, um grupo de teatro começou a encenar a vida dos presos políticos naqueles porões dentro das celas e o governador, era um sábado à tarde, foi lá assistir uma sessão da peça, eu estava lá.
> A hora que acabou a peça ele reuniu o grupo numa sala e falou o seguinte, primeiro, o que é que eu estava fazendo lá toda tarde levando grupos de estudantes e segundo, que ele não queria mais que aquela peça continuasse a ser encenada lá nas celas. E criou o maior constrangimento pro Marcos Mendonça e pra todo o grupo, que era todo mundo da influência. Era Analu Prestes, era o Serra, Serra o ator, marido da Analu, interrompeu o espetáculo, embora tivesse um financiamento da Petrobras, um programa que a Petrobras incentivava. Então eu queria falar isso de público, né?
> Porque pra todos nós que estivemos lá, a Elza, o Ivan, Amelinha saiu, e todas, sem cometer nenhuma injustiça, aquilo, pra nós, é muito. E toda vez que a gente tem que ir lá enfrentar os delegados, como aquele investigador, que contou pra gente, “Não, olha, até a reforma que o Conseg fez aqui, toda sala do delegado tinha uma sala de interrogação e tortura, com os instrumentos de tortura, até muito pouco tempo.”

As autoridades estaduais decidiram integrar o espaço do antigo Deops/SP dentro das políticas de "*revitalização*" da região, Dessa orientação política nasceu o “*Memorial da Liberdade*”, em julho de 2002, outra iniciativa das políticas de esquecimento: um espaço “*higienizado*”, tentando passar a imagem de que a polícia política, local de tortura, desaparecimento e assassinato, era um espaço bonito. O nome - "*da Liberdade*" – também foi contestado pelos militantes e pelos ex-presos políticos, por não se referir às lutas políticas revolucionarias e/ou de resistência à ditadura. Em um gesto criminoso contra a verdade e a memória, foram apagadas inscrições de décadas feitas pelos presos nas paredes. Monteiro Lobato, por exemplo, havia escrito que esteve ali, e ele também acabou sendo vítima das políticas de esquecimento, décadas após sua morte.

No Memorial da Resistência, os guias de exposição divulgam a versão falsa de que os agentes do antigo Deops/SP apagaram as inscrições antes de 1983[24]. A historiadora Deborah Neves, em longa fala na 144ª audiência pública

[24] Rebecca Atencio presumiu que esse comportamento tinha como um de seus objetivos negar as acusações de que os planejadores do Memorial da Liberdade tivessem apagado as inscrições (ATENCIO, op. cit., p. 148), como de fato apagaram.

da CV “Rubens Paiva”, demonstrou que isso não foi verdade, com fotos do prédio antes, durante e depois da reforma, ainda com a presença dos instrumentos de tortura:

> **A SRA. DEBORAH NEVES** – Então, o DEOPS eu tenho um caso de amor e ódio com esse prédio. Eu estudei ele durante o meu mestrado e muitas descobertas aconteceram durante essa pesquisa, né?
> Então a minha principal dúvida, que me motivou a pesquisar ele no mestrado foi “Mas por que é que esse lugar, esse espaço tão importante e único no Brasil, é um espaço que nos conta tão pouco sobre o que aconteceu dentro dele mesmo?”
> E fui investigar pra saber o que tinha acontecido, por que não tinha aquela cara de presídio mais, enfim, os documentos oficiais, claro, nos deixaram muitas lacunas e então a imprensa acabou resolvendo parte desse problema.
> Então tem uma citação aí, de um artigo que foi publicado, esse é no “Estadão”, é que está pequenininho aqui, que foi feita uma visita pelo “Estadão” antes de começar a reforma, em 1997. Então o que ele fala é o seguinte “Que a construção da nova escola”. Ia ser destinada a uma escola de música aquele prédio, então,
> “A construção de uma nova escola não apagará, no entanto, as marcas dos tempos da repressão. Uma parte do prédio do DOPS, as seis celas onde ocorriam as torturas, permanecerá intacta.
> O espaço no andar térreo será transformado em Memorial do Cárcere [*Antes, era esse o primeiro nome que foi dado ao espaço*].
> Depois que for concluída a reforma o espaço será aberto pela primeira vez à visitação pública.
> Mensagens e desenhos gravados nas paredes durante os anos 1970 poderão ser vistos nas celas. Alguns instrumentos de tortura enferrujados, como uma máquina de dar choques, ainda podem ser vistos no local.
> Segundo o secretário da Cultura, Marcos Mendonça, a intenção ao manter as celas intactas é gravar à memória do período mais trágico da história recente do nosso país.” Pode seguir.
> Mais uma fala aqui, inclusive li muito a fala da Elza, eu te li, Elza! [Elza Lobo]
> “Os prisioneiros políticos, Gregório Gomes Silvestre, trabalhador rural, de 56 anos, e Alipio Freire, jornalista, de 53 anos, fizeram questão de retornar ao antigo prédio do DOPS antes do início das obras.
> Silvestre não parecia estar à vontade, mas ficou emocionado ao ver os rabiscos feitos por presos nas paredes da cela 4, em que Freire ficou por três meses".
> [Fala do Freire] “Como o prisioneiro político ficava detido sem mandado judicial, era uma espécie de sequestro. Era importante deixar registrado a passagem pelo lugar.”, explica o jornalista.
> Ou seja, era evidente que existiam ali marcas do passado naquelas celas. Vamos ver o que aconteceu depois das reformas, não é?
> Então, “A Secretaria de Estado da Cultura, concluiu a primeira etapa da reforma do edifício, que abrigará um Centro Cultural e Memorial sobre as atividades do DOPS durante o período repressivo.
> Os cinco andares foram totalmente reformados sem perder as características originais [*Há controvérsias, muitas controvérsias.].*
> A grande atração [*No mesmo jornal hein! Mesmo jornal noticiando isso*.] está no pavimento térreo. As celas que abrigarão exposições sobre o período foram reformadas, mas revelam ao visitante as condições em que eram tratados os presos políticos, que dividiam um

espaço de 3,5 x 5,5m. O mesmo ocorria na área do banho de sol, um retângulo minúsculo coberto por grades.
A ideia era preservar uma das celas, mas as várias utilizações do prédio, que na década de 1980 abrigou a Delegacia do Consumidor, Decon, apagaram escritos deixados pelos presos políticos nas paredes." Pode seguir.
[..]
O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Isso é de quando?
A SRA. DEBORAH NEVES – A notícia é de 2002, essa segunda é de 2002.
O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Por que a reforma começou com o Marcos Mendonça, depois vieram vários secretários, não é?
A SRA. DEBORAH NEVES – É, era a Claudia Costin no final, acho.
O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Ela que deu um banho de loja lá, não foi?
A SRA. DEBORAH NEVES – Foi.
O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT – Entendi.

Nas fotos, ainda se viam inscrições como da Ação Libertadora Nacional (ALN), organização da esquerda clandestina, do fim dos anos 1960 ao início da década de 1970, a que havia pertencido Carlos Marighella. Também havia inscrições, entre outras, de presos originários de outros países da América Latina:

A SRA. DEBORAH NEVES – A ideia... Bom, por último, mais uma citação, só pra gente ter ideia da dimensão.
"A ideia de restaurar o edifício, projetado por Ramos de Azevedo, e dar a ele um uso bem diferente daquele que consagrou a construção, vinha sendo amadurecida.
Em 2000 a fachada foi restaurada. Em 2001 o arquiteto Haron Cohen iniciou a transformação do prédio em museu.
Amanhã à noite, o Governador Geraldo Alckmin entrega a obra pronta.
É lá que o secretário de Cultura, Marcos Mendonça, espera montar o Museu do Imaginário do Povo Brasileiro [*Já não era mais a escola de música.*] até o fim do ano.
A ideia do secretário é usar o espaço para celebrar a liberdade por meio de exposições.
Cohen diz que procurou eliminar lembranças da repressão.
Mendonça, que tem ficha no DOPS, afirma que sempre sonhou em fazer do prédio um espaço de felicidade."
A AUDIÊNCIA – (Risos.)
A SRA. DEBORAH NEVES – Bom, seguindo aqui...
Bom, esse foi um dos meus trabalhos que eu... Coletar essas impressões da imprensa, que foram bastante interessantes, e aí então eu parti pra a questão do "Ok", então a gente tem declarações de presos dizendo que antes tinha, tem a imprensa dizendo que tinha até pianola lá, e de repente o negócio não tinha mais nada. E aí eu fui atrás de encontrar fotografias do local.
Uma colega que trabalhou no Arquivo do Estado disse, "Olha, eu sei que tem fotos lá, porque o prédio ficou sob a responsabilidade do Arquivo do Estado algum tempo, então como era um próprio do Arquivo do Estado, foram feitas fotografias no local."

E aí foi uma luta pra encontrar essas fotos, porque o acervo do Arquivo do Estado não estava organizado, mas eu dei muita sorte até. E aí eu encontrei essas fotos que estão aí, então tem uma comparação do antes, do durante e do depois.
Então aquela primeira foto ali foi tirada no ano de 1997, também antes da reforma. Aquela do meio também, é 1999, se eu não me engano, e por último, já a instalação do Memorial da Resistência.
Eu só gostaria de dizer que eu não estou fazendo uma crítica aqui ao Memorial da Resistência, que eu acho um equipamento importantíssimo, de fundamental relevância para a discussão do período, a minha crítica é ao que aconteceu antes da instalação do Memorial da Resistência lá.
Então, na primeira foto ali, a gente pode ver que as paredes estavam rebocadas com massa corrida e, durante a reforma, essa massa foi completamente extraída da parede, o que impossibilita qualquer pesquisa, qualquer reconstituição do que existia naquele espaço. Pode seguir.
Aí a cela que o Ivan, a foto que o Ivan [*Ivan Akselrud Seixas*] tanto fala, que ele falava que tinha uma escadinha lá no fundo e ninguém acreditava, e aí tem duas fotos com a escadinha, no antes e no durante a reforma.
[...]
A SRA. DEBORAH NEVES – [...] Então, a primeira foto está até, inclusive, no livro "Memorial da Resistência", mas a segunda não, a segunda, lá no fundo aquela parede aberta, onde era fechada, era justamente as celas do fundão, que foram demolidas durante a reforma, quer dizer, foram preservadas só as celas que estavam, quer dizer "preservadas", íntegras em seus estados físicos, somente do lado de dentro. As quatro celas que ficavam do lado de fora foram demolidas. Pode seguir.
Aqui é uma foto do 2º andar, se eu não me engano. A primeira foto é de 1956, é um relatório do próprio DOPS, eles faziam relatórios anuais para o secretário de Segurança Pública, e então eles fotografavam melhorias que tinham sido feitas no prédio, etc. Então tem dois prontuários no Arquivo de Estado que mostram fotografias internas, talvez as únicas, não encontrei nada além dessas fotos da década de 1950 no Arquivo do Estado.
Então ela mostra um piso de madeira e a estrutura de ferro, que constitui o prédio, aparente, durante a reforma esse piso se perdeu, ele foi completamente removido, inclusive tem até uma discussão sobre pra onde foram boa parte das peças de madeira desse prédio, que falaram que tinham ido para a CPTM, mas ninguém sabe o paradeiro delas.
E por fim, ali a ocupação do... esqueci agora, Estação Pinacoteca, que recobriu com gesso, claro, removível, mas escondeu ali a estrutura do prédio, que é uma de suas características mais relevantes. Pode seguir.[...]
Aqui é justamente o corredor das celas antes da reforma, não tem o durante, mas eu acredito que aconteceu a mesma coisa que estava lá naquela primeira foto, as paredes foram completamente descascadas e foi aberto esse pequeno dente, que tem aqui do lado, no meu lado direito aqui, né? Que hoje tem um espaço onde passam os vídeos e tem uma vitrine com alguns livros. Esse espaço não existia, ele foi aberto durante a reforma promovida pelo Haron Cohen, e era pra ser um banheiro, porque essa parte ia ficar completamente alheia do resto do prédio, então tinha que ter um banheiro pras pessoas usarem, então foi feito esse buraquinho aí. Foi um banheiro? E hoje não é mais utilizado como banheiro. Pode seguir.
E aqui, acho que é o "fino da bossa", que é justamente o que mostra as inscrições na parede. Eu não vou enxergar daqui, mas essa

> fotografia, acho que tem uma inscrição de 1979, se eu não me engano, de pessoas do Chile e do Peru, provavelmente, que é o que está marcado ali. Tem outras inscrições. Pode seguir em frente. A delegacia do estrangeiro.
> Aqui tem uma inscrição de 1978, também o nome ali, Waldomiro, tal... Enfim, segue em frente. [...]
> Aqui é do lado de fora, nas celas que eram do fundão, que foram demolidas. Também tinha aí algum detido argentino, né? A Argentina presente...
> [...]
> **A SRA. DEBORAH NEVES** – [...] E por fim, acho que é a foto mais interessante, talvez não dê pra ver, mas tem uma alça de mira da ALN aí. Embaixo, assim, da foto, bem no meio dela, embaixo.

Alguns anos depois, diante das pressões políticas (especialmente do Fórum dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos) contra o fiasco museológico e contra o falseamento da história que era o "*Memorial da Liberdade*", o governo estadual cedeu, e, em janeiro de 2009, o espaço foi reaberto como "*Memorial da Resistência*". Alguns ex-presos refizeram parte das inscrições nas paredes das celas.

Deve-se ressaltar que o governo estadual violou a determinação do tombamento do Deops/SP ao descaracterizar as celas, Nela, se prevê, no fim do artigo 1º, expressamente a obrigação de preservar as celas por seu 'valor histórico', que é mencionado, embora o valor arquitetônico tenha sido predominante na decisão pela preservação do imóvel:

> Artigo 1º - Fica tombado como bem cultural de interesse para a memória social paulista o edifício localizado na Praça General Osório, nº 66, 88, 120 e 136, o 'antigo DOPS', construído para abrigar armazéns da Estrada de Ferro Sorocabana, foi ocupado parcial e temporariamente pela direção da mesma empresa até o término das obras da Estado (sic) Júlio Prestes, de 1951 a 1953 pelo Arquivo do Estado e, em seguida, pelo DOPS, Departamento de Ordem Política e Social da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Foi projetado pelo Escritório de Ramos de Azevedo, sua importância arquitetônica é grande e decorre principalmente do seu partido arquitetônico. O espaço é definido de forma racional e organiza os ambientes, amplos, entre as prumadas verticais de circulação. Os sistemas estruturais adotados associam elementos modulares em ferro às duas torres de alvenaria portante e resolvem tecnicamente o espaço pretendido. No conjunto de celas, produto da ocupação do edifício pelo DOPS, reside parte significativa do seu valor histórico. Tal conjunto será preservado juntamente com os elementos originais do projeto[25].

[25] NEVES, Deborah, op. cit., p. 56-57.

Ao fazê-lo, as autoridades responsáveis do Estado cometeram o crime previsto no artigo 165 do Código Penal, de dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico[26].

No tocante ao DOI-Codi, cuja arquitetura hoje está bem descaracterizada em relação ao passado, na 144ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" ocorreu o depoimento da ex-presa política Elza Lobo sobre a existência de um local em cujas paredes a água escorria, onde os presos ficavam:

> **A SRA. ELZA LOBO** – No ano de 1969, novembro, e a gente tinha nesse espaço, você ficava onde tem essa estrutura toda, que ainda existe, mas para torturar eles te punham uma venda nos olhos e faziam passar pra esse outro local, e esse local as paredes escorriam água.
> Então a gente não entendeu até hoje por que eles tiraram esse setor. Você ficava horas ali dentro, mas era logo início, nos primeiros dias de prisão, que era uma forma de te agredir bastante, de pressionar.
> **SRA. DEBORAH NEVES** – Era um espaço aberto ou não? Era uma sala fechada?
> **A SRA. ELZA LOBO** – Não, não, era fechado, e esse espaço não existe mais.
> Então não se sabe em que momento ele desapareceu, em que momento isso ocorreu, mas as pessoas que estiveram nesse período de 1969, passaram por esse local. E a gente era levado para ali com uma venda nos olhos, então você não sabe exatamente.
> **A SRA. DEBORAH NEVES** – Não sabia a localização.
> **A SRA. ELZA LOBO** – Eu só me lembro, muito bem, era da água escorrendo pela parede. Então parecia uma coisa assim, úmida e que era esse espaço.
> Sempre, nos momentos que eu voltei lá, eu procurei e não existe mais, mas as pessoas, por exemplo, o pai da Cidinha teve, outras pessoas estiveram...
> **O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Quem? Quem? Repete devagar. Quem esteve lá? Quem você falou?
> **A SRA. ELZA LOBO** – O Patrocínio.
> **O SR. IVAN SEIXAS** – O pai da Cida Santos.
> **A SRA. ELZA LOBO** – Da Cidinha, lá de Ribeirão Preto.
> **O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Hã...
> **A SRA. ELZA LOBO** – Cida Santos.
> E tinha mais gente também, que passou por lá e que lembra desse momento.
> **A SRA. DEBORAH NEVES** – Acho...
> **A SRA. ELZA LOBO** – A gente tem que estar recuperando pra história, porque não existe mais.
> **A SRA. DEBORAH NEVES** – Hum, hum. É, acho que o seu relato só corrobora com a questão de que a pesquisa arqueológica precisa ser feita.
> **A SRA. ELZA LOBO** – Como é que isso existiu. Como é que isso foi ampliado e como era naquele momento. Porque a gente teve recentemente, inclusive com um dos, da Comissão da Verdade, com

[26] **Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico:** Art. 165 - Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico: Pena - detenção, de seis meses a dois anos, e multa.

> um dos responsáveis por aquele momento, e que ele diz que não, que ele não teve nada, que ele não viu nada, então é todo um momento assim, que só quem passou pelos lugares é que pode estar relembrando.
> **A SRA. DEBORAH NEVES** – Sem dúvidas.
> **A SRA. ELZA LOBO** – Nas vezes que eu fui lá, discretamente eu fui procurar o tal do lugar, e esse lugar desapareceu.
> **A SRA. DEBORAH NEVES** – É, eu acredito assim, que...
> **O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Falou Elza Lobo.
> **A SRA. DEBORAH NEVES** – Oi?
> Eu acho que o seu relato é importantíssimo, talvez possa ser lá mesmo, onde está um desses dois prédios.

Trata-se, enfim, de mais uma forma de tortura, mediante o encarceramento em ambiente úmido. A historiadora Deborah Neves, responsável pelo estudo técnico para o tombamento do DOI-Codi, ressaltou que ainda é necessário que se façam mais estudos arqueológicos dos locais da repressão.

4. Principais aparatos "clandestinos" da repressão

Dentre os principais aparatos clandestinos da repressão presentes no Estado de São Paulo, destacam-se os Centros Clandestinos de Detenção (CCD) e as valas clandestinas.

O uso dos Centros clandestinos de Detenção na repressão aos opositores, definido no ano de 1970, surgia na forma de violação à própria legalidade de exceção instaurada pela ditadura, à medida que o Estado julgava insuficiente a repressão usada até então. Os CCD compõem assim o triângulo do recrudescimento das forças repressivas, ao lado das torturas sistemáticas em quartéis (a partir de 1964) e de adoção dos desaparecimentos forçados (a partir do segundo semestre de 1969) [27].

Dentre os principais centros clandestinos, está a (a) Fazenda 31 de março, em Parelheiros, no extremo sul da Grande São Paulo, onde há indícios de que foram enterrados corpos de militantes, a (b) Fazenda da Rodovia Castello Branco, na cidade de Araçariguama, a (c) Casa de Itapevi, na cidade de Itapevi, (d) a Casa no bairro Ipiranga, na cidade de São Paulo.

[27] PIOVESAN, Flávia; SOARES, Inês Virgínia Prado. Contribuição para a Comissão Nacional da Verdade: Recomendações. Sem edição.

Dentre as valas clandestinas destacam-se (a) a Vala de Perus, no Cemitério Dom Bosco na cidade de São Paulo (b) e a Vala do Cemitério Vila Formosa, na cidade de São Paulo, ainda necessitando de maiores estudos.

5. Locais em que ocorreram episódios e fatos memoráveis

Dentre os principais locais em que ocorreram episódios e fatos memoráveis no estado de São Paulo estão as ruas e locais em que ocorreram emboscadas, na cidade de São Paulo, destacam-se: (a) a Rua Caquito, na Penha, Zona Leste de São Paulo, onde de acordo com a versão oficial foram mortos, em 15 de março de 1973, os militantes da ALN, Arnaldo Cardoso da Rocha, Francisco Emanoel Penteado e Francisco Seiko Okama; (b) a Rua João Moura na altura do nº 2.358, no bairro do Sumarezinho, onde de acordo com a versão oficial foram mortos em uma emboscada montada pelos órgãos de segurança em 23 de Setembro de 1971, os militantes Antônio Sérgio de Mattos, Eduardo Antônio da Fonseca e Manuel José Nunes Mendes de Abreu; (c) a Rua da Consolação onde de acordo com a versão oficial foram mortos na madrugada de 4 de Setembro de 1969 os militantes Ishiro Nagami e Sérgio Roberto Corrêa, quando o Volkswagen em que se encontravam explodiu, supostamente por estarem transportando explosivos; (d) a Rua Heitor Peixoto, onde de acordo com a versão oficial foi morta em 22 de janeiro de 1972 a militante da ALN Gastone Lúcia Carvalho Beltrão; (e) a Alameda Casa Branca, onde de acordo com a versão oficial Carlos Marighella foi assassinado no dia 04 de novembro de 1969; (f) a Casa do Massacre da Lapa, aparelho do Partido Comunista, onde foram assassinados dois dirigentes do partido, sobrevivendo apenas uma militante do fuzilamento na casa em 16 de dezembro de 1976; (g) o Sítio Murundu, localizado na cidade de Ibiúna, onde se realizou o XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1968 no qual ocorreu a prisão de todos os participantes.

Dentre os locais marcados pela resistência se encontram: (a) o Convento de Perdizes e Livraria duas Cidades, fundado em 1938 na Rua Caiubi no Bairro de Perdizes, sendo que em 1968, alguns freis se aproximaram da Ação Libertadora Nacional (ALN), e o convento tornou-se base de apoio aos militantes e perseguidos, (b) o Largo São Francisco, a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e o Centro Acadêmico XI de Agosto, localizada no

Largo São Francisco, a Academia de Direito de São Paulo foi fundada em 11 de agosto de 1827, e, em 1934, foi incorporada à Universidade de São Paulo, em 1903, funda-se o Centro Acadêmico XI de Agosto, até hoje um espaço fundamental de aglutinação do Movimento Estudantil; (c) o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, fundado em 19 de abril de 1937, fica atualmente localizado na Rua Rego Freitas no bairro Vila Buarque, enfrentou a ditadura do Estado Novo e a ditadura militar participando ativamente das lutas pela redemocratização, e o auditório Vladimir Herzog, feito em homenagem ao jornalista assassinado em 1975, tornou-se um importante espaço de reunião de organizações comprometidas com a luta contra a ditadura militar e pela Anistia; (d) o Teatro da Pontifícia Universidade Católica (TUCA), localizado na Rua Monte Alegre, no bairro de Perdizes, onde a arte seria uma importante aliada na luta de resistência política; (e) a Rua Maria Antônia, espaço de mobilização estudantil nos anos 1960, onde ocorreu um episódio denominado Batalha da Maria Antônia, em virtude de um confronto ocorrido no local entre os estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e a Universidade Presbiteriana Mackenzie, ocorrido em 3 de outubro de 1968, na época as duas instituições eram vizinhas; (f) a Catedral e Praça da Sé, que, desde o início do século XX, tornou-se centro aglutinador de manifestações de massa, que encontraram ali espaço de reunião e protesto. Ao assumir a Arquidiocese em 1970, Dom Paulo Evaristo Arns transformou a Catedral em tribuna de denúncia dos crimes cometidos pela ditadura. Ao mesmo tempo, multidões passaram a se reunir na praça reivindicando anistia, melhores condições de vida e eleições diretas para presidente.

6. Cemitérios, valas clandestinas, mortos e desaparecidos

Os cemitérios em que foram encontrados corpos de presos políticos mortos pela repressão merecem aqui destaque, existem: (a) cemitérios em que foram encontrados corpos, em sepulturas individuais e com nomes falsos, de presos políticos mortos pela repressão, como o Cemitério Campo Grande em São Paulo; (b) cemitérios com comprovadas valas clandestinas utilizadas para ocultar os corpos, como o Cemitério Dom Bosco e o Cemitério da Vila Formosa; no Cemitério Dom Bosco, no local em que se encontrava a Vala Clandestina de

Perus foi erguido o Memorial dos Desaparecidos Políticos na Vala de Perus, feito por Ricardo Ohtake, inaugurado em 26 de agosto de 1993, no governo da Luiza Erundina; (c) cemitérios clandestinos; (d) cemitérios que abrigaram ossadas, como o cemitério do Araçá, que abrigou por mais de dez anos as ossadas da Vala de Perus, no ossuário coletivo.

Em 08 de dezembro de 2014, foi inaugurado na cidade de São Paulo, na Avenida Pedro Álvares Cabral, em frente ao Parque do Ibirapuera, um monumento também assinado por Ricardo Ohtake, encomendado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, por meio da Coordenação de Políticas de Direito à Memória e à Verdade, em homenagem aos mortos e desaparecidos políticos do período da ditadura militar no país.

Sobre a Vala de Perus, e as iniciativas da Comissão da Verdade "Rubens Paiva" para que a identificação dos corpos fosse retomada, podem-se ler neste Relatório o capítulo específico sobre o tema, elaborado pelo Grupo de Antropologia Forense para a Identificação das Ossadas de Vala de Perus, bem como os capítulos sobre os mecanismos de ocultação de corpos e as colaborações da Comissão para a memória, a verdade e a justiça.

7. Locais que homenageiam torturadores e colaboradores da ditadura

Longe de se fazer aqui um levantamento completo dos logradouros, indicamos aqui alguns locais, em relação ao Estado de São Paulo, com o intuito de propor a alteração dos nomes de logradouros que homenageiam torturadores ou militares que atuaram durante a ditadura com a legitimação das violações aos direitos humanos no período, por seus nomes anteriores, toponímicos, ou em homenagem a lideranças comunitárias de destaque ou pessoas que atuaram para a consolidação da democracia no país.

No ano de 2011 o Viaduto General Milton Tavares de Souza, na Penha, São Paulo - SP teve seu nome alterado para Domingos Franciulli Netto após votação na Câmara de Vereadores na cidade de São Paulo.

Em 2014 foi proposto um projeto de lei[28] pelo Legislativo paulista, alteando o nome da Escola Estadual Senador Filinto Müller em Diadema, para Professora

[28] Projeto de lei nº 856, de 2014.

Sylvia Ramos Esquivel. O governador do Estado vetou a mudança, mantendo a política de "monumentalizar" os torturadores, de homenagear com o selo do Estado os autores de crimes de lesa-humanidade. O Deputado Estadual Adriano Diogo, na 144ª audiência pública da CV "Rubens Paiva", comentou o inoportuno veto:

> E até estou pedindo para localizar, a pedido da comunidade de Diadema, existe uma escola estadual com o nome de Filinto Müller, então os professores lá se reuniram, encontraram o número de uma professora bem antiga lá da cidade, até ligada ao segmento mais conservador, para não ter nenhum tipo de interpretação política do rebatismo da escola estadual. Porque, segundo orientação que nós recebemos aqui da Assembleia, não dava pra tirar só o nome do Filinto Müller e por Escola Estadual de Diadema, que é mais antiga, teria que por uma outra denominação.
> Bom, mas o governador vetou a retirada do nome do Filinto Müller da escola, então é uma coisa assim, que eu fiquei muito atingido, porque nós trabalhamos quase dois anos para tirar o nome do Filinto Müller, a comunidade se mobilizou, e tem muito a ver com tudo com o que foi dito aqui hoje, né?

Dentre os principais logradouros que podem ser indicados para alteração de seus nomes estão (a) a Rua Sérgio Fernando Paranhos Fleury[29], São Carlos; (b) a Rua Dr. Fleury[30], Vila Leopoldina, São Paulo; (c) Elevado Presidente Arthur da Costa e Silva[31] (conhecido como minhocão), Vila Buarque, São Paulo; (d) Rodovia Castello Branco[32].

8. Políticas e instrumentos de memória

Os locais aqui apresentados são representativos de um universo de bens que ainda podem ser identificados por meio da narrativa das vítimas e ao longo de pesquisas.

As políticas do patrimônio histórico e cultural de interesse da justiça de transição devem garantir o registro dos mais diversos tipos de memória, e a integridade física dos locais em que se almeja proteger, bem como assegurar que o uso dos bens imóveis identificados esteja associado ao direito à memória, à verdade e à justiça.

---

[29] CEP 13566-430.
[30] CEP 05305-060.
[31] CEP 01221-050.
[32] SP 280.

Dessa forma, a CV "Rubens Paiva" atuou para que fosse aprovado o tombamento do DOI-Codi, e realizou audiência em 29 de novembro de 2012 sobre o assunto[33]. A Comissão Nacional da Verdade e a Comissão "Vladimir Herzog", do Município de São Paulo, uniram esforços a essa demanda em 27 de novembro de 2013[34], junto aos Secretários estaduais de Cultura e de Segurança Pública.

O tombamento finalmente foi aprovado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico (Condephaat) do Estado de São Paulo em 27 de janeiro de 2014.

No entanto, uma delegacia ainda funciona no imóvel, o que contraria o direito à memória e à verdade, como explicou o presidente da Comissão "Rubens Paiva":

> Presidente da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva", o deputado estadual Adriano Diogo (PT), disse que aguarda ainda a revogação do decreto de 1979, do então governador Paulo Maluf, na qual o Estado cede ao II Exército a propriedade sobre o terreno onde ficava o DOI-Codi. "Não é admissível uma delegacia de polícia funcionar num prédio que abrigou o DOI-Codi. É como se uma usina de gás alemã funcionasse até hoje em um campo de concentração", destacou o ex-preso político que foi torturado no DOI-Codi em março de 1973 e defende que o próximo passo seja a retirada do 36º Distrito Policial do terreno.[35]

Esse problema de como lidar com as "funções atuais do edifício" havia sido levantado no parecer da historiadora Cristina Meneguello, elaborado em 20 de março de 2012, durante o procedimento de tombamento do DOI-Codi:

> Sabemos, como afirmou a UNESCO em 2002 ao incluir o campo de concentração e extermínio de Auschwitz-Birkenau na sua Lista Mundial, que o patrimônio não é apenas um relicário de testemunhos estéticos da atividade humana. Dentro das proporções que lhes cabem, tanto no caso da ESMA, do DOPS ou do museu chileno, assim como em tantos outros memoriais destinados a lembrar a barbárie,

[33] Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=HSKFmEu7kCw >. Acesso em 23 fev. 2015.

[34] COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Comissões da Verdade pedem o tombamento da área em que funcionava o DOI-Codi, em SP. 27 nov. 2013. Disponível em Acesso < http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/394-comissoes-da-verdade-pedem-o-tombamento-da-area-em-que-funcionava-o-doi-codi-em-sao-paulo > em 24 fev. 2015.

[35] CARTA CAPITAL. Prédio onde funcionou DOI-Codi de São Paulo é tombado. 28 jan. 2014. Disponível em < http://www.cartacapital.com.br/sociedade/predio-onde-funcionou-doi-codi-de-sao-paulo-e-tombado-5490.html>. Acesso em 23 fev. 2015.

> impera a necessidade de revisitar o passado, devolver dignidade às vítimas e às suas famílias, e, por meio de ações educativas, estimular a reflexão para que fatos como estes não mais se repitam.
> Se ao DOI-CODI caberá a função de Memorial, e se para este fim o edifício deverá ser inscrito como patrimônio estadual, apenas um estudo de tombamento circunstanciado poderá responder. Se tombado, como se lidará com as alterações das funções atuais do edifício? O edifício será "restaurado" para chegar à aparência que possuía na época de seu uso para a repressão e a violência? Seu uso como Memorial será semelhante ao já existente DOPS?
> Todas estas questões, de suma importância, lidam com uma ferida ainda aberta na história nacional. Meu parecer é favorável à abertura do estudo de tombamento.[36]

Tendo em vista, de acordo com a historiadora, que é fundamental "devolver dignidade às vítimas e às suas famílias" e "estimular a reflexão" para que o passado não se repita, a presença da 36ª Delegacia é, de fato, bastante inadequada e desatende aos requisitos da justiça de transição.

Por essa razão, a CV "Rubens Paiva", com outras entidades e organizações, realizou um ato nessa delegacia, no dia 31 de março de 2014 (um dia antes do aniversário do cinquentenário do golpe), para reivindicar um novo uso da memória, condizente com o direito à memória e à verdade. Esse ato foi relatado no capítulo deste Relatório "Lembrar os 50 anos do golpe militar, lembrar suas vítimas, lembrar a resistência, construir a verdade e alcançar a justiça!"

Esse ato foi movido pela diretriz desta Comissão, de pensar que a política de preservação do patrimônio deve ser pensada em conjunto com a sociedade civil. Com essa orientação, e pensando especificamente nessas políticas no campo da justiça de transição, este capítulo apresenta uma série de recomendações, que traduzem a importância da arqueologia, da arquitetura e do urbanismo para o imaginário político da sociedade.

Recomendações

1) Que sejam reconhecidos e identificados como Lugares da Memória os locais, públicos ou privados, apontados nas narrativas das vítimas e familiares ou nos Relatórios produzidos pelas Comissões da Verdade, utilizados pelo aparelho

[36] O parecer completo foi incluído no anexo deste capítulo.

repressivo do Estado ditatorial para torturas e outras graves violações, ressaltando a importância desses locais como elementos fundamentais para compreensão do período de repressão, seus atores, seus apoiadores e financiadores e, até mesmo, para descobrir o paradeiro de desaparecidos políticos;

2) Que o Estado se aproprie dos locais citados nesse relatório e que assuma imediatamente a partir da publicação deste relatório sua obrigação em preservar os prédios e espaços que foram utilizados para repressão, com uso dos instrumentos protetivos dos bens culturais, como Registro, Tombamento, Inventários, Vigilância e Desapropriação e outros mecanismos aptos à preservação da memória histórica e à revelação da verdade;

3) Que seja criado um fundo destinado à manutenção destes lugares, com a colaboração da Fiesp, como medida de justiça restaurativa em resposta à ação da Federação de Indústrias na conspiração do golpe de 1964 e no financiamento da repressão política e dos crimes de lesa-humanidade perpetrados pelo Estado brasileiro;

4) Que seja criado um grupo de trabalho para a definição e articulação de políticas públicas voltadas à valorização da memória, com a realização de uma série de audiências públicas para discussão da temática e que tal medida seja tomada em até doze (12) meses a partir da publicação deste relatório;

5) Que os órgãos de cultura, em suas diversas instâncias, e especialmente, os órgãos e Conselhos nacionais, estaduais e municipais de proteção ao Patrimônio Cultural, sobretudo o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), a instaurem procedimentos para tombamento e ou adoção de outras medidas acautelatórias dos prédios públicos ou privados usados como Centros de Tortura durante a ditadura, a partir da publicação deste relatório;

6) Que seja consolidada a proteção do patrimônio no sistema jurídico brasileiro e gerados mecanismos de incentivo à pesquisas, ao registro e aos proprietários desses bens, como isenção de impostos territoriais;

7) Que os órgãos de cultura e de educação do Estado, em suas diversas instâncias, promovam ações e estratégias de difusão e de educação utilizando os locais de interesse em suas práticas; bem como promover linhas de fomento para essas ações;

8) Que seja publicado um catálogo com os locais aqui citados como forma de educação e difusão das memórias que carregam esses lugares;

9) Que sejam definidos roteiros pela Secretaria de Turismo e a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, com visitas aos locais, quando já institucionalizados, como forma de difusão;

10) Que seja instigada a necessidade de realização de pesquisas arqueológicas com a finalidade de encontrar os restos mortais dos desaparecidos e esclarecer a verdade sobre tais acontecimentos;

11) Que seja consolidada a proteção do patrimônio arqueológico no sistema jurídico brasileiro;

12) Que o Estado de São Paulo e as municipalidades promovam um levantamento dos nomes de logradouros que homenageiam torturadores ou militares que atuaram durante a ditadura com a legitimação das violações aos direitos humanos no período, que tal medida seja tomada em até doze (12) meses a partir da publicação deste relatório;

13) Que sejam alterados os nomes de logradouros públicos que homenageiam ditadores, torturadores e similares que atuaram durante a ditadura com a legitimação das violações aos direitos humanos no período, evidenciando nesse processo suas diferentes nomenclaturas e os motivos que justificam as escolhas, alterando por seus nomes anteriores, toponímicos, ou em homenagem a lideranças comunitárias de destaque ou pessoas que atuaram para a consolidação da democracia no país; que tal medida seja tomada em até doze (12) meses a partir da publicação deste relatório.

14) Que seja promovida uma discussão pública, dos órgãos estaduais de cultura e educação em conjunto com a Secretaria de Segurança Pública para a definição do uso do prédio do DOI-CODI, em até doze (12) meses a partir da publicação deste relatório.

15) Que o Município de São Paulo erga o monumento no Cemitério de Vila Formosa recomendado pelo Ministério Público Federal – e aprovado pelo Condephaat – em até doze (12) meses a partir da publicação deste relatório.

ANEXOS

PINACOTECA SÃO PAULO

São Paulo, 27 de novembro de 2014.
APAC 1546/2014

Ilmo. Sr.
Adriano Diogo
Deputado Estadual
Presidente da Comissão Estadual da Verdade "Rubens Paiva"
São Paulo, SP

Senhor Presidente,

Vimos à presença de V. Sa. para encaminhar formalmente à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva documento relativo ao projeto "Inventário dos lugares de memória: a educação para os direitos humanos por meio do patrimônio", realizado no âmbito do Programa Lugares da Memória do Memorial da Resistência de São Paulo, uma das linhas de ação programáticas em desenvolvimento desde 2010.

Trata-se de banco de dados em arquivo excel com informações resumidas de 185 lugares de memória da resistência e da repressão do estado de São Paulo, enviado a essa Comissão no início deste ano com vistas a colaborar com os trabalhos da equipe no que diz respeito à temática. O material está sendo reencaminhado em virtude ter sido revisado e atualizado durante todo esse ano e para formalizar a colaboração.

Desta forma, autorizamos a Comissão Estadual da Verdade a utilizar o documento nos anexos do Relatório, para o qual também foi elaborado um breve texto contextualizando o Inventário, e gostaríamos de solicitar que fossem dados os devidos créditos ao Memorial da Resistência.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar nossos cumprimentos ao brilhante trabalho que vem sendo desenvolvido por V.Sa. e equipe e apresentamos nossos cordiais cumprimentos.

Cordialmente,

Kátia Felipini

Kátia Felipini Neves
Coordenadora
Memorial da Resistência de São Paulo
Telefones: (11) 3335.4996 / 9.9175.9335 / kneves@memorialdaresistenciasp.org.br

Governo do Estado de São Paulo

Secretaria de Estado da Cultura

Associação Pinacoteca Arte e Cultura

Memorial da Resistência de São Paulo

PROGRAMA LUGARES DA MEMÓRIA

O Programa Lugares da Memória é uma das linhas de ação programáticas do Memorial da Resistência de São Paulo, concebidas no âmbito do Programa Museológico do Projeto de Ocupação para o Memorial da Liberdade, apresentado à Secretaria da Cultura em 2007 pela Pinacoteca do Estado de São Paulo[1], ano em que a gestão é transferida do Arquivo Público do Estado de São Paulo para a Pinacoteca.

O Programa foi pensado, e posteriormente desenvolvido, visando a expandir o alcance preservacionista do Memorial da Resistência por meio de diversas ações e projetos no âmbito da pesquisa, salvaguarda e comunicação patrimoniais dos lugares de memória da resistência e da repressão políticas do estado de São Paulo. Entre eles, destacamos a identificação, inventário, sinalização/musealização, roteiros temáticos e exposição itinerante.

Acreditamos que o (re)conhecimento desses lugares pode ser um importante instrumento de educação para a cidadania, uma vez que aproxima os fatos que ocorreram no passado com as permanências no presente. Por isso, é necessário que esses lugares, suportes de informação, sejam tratados sob uma perspectiva museológica.

Com vistas a ampliar a interlocução com diferentes esferas da sociedade, espera-se atuar com a participação e colaboração de instituições educacionais e preservacionistas, da capital e do interior (escolas e universidades, prefeituras, associações de bairros etc.), bem como das comunidades de cada cidade.

O Programa Lugares da Memória atua de forma sistêmica com os demais programas do Memorial, objetivando o mútuo benefício, bem como com a divulgação dos mesmos. As informações serão em breve disponibilizadas a pesquisadores e cidadãos em geral, de forma presencial e pela *internet*, visando à democratização do conhecimento e servindo de estímulo para a realização de novas pesquisas.

Projeto "Inventário dos lugares de memória: a educação para os direitos humanos por meio do patrimônio"

Esse projeto, base do Programa Lugares da Memória, consiste na realização de um inventário de lugares públicos e privados vinculados à repressão e resistência política

[1] O Projeto de Ocupação foi concebido pela museóloga Maria Cristina Oliveira Bruno, pela historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro e pela educadora Gabriela Aidar. No Programa Museológico foram definidas 6 linhas de ação: Lugares da Memória, Coleta Regular de Testemunhos, Centro de Referência, Exposição, Ação Educativa e Ação Cultural.

como presídios, campos de aprisionamento, lugares de tortura e desaparecimentos, bem como praças, ruas, universidades, teatros, dentre outros. Para isso, são realizados levantamentos referenciais sobre a cidade, as características históricas e arquitetônicas; levantamento de plantas, fotografias, desenhos e outras referências; das circunstâncias em que passaram a lugar da repressão ou da resistência; o conhecimento da população local sobre os lugares e sobre o tema; e o que foi publicado nos jornais da cidade; da documentação produzida e/ou acumulada pelo Deops/SP, dentre outros. As informações são organizadas em um banco de dados de forma a contribuir para o entendimento de cada local e do seu contexto.

A pesquisa é realizada por meio de diferentes fontes, tais como internet, livros (biografias, temáticos etc.), entrevistas publicadas, trabalhos acadêmicos, documentos do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – Deops/SP, das entrevistas realizadas no âmbito do Programa Coleta Regular de Testemunhos e das indicações registradas pelos visitantes da exposição "Lugares da Memória. Resistência e repressão em São Paulo". Essa exposição, resultado das pesquisas iniciais, foi apresentada no Memorial da Resistência em 2011 e, desde agosto de 2014 tem itinerado nas cidades do interior e do litoral do estado.

Partindo do pressuposto que as ações de pesquisa e de comunicação se retroalimentam, a exposição "Lugares da Memória. Resistência e repressão em São Paulo" tem como objetivo divulgar as pesquisas relativas ao Programa, de forma a possibilitar que instituições e diferentes comunidades não somente conheçam esses lugares, mas que também possam contribuir com informações.

Desde 2010, foram inventariados 209 lugares, sendo alguns de forma exaustiva e outros identificados e em processo de pesquisa.

Na planilha que segue este documento é possível visualizar a relação dos 185 lugares inventariados e/ou identificados pelo projeto ao longo da pesquisa realizada pelo Memorial da Resistência. Cabe destacar que alguns lugares encontrados pela pesquisa foram retirados do inventário devido à ausência de informações e material para subsidiar a identificação.

O Inventário deverá abranger todo o estado de São Paulo e as informações serão paulatinamente disponibilizadas no site do Memorial da Resistência a partir de dezembro de 2014.

BANCO DE DADOS DO PROGRAMA LUGARES DA MEMÓRIA DO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO

Identificação numérica	Classificação geral	Classificação especifica	Título	Descrição	Cidade
001-01.016	Aparato Repressivo	Órgão das Forças Armadas	Auditoria da Justiça Militar	O prédio abrigou durante a ditadura a 2ª Auditoria da Justiça Militar, que julgava os crimes que infringiam a Lei de Segurança Militar. Os réus, considerados subversivos, participavam de uma audiência pública, que tinha como objetivo mascarar o autoritarismo e a repressão do governo militar. Por sua importância histórica, o prédio abrigará o Memorial da Luta pela Justiça, já em fase de reformas coordenado pela Ordem dos Advogados do Brasil e do Núcleo de Preservação da Memória Política.	São Paulo
002-01.016	Aparato Repressivo	Órgão das Forças Armadas	Círculo Militar do Exército	Criado com o objetivo de ser um espaço de sociabilidade entre civis e militares, o completo militar do Exército, abrigou durante a ditadura uma série de celebrações ao golpe militar, sobretudo homenagens a oficiais militares. Os atos festivos celebravam a vitória contra o “perigo comunista”.	Campinas
003-01.016	Aparato Repressivo	Órgão das Forças Armadas	Forte de Itaipú	Integrante de um complexo de Fortes no litoral de São Paulo, a Fortaleza foi utilizada durante o período ditatorial como prisão para civis considerados subversivos. Entre diversos presos políticos detidos, os líderes estudantis, José Dirceu e Franklin Martins, presos no Congresso da UNE em Ibiúna em 1968, teve uma grande repercussão na mídia.	Praia Grande
004-01.016	Aparato Repressivo	Órgão das Forças Armadas	Forte dos Andradas	O imponente Forte dos Andradas foi construído durante o Estado autoritário de Getúlio Vargas, inserido num plano de modernização do Exército. Durante a ditadura civil-militar que teve início com o golpe de 1964, passou a abrigar presos políticos. Entre os detentos mais emblemáticos, destaca-se o Eduardo Leite Bacuri que foi assassinado nas dependências do Forte.	Guarujá
005-01.016	Aparato Repressivo	Órgão das Forças Armadas	OBAN (Departamento de Operações Internas - Centro de Operações para a Defesa Interna - DOI-Codi)	O local sediou dois importantes órgãos da repressão militar durante o período ditatorial, a Operação Bandeirantes e posteriormente o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna, ambos subordinados ao Exército. Considerado um dos piores destinos de presos políticos, muitos civis foram torturados e mortos em suas dependências.	São Paulo

006-01.016	Aparato Repressivo	Órgão das Forças Armadas	Quartel de Quitaúna	Integrando o circuito repressivo do estado de São Paulo, o local foi palco de repressão militar e intensa resistência por parte de militares contrários ao golpe instaurado. Militares que se vincularam a VPR para lutar contra a repressão se destacaram no cenário nacional, como o Capitão Carlos Lamarca que ao desertar do 4º Regimento de Infantaria de Osasco, levou consigo uma grande quantidade de armas e munição do quartel para a guerrilha.	Osasco
007-01.016	Aparato Repressivo	Órgão das Forças Armadas	Quartel General do II Exército	O Quartel, construído para ser a sede do II Exército e da 2ª Região Militar foi inaugurado em 1968 fortalecendo o regime implantado através do Golpe de 1964. O local foi alvo de um ataque de membros da Vanguarda Popular Revolucionária – VPR em junho de 1968, no qual o soldado Mário Kosel Filho morreu numa explosão de bomba. Em sua homenagem, o nome da rua do Quartel foi trocado e o soldado foi promovido a sargento *post-mortem* .	São Paulo
008-01.017	Aparato Repressivo	Órgão do Poder Judiciário	Fórum da Comarca da Cidade de Pacaembu	Com o golpe de 1964 o poder judiciário sofre modificações, e o presidente da república designa a Justiça Militar para julgar os crimes considerados políticos. Frente a estes acontecimentos, no Fórum da Comarca de Pacaembu, o juiz titular decide baixar a bandeira do Brasil a meio mastro, em sinal de protesto. O ato de resistência no lugar, ante as arbitrariedades do golpe de 1964 não passou incólume, o Fórum e o magistrado passaram a ser observados pelos militares.	Pacaembu
009-01.020	Aparato Repressivo	Presídio Político	Bastilha do Cambuci (Era Vargas)	Delegacia para sindicalistas e agitadores. O lugar ficou conhecido como "BASTILHA DO CAMBUCI", pois em outubro de 1930, com a vitória da revolução de Getulio Vargas, manifestações tomaram conta da cidade e a cadeia foi arrombada e incendiada.	São Paulo
010-01.020	Aparato Repressivo	Presídio Político	Campo de Aprisionamento Bauru (Era Vargas)	A partir de 1942, com a declaração de guerra aos países do eixo, o Brasil cria campos de concentração para aprisionar os cidadãos, alemães, japoneses e italianos que aqui residiam.	Bauru
011-01.020	Aparato Repressivo	Presídio Político	Campo de Aprisionamento Guaratinguetá (Era Vargas)	Localizado na Escola de Agricultura Paulo de Lima de Guaratinguetá, o regime do Campo de Concentração era o mais rígido, onde eram forçados a trabalhar na Lavoura por longas horas. Tornou-se sede do Aeroclube de Guaratinguetá.	Guaratinguetá
012-01.020	Aparato Repressivo	Presídio Político	Campo de Aprisionamento Pindamonhangaba (Era Vargas)	O maior campo de aprisionamento do Brasil foi instalado em Pindamonhangaba, no interior de São Paulo e nele foi confinado a Tripulação do navio alemão Windhuk, ancorado em Santos em 1939, impossibilitado de voltar à Europa devido à guerra.	Pindamonhangaba

013-01.020	Aparato Repressivo	Presídio Político	Campo de Aprisionamento Pirassununga (Era Vargas)	Tem como origem a criação das Escolas Práticas de Agricultura paulista, no decênio de 1940, além de servir ao ensino rural sob diversos nomes e organizações, foi também utilizado como campo de concentração de alemães, italianos e japoneses, durante a Segunda Guerra Mundial. Tornou-se campus de Pirassununga da USP.	Pirassununga
014-01.020	Aparato Repressivo	Presídio Político	Campo de Aprisionamento Ribeirão Preto (Era Vargas)	A partir de 1942, com a declaração de guerra aos países do eixo, o Brasil cria campos de concentração para aprisionar os cidadãos, alemães, japoneses e italianos que aqui residiam.	Ribeirão Preto
015-01.020	Aparato Repressivo	Presídio Político	Casa de Detenção de São Paulo – Carandiru	A Casa de Detenção de São Paulo, popularmente conhecida como Carandiru foi um dos maiores complexos prisionais do Brasil. Durante a ditadura civil-militar, muitos presos políticos cumpriram parte das sentenças, dividindo o cotidiano com presos comuns. Como lugar de memória da ditadura, possui diversos relatos de práticas de repressão e resistência entre seus muros. Na democracia, as violações aos direitos humanos não cessaram, e no ano de 1992 sediou o que ficou conhecido como o Massacre do Carandiru. Uma invasão da Polícia Militar motivada por uma rebelião matou 111 presos. Em 2002 o Carandiru foi implodido, dando lugar ao Parque da Juventude.	São Paulo
016-01.020	Aparato Repressivo	Presídio Político	Delegacia de Polícia do Cambuci - 6ª DP	Apesar de dispor de lugares de detenção específicos para prisão e tortura de presos políticos, incluindo os centros clandestinos, os militares utilizaram delegacias de bairros para abrigar os ditos “subversivos”. A Delegacia do Cambuci recolhia presos políticos oriundos, sobretudo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops/SP), sem condenação definida ou que, por excesso de presos, não coubessem no Presídio Romão Gomes. Em 1975, após a desativação do Presídio Tiradentes, muitos presos políticos foram transferidos para cumprirem parte de suas penas na 6ª D.P.	São Paulo
017-01.020	Aparato Repressivo	Presídio Político	Hospedaria dos Imigrantes (Era Vargas)	Segundo o Guia de Bens Culturais do DPH, a hospedaria serviu como presídio em alguns períodos do século XX. 1943 – com a entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial (1942), o Departamento de Ordem Pública e Social (DOPS) deixa sob guarda, na Hospedaria, alguns imigrantes japoneses e alemães considerados como "súditos do eixo".	São Paulo
018-01.020	Aparato Repressivo	Presídio Político	Navio Raul Soares	O navio havia sido um vigoroso transatlântico alemão e serviu de prisão da rebelião comunista em 1935. Em 1964, poucos dias após a tomada do poder na capital federal, o navio foi rebocado até o estuário de Santos, atracado próximo a Ilha de Barnabé e logo utilizado para receber presos políticos, na maioria, sindicalistas, operários e militares contrários ao golpe.	Santos

019-01.020	Aparato Repressivo	Presídio Político	Palácio da Polícia - 6ª Delegacia do Interior	O controle repressivo dos militares na baixada santista, encontrou no Palácio da Polícia um local para abrigar presos políticos e realizar investigações aos ditos “subversivos”. Os presos ficavam a disposição dos investigadores do Departamento Estadual de Ordem Política e Social que atuavam em Santos. No segundo andar do edifício foram encontradas cerca de 50 mil fichas remissivas, 11.600 prontuários entre relatórios, interrogatórios e documentos do II Exército.	Santos
020-01.020	Aparato Repressivo	Presídio Político	Penitenciária de Presidente Venceslau	Inaugurada em 1961, foi construída para resolver o problema da super lotação penitenciária. Em 1972 recebeu seis presos políticos transferidos do Presídio Tiradentes. Durante o período de detenção, os presos permaneceram em greve de fome, com uma série de reivindicações feitas ainda no Presídio Tiradentes.	Presidente Venceslau
021-01.020	Aparato Repressivo	Presídio Político	Penitenciária Feminina da Capital	Inaugurada em 1942, a Penitenciária Feminina da capital era administrada por freiras católicas e durante a ditadura civil militar recebeu algumas presas políticas. Entre as diversas mulheres que cumpriram pena, cabe destaque a militante do Partido Comunista do Brasil, Elza Monnerat, sobrevivente da Guerrilha do Araguaia e presa na ocasião do “massacre da Lapa" na década de 70.	São Paulo
022-01.020	Aparato Repressivo	Presídio Político	Penitenciária Feminina I "Santa Maria Eufrásia Pelletier" de Tremembé	A Penitenciária feminina de Tremembé era administrado por freiras católicas, que durante o período ditatorial se manifestaram, através da madre superiora da penitenciária, Benigna Goulart, para receberem uma presa política, a madre franciscana Maurina Borges da Silveira em 1969. Maurina havia sido presa e barbaramente torturada por agentes da Operação Bandeirantes, presa no Presídio Tiradentes, e depois transferida para a Penitenciária de Tremembé.	Tremembé
023-01.020	Aparato Repressivo	Presídio Político	Presídio do Hipódromo	Com a desativação do Presídio Tiradentes, parte dos presos políticos foram transferidos para o Presídio do Hipódromo. As péssimas condições do edifício e o tratamento policial motivaram uma série de reivindicações dos presos políticos ali detidos, inclusive por meio de greves de fome.	São Paulo
024-01.020	Aparato Repressivo	Presídio Político	Presídio do Paraíso (Era Vargas)	Residência adaptada para abrigar presos políticos nas décadas de 1930-1940. Paulo Emilio Salles Gomes, depois de passar pelo presídio Maria Zélia foi transferido para o Presídio do Paraíso.	São Paulo
025-01.020	Aparato Repressivo	Presídio Político	Presídio Ilha Anchieta (Era Vargas)	De 19 de março de 1930 a 1934, durante o regime de Getúlio Vargas, foi Presídio Político. Sua função inicial era recolher presos da Capital, pela Delegacia Especializada de Vadiagem e em 19 de março de 1934, passou a ser chamada de Presídio Político da Ilha Anchieta. Ruínas do antigo presídio. A Ilha Anchieta, hoje, é um Parque Estadual para preservação ambiental, pesquisa científica e turismo ecológico.	Ubatuba

026-01.020	Aparato Repressivo	Presídio Político	Presídio Militar Romão Gomes	O "Romão Gomes" é um presídio subordinado ao Comando Geral da Polícia Militar, e, juridicamente, responde ao Tribunal de Justiça Militar do Estado. Durante o período ditatorial recebeu muitos presos políticos condenados pela Justiça Militar para o cumprimento de longas penas. Entre as formas de resistência dos presos políticos no Presídio Romão Gomes, eles aderiram à mobilização nacional em prol da anistia promovendo uma greve de fome.	São Paulo
027-01.001	Aparato Repressivo	Sem classificação especifica	1º Batalhão de Polícia de Choque Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar - ROTA	O então chamado Primeiro Batalhão Policial Militar “Tobias De Aguiar” adquiriu o formato atual, a partir de 1970 quando, no contexto da ditadura civil-militar, participou da operação de desmantelamento de um Centro de Treinamento de Guerrilha da VPR atuante no Vale do Ribeira. Durante o período ditatorial alguns túneis do Quartel passaram a ser utilizados como cela para presos políticos, e ligava o quartel a outras unidades de segurança como o antigo Presídio Tiradentes.	São Paulo
028-01.001	Aparato Repressivo	Sem classificação especifica	Palácio das Indústrias	O Palácio funcionou como Centro de Exposições até 1947. Com o golpe, em 1971 o Departamento Regional de Polícia da Grande São Paulo (Degran) se instalou no espaço térreo do palácio. Equipado com aparelhos que auxiliavam a comunicação e investigações como telex (para envio de mensagens nacionais e internacionais) e aparelho de telefoto (envio de fotografias à distância), foi um importante centro de troca de informações da repressão.	São Paulo
031-01.001	Aparato Repressivo	Sem classificação especifica	Quartel da Força Pública de Ribeirão Preto	O Quartel da Força Pública, assim como outras unidades militares do estado de São Paulo, durante o período ditatorial foi utilizado para prender e torturar civis que se opuseram ao regime militar. Entre os vários cidadãos que estiveram presos no local, a prisão e torturas à madre Maurina Borges da Silveira, religiosa do Lar Santana, causou intensa revolta e comoção social.	Ribeirão Preto
032-02.021	Aparelho	Propriedade Rural	Casa de Treinamento da VPR	Trata-se de uma propriedade, com 80 alqueires, junto à BR-116, na região do distrito de Cajaí, que foi cedida por seu proprietário para que a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) pudesse transformar em uma área para treinamento militar de guerrilheiros. Na propriedade, militantes da VPR aprendiam técnicas de guerrilha, e no casebre, para não levantar suspeitas, morava um casal de militantes e seus filhos.	Jacupiranga (Vale do Ribeira)
033-02.021	Aparelho	Propriedade Rural	Centro de Treinamento das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN)	A Fazenda Boa Vista abrigou em 1969 um campo de treinamento dos Comandos do Exército Popular de Libertação Nacional. Projeto empreendido pelos militantes das Forças Armadas de Libertação Nacional que pretendiam inserir a luta armada no campo contra o regime militar. Depois de um ataque a uma pedreira do município de Guatapará para adquirirem explosivos, o grupo foi preso e a fazenda descoberta.	Guatapará

035-02.001	Aparelho	Sem classificação especifica	Casa do Massacre da Lapa	Uma casa no bairro da Lapa era utilizada por membros do Partido Comunista Brasileiro em 1976 para reuniões clandestinas. Estavam presentes três integrantes do PCdoB quando foi cercada por militares que metralharam a residência. Dois de seus ocupantes (Ângelo Arroio e Pedro Pomar) morreram com várias perfurações a balas, sem qualquer direito de defesa. No entorno da casa, outros militantes que haviam saído da reunião foram perseguidos e presos, dos quais João Batista Drummond foi posteriormente morto sob tortura. O local ficou popularmente conhecido como a Casa do Massacre da Lapa.	São Paulo
036-03.006	Associação	Entidade Patronal	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp)	O local é identificado por sua política de censura aos trabalhadores. A empresa dispunha de uma lista, elaborada pelos órgãos de segurança, com os nomes daqueles que não podiam ser empregados nas fábricas por sua militância política. Durante o regime militar, muitas empresas apoiaram os militares e seus gastos com a repressão aos civis.	São Paulo
037-03.006	Associação	Entidade Patronal	Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomércio)	Apesar de apoiar o golpe e dar financiamento à repressão militar, com a crise econômica nacional, alguns empresários apoiaram o processo de redemocratização. Em fevereiro de 1977, uma declaração do presidente da FCCESP (José Papa Júnior) destacava esse apoio e o enfraquecimento da relação entre militares e empresários. Durante a reunião plenária da Federação de Comércio, afirmou: “O País deve iniciar a retomada do pleno Estado de Direito. Queríamos um regime democrático, e não um regime espúrio quando preparávamos o movimento de 31 de março”. Houve grande repercussão na imprensa e nos órgãos de informação das forças armadas.	São Paulo
038-03.022	Associação	Sindicato	APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo)	A Associação do magistério paulista era caracterizada por ser uma entidade assistencialista aos professores, mas na década de 70 apoiou e ajudou na articulação de duas grandes greves. A primeira, em 1978 dos professores paulistas. E a segunda em 1979, a greve do Funcionalismo Público.	São Paulo
039-03.001	Associação	Sem classificação especifica	Associação dos Docentes da USP-ADUSP	Fundada em 1976, a ADUSP exerce o papel de sindicato dentro da Universidade. Com a intensa vigilância e repressão dentro da universidade, a associação passou a denunciar irregularidades cometidas por diretores e sua estreita relação com os agentes dos órgãos de repressão. Em 1978, a entidade levou adiante a publicação do “Livro Negro da USP”, denunciando a intervenção da polícia política na universidade.	São Paulo

040-03.022	Associação	Sindicato	Sindicato dos Bancários de São Paulo	O país enfrentava uma forte crise econômica, e greve nos serviços públicos e em atividades essenciais de interesse da Segurança Nacional estavam proibidas pelos militares. Nesse contexto, o sindicato dos bancários realizou em 1979 uma greve da categoria. Embora a greve tenha tido uma curta duração e resultado em poucas conquistas efetivas para os bancários, aqueles dias de novembro registraram um dos mais violentos protestos de rua da história de São Paulo. O sindicato ainda se envolveu em outras manifestações públicas, como na luta pela anistia e Diretas-Já.	São Paulo
041-03.022	Associação	Sindicato	Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo	Enfrentou a ditadura do Estado Novo e a ditadura civil-militar participando ativamente das lutas pela redemocratização. O auditório Vladimir Herzog, feito em homenagem ao jornalista assassinado em 1975, tornou-se um importante espaço de reunião de organizações comprometidas com a luta contra a ditadura civil-militar e pela Anistia.	São Paulo
042-03.022	Associação	Sindicato	Sindicato dos Metalúrgicos - SP	Após o golpe civil-militar de 1964, o novo regime decretou a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Toda a diretoria foi destituída, muitos operários foram presos, torturados e encontraram dificuldades para conseguirem novos empregos em razão das “listas negras” que passaram a circular entre as grandes empresas da capital paulista. Em 1965, amparado pelo regime militar, Joaquim dos Santos Andrade (ex-interventor do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos) é eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo ocupando o cargo de presidente durante 22 anos. Nesse contexto, dentro do sindicato surge a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo que atuou contra o governo militar e em defesa da classe trabalhadora.	São Paulo
043-03.022	Associação	Sindicato	Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André	Um dos sindicatos mais antigos da região teve seu desenvolvimento vinculado às importantes movimentações de trabalhadores em favor do salário mínimo, da campanha do “Petróleo é nosso”, das greves gerais da década de 1960, em apoio ao então presidente João Goulart. Com o golpe de 1964, assim como em outros sindicatos considerados combativos, sofreu uma intervenção militar, teve sua diretoria destituída e muitos operários presos. Seguiu realizando trabalhos com organização de bases a partir das fábricas, tendo destaque no apoio das greves do ABC em 1978 e 1979.	Santo André

044-03.022	Associação	Sindicato	Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SMABC)	As greves ocorridas entre 1978 e 1980 colocaram o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo no centro das transformações que ocorreram no sindicalismo e na política brasileira, sobretudo, porque não ocorriam grandes greves no país desde Osasco e Contagem em 1968. A reação dos metalúrgicos do ABC contra a ditadura civil-militar se deu especialmente a partir de 1978, sob a coordenação de Luiz Inácio Lula da Silva, que desempenhou um importante papel na luta pela recuperação da democracia no Brasil.	São Bernardo do Campo
045-03.022	Associação	Sindicato	Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano Sul	Assim como outros sindicatos, com o golpe de 1964, sofreu uma intervenção militar. Em 1980, os trabalhadores do ABC realizaram uma das maiores greves gerais do país até então. Foram mais de 30 dias de greve nas cidades vizinhas: São Bernardo e Santo André. Entretanto, em São Caetano, a greve dos metalúrgicos durou “apenas” 8 dias. Conforme definiu o sindicalista Frei Chico (irmão de Lula) durante a tumultuada assembleia que pôs fim à greve dos trabalhadores sulcaetanenses, “os metalúrgicos de São Caetano ainda não estavam preparados para enfrentar a guerra psicológica movida maciçamente pelos patrões”.	São Caetano
046-03.022	Associação	Sindicato	Sindicato dos Químicos do ABC	O Sindicato dos Químicos do ABC foi criado em 08 de outubro de 1938 e, apesar da complexa reconfiguração política local, o “Sindicato dos Químicos do ABC” (Sindiquim) sempre representou os trabalhadores desta categoria em toda a região do Grande ABC – ao contrário do que ocorreu com sindicatos de outras categorias que optaram pelo desmembramento. Assim, como em outros sindicatos, o Sindiquim promoveu ações de resistência à ditadura, com participação nas greves metalúrgicas de 1979 e 1980, popularmente conhecidas como “greves do ABC”.	Santo André
047-03.022	Associação	Sindicato	Sindicato dos Trabalhadores de Teatro de São Paulo (Sindicato dos Artistas Teatrais de São Paulo) (Era Vargas)	Entre 1968 e 1976, o SATEP/SP se dedicou ao projeto de lei para uma regulamentação da categoria artística, que abrigasse a diversificação dos profissionais da área. Mas a proposta, com 128 funções apresentadas não logrou sucesso. Somente em 1978 é concluída, e aprovada no Congresso, a proposta final da regulamentação. Durante o período ditatorial, o sindicato atuou no combate a censura militar, e a partir da década de 80, assumiu uma postura mais combativa frente a ela, bem como quanto à discriminação, à AIDS e a preservação dos espaços culturais do estado. No período, muitos artistas eram presos e teatros fechados por militares.	São Paulo

048-03.022	Associação	Sindicato	Sindicato Motoristas e Condutores	Ao longo de sua história, o Sindicato dos Motoristas de São Paulo sofreu seis intervenções, de diferentes governos, com o intuito de cercear a liberdade de atuação da entidade. Três destas intervenções ocorreram durante a ditadura civil-militar, sendo a primeira delas logo após o golpe de 1964 – assim como ocorrera em outros sindicatos considerados combativos. Com a atuação do Sindicato, em atividades consideradas subversivas, em 1974 os militares promoveram uma intervenção repressiva, prendendo o presidente da categoria, Alcídio Boano e outros sindicalistas, sob acusação de serem comunistas. Todos foram levados ao DOI-Codi e submetidos a torturas.	São Paulo
049-04.02	Cemitério	Cemitério Clandestino	Rio Novo	Este rio, no interior de São Paulo, próximo a cidade de Avaré, foi transformado pelos agentes do Centro de Informações do Exército (CIE) em um cemitério clandestino para ocultação dos corpos de, pelo menos, oito militantes políticos do Partido Comunista Brasileiro (PCB), entre os anos de 1974 e 1975.	Avaré
050-04.001	Cemitério	Sem classificação especifica	Cemitério Campo Grande	Com a descoberta da Vala Clandestina de Perus na década de 90, em outros cemitérios da capital foram identificadas valas clandestinas com ossadas de desaparecidos políticos. Um deles foi o cemitério municipal Campo Grande. Lá foram enterrados como indigentes, entre outros, os militantes Emmanuel Bezerra dos Santos e Manoel Lisboa de Moura. O local de sepultamento só foi descoberto, através de pesquisas de familiares de vítimas a laudos necróticos, que apesar de ocultar informações relevantes a respeito da identificação dos militantes, trazia uma letra “T” que indicava aos agentes da repressão que se tratava de um terrorista.	São Paulo
051-04.001	Cemitério	Sem classificação especifica	Cemitério da Saudade	Com a intensa vigilância e repressão militar, sobretudo do Comando de Caça aos Comunistas, em 1968, os estudantes da USP de Franca decidiram realizar as eleições para a União Estadual dos Estudantes de São Paulo – UEE, no Cemitério da Saudade. Improvisaram a urna em uma caixa de sapato, e os estudantes iam sabendo aos poucos onde poderiam votar e se dirigiam ao cemitério da cidade.	Franca
052-04.001	Cemitério	Sem classificação especifica	Cemitério de Areia Branca	O Cemitério de Areia Branca é o único da cidade de Santos que faz sepultamentos de indigentes. Durante o período ditatorial, o corpo do militante político Eduardo Leite, popularmente conhecido como Bacuri, foi levado para o Gabinete de Medicina Legal – GML, que fica dentro do Cemitério Areia Branca. Os registros oficiais sobre sua morte foram forjados, cuja causa morte, teria sido motivada por uma suposta troca de tiros com a polícia do Guarujá. Bacuri foi barbaramente torturado e morto pelos militares no Forte dos Andradas no Guarujá.	Santos

053-04.001	Cemitério	Sem classificação especifica	Cemitério do Lageado	Há relatos que o cemitério recebeu corpos de presos políticos mortos pelo aparato repressivo para serem enterrados como indigentes durante o período ditatorial. Outros elementos da história deste cemitério cabem destaque: entre 1974 e 1985 o cemitério sofreu sete incêndios que apesar de terem sido registrados como de origem criminosa, não foram investigados. Em uma das ocorrências um funcionário do cemitério morreu carbonizado, salas de arquivos foram queimadas, perderam-se registros, listas de nomes de pessoas enterradas no cemitério, fotografias, documentos do Departamento de Cemitérios e do IML.	São Paulo
054-04.001	Cemitério	Sem classificação especifica	Cemitério Dom Bosco - Vala de Perus	Em 1990 familiares de mortos e desaparecidos políticos descobriram que no cemitério havia uma vala clandestina com corpos de muitas vítimas da repressão militar durante a ditadura. A conclusão se deu a partir de pesquisas nos arquivos do IML. Foram encontradas 1.049 ossadas, das quais apenas 14 foram identificadas, pertencentes a militantes políticos desaparecidos. O processo de identificação das ossadas segue em desenvolvimento até hoje, e foi construído no cemitério um monumento em homenagem às vítimas, marcando a existência da Vala Clandestina.	São Paulo
055-04.001	Cemitério	Sem classificação especifica	Cemitério Israelita do Butantã – Chevra Kadisha	Neste cemitério foi enterrado o jornalista Vladimir Herzog, morto sob tortura nas dependências do DOI-Codi. Sua morte foi anunciada pelo Exército como decorrente de suicídio por enforcamento com um cinto. O caso teve grande repercussão nacional e internacional, com divulgação fotográfica da cena montada pelos militares. Pela tradição judaica, os suicidas deveriam ser enterrados em uma área determinada no cemitério, com sepultamento rápido e sem o luto dos familiares. No Cemitério Chevra Kadisha, o rabino Henri Sobel e a família de Herzog promoveram uma cerimônia de sepultamento demorada e guardaram o luto, em direto enfrentamento aos militares, afirmando que o jornalista foi assassinado.	São Paulo
056-04.001	Cemitério	Sem classificação especifica	Cemitério Palhereiros	Assim como em outros cemitérios de São Paulo, há relatos da existência de uma vala clandestina que foi utilizada durante o período ditatorial para ocultação de vítimas da ditadura. A descoberta se deu durante a gestão do administrador Laércio Ezequiel dos Santos, que buscando localizar o espaço destinado às ossadas de indigentes exumadas no cemitério, que não possuíam qualquer registro oficial, encontrou um ossuário clandestino usado por mais de 30 anos.	São Paulo

057-04.001	Cemitério	Sem classificação especifica	Cemitério Vila Formosa	Inaugurado em 1949, foi considerado o maior cemitério da América Latina, sendo utilizado para ocultar corpos de desaparecidos políticos durante a ditadura. A partir de investigações iniciadas em 2010, foram identificados locais que sofreram reformas extraoficiais no cemitério, promovidas durante a década de 1970, alterando quadras, canteiros e ruas do cemitério. Nas valas comuns foram encontradas e recolhidas para perícia dezenas de ossadas que estavam sem qualquer identificação. Acredita-se que o Cemitério de Vila Formosa foi o destino de dez corpos de militantes mortos por agentes da ditadura, antes da construção do Cemitério Dom Bosco.	São Paulo
059-05.021	Centro Clandestino	Propriedade Rural	Fazenda "Boa Sorte"	A repressão militar durante a ditadura era institucionalizada, e desse processo, muitos documentos foram produzidos, mas nem todos encontrados e acessados no presente. A prática de esconder esse tipo de documentação no interior de São Paulo foi revelada por um cortador de cana que descobriu em 2009 documentos do DOPS numa casa abandonada na Fazenda Boa Sorte em Jaborandi. A fazenda, que recentemente teria sido reformada para abrigar um casal de moradores, era de propriedade do ex-delegado da Polícia Civil e ex-diretor do Deops, Tácito Pinheiro Machado. Os documentos lá encontrados atentam para a possibilidade de ter sido usado como um centro clandestino de repressão.	Jaborandi
060-05.021	Centro Clandestino	Propriedade Rural	Fazenda 31 de março de 1964	Cedida pelo empresário Joaquim Rodrigues Fagundes à repressão militar, a Fazenda 31 de março, assim denominada em homenagem a data do golpe militar, foi um centro clandestino da repressão. Sob a fachada de ser um centro de treinamento e de exercícios do Exército, no local, civis foram presos, torturados e assassinados sem nenhum registro oficial. Sabe-se de apenas um sobrevivente desse centro clandestino, o senhor Affonso Celso Nogueira Monteiro, que ficou preso no local em 1975.	Embu-Guaçú
061-05.021	Centro Clandestino	Propriedade Rural	Fazenda da Rodovia Castello Branco	Localizada a 30 quilômetros de São Paulo, a fazenda era de um amigo do major do exército André Leite Pereira Filho. A fazenda foi citada pelo sargento Marival Dias Chaves do Canto, em depoimento à revista Veja em 1992, como centro clandestino de repressão utilizado pelo Centro de Informações do Exército. Para a Fazenda foram levados pelo menos dois militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB): Orlando Bomfim Junior e José Montenegro de Lima.	Araçariguama

062-05.021	Centro Clandestino	Propriedade Rural	Sítio em Arujá (Fleury)	A Fazenda foi utilizada durante o período ditatorial como um centro clandestino de detenção e tortura de presos políticos, para obter informações e se antecipar ao Exército. Ficou conhecido como o "Sítio do Fleury em Arujá", e embora não haja comprovação de que o delegado Sérgio Paranhos Fleury tenha sido o proprietário do local, ficou comprovada a apropriação da fazenda pela equipe do mesmo por meio de depoimentos, de ex-presos, prestados à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP).	Arujá
063-05.001	Centro Clandestino	Sem classificação especifica	Casa da Mooca	A propriedade de Joaquim Rodrigues Fagundes, que foi colaborar da ditadura civil-militar, foi cedida para funcionar como centro clandestino de detenção e tortura. Entre os vários presos políticos que tiveram seus direitos violados nesta casa, o militante da ALN Eduardo Collen Leite, conhecido como Bacuri, ficou preso cladestinamente antes de ser levado ao Forte dos Andradas, no litoral de São Paulo, onde foi assassinado.	São Paulo
064-05.001	Centro Clandestino	Sem classificação especifica	Casa de Itapevi	O espaço que abrigou a Boate Querosene em Itapevi foi utilizada pelo Exército entre as décadas de 1960 e 1970, quando cedida por seu proprietário, se transformou em um centro clandestino de detenção e tortura. Nomeada pelos militares de Colina, a informação é de que ao menos oito militantes do PCB foram mantidos presos na casa.	Itapevi
065-05.001	Centro Clandestino	Sem classificação especifica	Centro de Treinamento - Casa no bairro do Ipiranga	O lugar foi utilizado de forma clandestina pelo Centro de Informações do Exército para se tornar o Centro de Treinamento para Agentes Infiltrados dos órgãos de repressão. Esses agentes eram conhecidos como "cachorros", antigos militantes que assinaram contratos com o Exército para atuarem como informantes nas organizações de esquerda. Muitos desses informantes foram cooptados após violentas sessões de tortura, mas outros se apresentaram espontaneamente, segundo o depoimento de alguns militares.	São Paulo
069-06.008	Centro Cultural	Estúdio	Estúdios da Vera Cruz	Dentre as diversas utilizações que os antigos Estúdios da Vera Cruz tiveram durante a ditadura civil-militar (1964-1985), destacam-se dois importantes eventos: "O show de maio" de 1979 e o Congresso de Fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 – ambos inseridos no contexto das greves metalúrgicas que sacudiram a região do ABC (São Bernardo, Santo André e São Caetano), principalmente, entre 1978 e 1980.	São Bernardo do Campo
070-06.014	Centro Cultural	Museu	Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo – MAC	O Museu de Arte Contemporânea da USP foi criado em 1963, priorizando o diálogo com a contemporaneidade, permitindo a expressão artística de forma livre e plena. No contexto da promoção das JAC's, exposições da "Jovem Arte Contemporânea", foram realizadas diversas exposições que questionavam o contexto político-cultural da época, por isso, logo entrou em conflito com as fortes censuras da ditadura civil-militar.	São Paulo

072-06.001	Centro Cultural	Sem classificação especifica	Centro Pastoral Vergueiro (CPV)	Fundando em 1973 o CPV apoiou e registrou a atuação de diversos movimentos sociais contra a ditadura, sobretudo as lutas da classe operária. A atuação política desencadeada pela organização se deu com a orientação da teologia da libertação, cuja preocupação principal foi a prática dos preceitos do cristianismo como luta contra as injustiças aproximando, assim, das ideologias de esquerda. Seus integrantes estiveram sob intensa vigilância dos órgãos de repressão, devido às suspeitas de atividades de caráter “subversivo”.	São Paulo
073-06.001	Centro Cultural	Sem classificação especifica	Instituto Cultural Israelita Brasileiro	Construído em homenagem às vitimas do holocausto, muitos dos organizadores e frequentadores do ICIB eram engajados nas lutas do povo brasileiro, assim como filiados e militantes de partidos políticos, em especial ao Partido Comunista Brasileiro. Foi um espaço de grande ativismo político e cultural, sobretudo nas décadas de 1950 e 1960. Além de ocultarem filhos de militantes políticos matriculados da escola com nomes falsos, tiveram diversos diretores do Instituto presos durante a ditadura civil-militar, por serem militantes do PCB. O local chegou a ser invadido em 1964 devido ao jornal produzido pelo ICIB.	São Paulo
074-06.001	Centro Cultural	Sem classificação especifica	Lira Paulistana	Criado no final dos anos 1970, o teatro Lira Paulista tornou-se um catalisador das artes em São Paulo, oferecendo uma diversidade de atividades culturais, como teatro, musica, dança e outras representações artísticas. Nesse cenário, teve uma atuação de resistência artística em relação à ditadura civil-militar em algumas de suas atividades culturais, com críticas ao regime vigente.	São Paulo
075-06.023	Centro Cultural	Teatro	Teatro Bandeirantes	Reinaugurado em 1974 o teatro passou a abrigar apresentações que reuniam os principais artistas da música popular brasileira. Estas apresentações foram importantes veículos de resistência cultural contra a Ditadura Civil Militar. Um dos shows de maior repercussão foi o *Falso Brilhante* de Elis Regina em 1975, que apresentava críticas contra os sistemas políticos ditatoriais da América Latina.	São Paulo
076-06.023	Centro Cultural	Teatro	Teatro Cacilda Becker	Dissidência do Teatro Brasileiro de Comédia, o espaço é marcado, entre outros, pelo engajamento da atriz Cacilda Becker na defesa da classe artística em períodos de intensa repressão política.	São Bernardo do Campo
077-06.023	Centro Cultural	Teatro	Teatro da Pontíficia Universidade Católica - TUCA	O TUCA tornou-se um importante palco dos acontecimentos tanto da história política quanto cultural do país. Buscava-se a reflexão, a crítica e a possibilidade de transformação social por meio da cultura e da arte. Os ingressos eram vendidos a preços populares, e a peça de estreia “Morte e Vida Severina” inaugurou não apenas uma nova estética teatral, mas também o espaço, que passou a ser o palco de inúmeras manifestações culturais e políticas de resistência contra o regime ditatorial.	São Paulo

079-06.023	Centro Cultural	Teatro	Teatro de Arena Eugênio Kusnet	Fundado em 1953, com o primeiro elenco profissional, a companhia estréia nos salões do MAM – Museu de Arte Moderna, torna-se o mais ativo disseminador da dramaturgia nacional que domina os palcos nos anos 1960, aglutinando expressivo contingente de artistas comprometidos com o teatro político e social.	São Paulo
080-06.023	Centro Cultural	Teatro	Teatro de Arena Teotônio Vilela	Localizado no Centro de Convivência Cultural de Campinas. Tornou-se o espaço de mobilização dos metalúrgicos em finais da década de 1970.	Campinas
081-06.023	Centro Cultural	Teatro	Teatro de Brasileiro de Comédia - TBC	O Teatro Brasileiro de Comédia (TBC) passou por várias fases e existiu como companhia estável, de 1948 a 1964, e foi um importante espaço, no que diz respeito as inovações da dramatúrgia nacional, abrindo espaço para outras experiências teatrais.	São Paulo
082-06.023	Centro Cultural	Teatro	Teatro Maria Della Costa	O Teatro Maria Della Costa abriu espaço para companhias fundadas por atrizes. A importância da criação dessas companhias de teatro fomentou a profissionalização das atrizes que participaram de movimentos de resistência contra a ditadura civil-militar e encabeçaram lutas contra a censura no teatro.	São Paulo
083-06.023	Centro Cultural	Teatro	Teatro Oficina	Nasceu em 1958, no Centro Acadêmico 11 de Agosto, com a intenção de fazer um novo teatro, aglutinando setores da música, do cinema e das artes plásticas. Influente e importante companhia ao longo dos anos 1960, transforma-se em grupo nos anos 1970, lançando o tropicalismo, dando impulso a um movimento estético coeso e de abrangência nacional.	São Paulo
084-06.023	Centro Cultural	Teatro	Teatro Paramount	Notabilizou-se por acolher os Festivais de Música Popular Brasileira transmitido pela TV Record, que foram importantes espaços de resistência cultural e política do país, na década de 1960.	São Paulo
086-06.023	Centro Cultural	Teatro	Teatro Ruth Escobar	Inaugurado em 1963, tendo um caráter de resistência política e cultural, teve como marco a peça "Roda Viva" (1968), de Chico Buarque de Holanda, com direção do tropicalista José Celso Martinez.	São Paulo
087-06.023	Centro Cultural	Teatro	Teatro São Pedro	Em 1968 foi alugado a Fernando Torres, Maurício e Beatriz Segall que promoveram a renovação do espaço, e visavam construir uma casa de cultura. Seu espaço foi amplamente utilizado à resistência cultural, apresentando peças que denunciavam as mazelas do Brasil.	São Paulo
088-06.023	Centro Cultural	Teatro	Teatro União e Olho Vivo	Fundado por Idibal Piveta, advogado de presos políticos, o espaço tornou-se um importante núcleo de resistência.	São Paulo
089-06.023	Centro Cultural	Teatro	Theatro Mvnicipal	Foi espaço de mobilizações, manifestações e atos de solidariedades ocorridos nas escadarias do teatro como o Ato do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial em 1978.	São Paulo
090-07.007	Centro Esportivo	Estádio	Estádio Cicero Pompeu de Toledo (Morumbi)	Palco da manisfestação pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita, durante partida entre os times Corinthias e Santos.	São Paulo

091-07.007	Centro Esportivo	Estádio	Estádio da Vila Euclides	Antigo estádio Presidente Arthur da Costa e Silva, conhecido como “Estádio da Vila Euclides”, abrigou diversas assembléias das greves do ABC em 1979 e 1980.	São Bernardo do Campo
092-07.007	Centro Esportivo	Estádio	Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho (Pacaembu)	Espaço de manifestações políticas organizado por torcidas de futebol.	São Paulo
094-08.016	Centro Médico	Órgão das Forças Armadas	Hospital Militar de Área de São Paulo - HMASP	O HMASP está diretamente subordinado à 2ª Região Militar do Comando Militar do Sudeste e atende aos militares da força terrestre, seus dependentes e servidores. Por sua vinculação militar, o hospital foi utilizado como cárcere para presos políticos que estavam enfermos.	São Paulo
095-08.020	Centro Médico	Presídio Político	Casa de Custódia e Tratamento Arnaldo Amado Ferreira de Taubaté	A Casa de Custódia e de Tratamento de Taubaté recebia presos inimputáveis ou semi-imputáveis, que não podem ser integralmente responsabilizados pelos crimes que cometeram ou nos quais estiveram envolvidos – em geral, menores e criminosos diagnosticados com algum tipo de transtorno mental. Ivan Akseruld de Seixas, ex-militante do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), foi um dos presos políticos detidos no lugar.	Taubaté
096-08.001	Centro Médico	Sem classificação especifica	Hospital Psiquiátrico do Juqueri e Manicômio Judiciário	É uma das mais antigas e maiores colônias psiquiátricas do Brasil, foi ultizado para abrigar presos politicos durante a ditadura civil-militar. Os internos e pacientes eram encaminhados ao complexo às pressas, identificados com um quadro clínico quase padronizado de “esquizofrenia paranóide”; sob esse argumento justificavam as internações em massa, característica do período da ditadura civil-militar.	Franco da Rocha
097-08.001	Centro Médico	Sem classificação especifica	Instituto Médico Legal – IML/SP	O Instituto Médico Legal subordinado à Superintendência da Polícia Técnico-Científica foi criado com o intuito de fornecer bases técnicas em Medicina Legal para o julgamento de causas criminais. Durante a ditadura civil-militar o IML atuou em colaboração com os órgãos da repressão militar, sobretudo por meio da produção de laudos necroscópicos e certidões de óbito que davam suporte científico e legal para as versões forjadas da morte de muitos militantes políticos.	São Paulo
099-09.011	Espaço Estudantil	Instituição de Ensino Básico	Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de São Paulo	Apresentava uma proposta experimental de educação. Com a ditadura, escolas e colégios que tinham propostas pedagógicas voltadas a formação crítica foram perseguidas pelo regime. Em 1969 o cólegio foi fechado sob alegação de subversão.	São Paulo
100-09.011	Espaço Estudantil	Instituição de Ensino Básico	Colégio e Escola Normal Antônio Raposo Tavares (Ceneart)	Criado em 1950, foi um importante espaço para o movimento estudantil e operário de Osasco, os quais culminaram na Greve de 1967, iniciada na Fábrica da Cobrasma.	Osasco

101-09.011	Espaço Estudantil	Instituição de Ensino Básico	Colégio Equipe	Constituído no final de 1968, inicialmente como curso preparatório para vestibular formado por professores saídos do Cursinho do Grêmio da Filosofia, da USP. Espaço privilegiado de ensino e resistência democrática nos anos de autoritarismo.	São Paulo
102-09.011	Espaço Estudantil	Instituição de Ensino Básico	Colégio Estadual Canadá	O Colégio Estadual Canadá se destacou como um importante centro educacional, dispondo de um ensino secundário que comportava mais de 5.000 alunos desde 1936. Atualmente, com 80 anos de existência, o Colégio é lembrado por sua importância no cenário educacional da Baixada Santista, e também pelas atividades culturais de resistência, promovidas pelos estudantes secundaristas contra o golpe militar instituído em 1964.	Santos
103-09.011	Espaço Estudantil	Instituição de Ensino Básico	Escola de Aplicação da Faculdade de Educação da USP	Criada em 1959, pertencia ao Centro Regional de Pesquisas Educacionais "Prof. Queiroz Filho", do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) do Ministério da Educação e Cultura (MEC) passando pela incorporação à Universidade de São Paulo em 1972.	São Paulo
105-09.011	Espaço Estudantil	Instituição de Ensino Básico	Escola Experimental da Lapa	Dona de uma proposta pedagógica inovadora a escola pôde atuar no desenvolvimento crítico dos seus alunos. Frente alguns ajustes quanto a sua pedagogia, não sofreu grandes intervenções do regime.	São Paulo
106-09.011	Espaço Estudantil	Instituição de Ensino Básico	Ginásio Vocacional Candido Portinari	Os Ginásios Vocacionais foram escolas pioneiras na rede pública de São Paulo nos anos 60. Os seis colégios vocacionais do Estado, que funcionaram de 1962 a 1969, continham proposta pedagógica revolucionária e foram extintos pelo governo militar, em 1969.	Batatais
107-09.011	Espaço Estudantil	Instituição de Ensino Básico	Ginásio Vocacional Chanceler Raul Fernandes	Em 1969, o Vocacional de Rio Claro foi invadido pelos militares por três vezes. E em dezembro daquele ano, no dia 12, todas as unidades dos Ginásios foram invadidas simultaneamente pelos militares. Educadores, alunos e pais foram presos e posteriormente, professores e educadores foram cassados e perseguidos pelo regime ditatorial.	Rio Claro
108-09.011	Espaço Estudantil	Instituição de Ensino Básico	Ginásio Vocacional de São Caetano do Sul "Vila de Santa Maria"	No Ginásio Vocacional de São Caetano um grupo novo passou a compor os quadros pedagógicos, e esses indivíduos tinham posicionamentos alinhados com as ideologias de esquerda. Isso teria se refletido nas propostas pedagógicas, se o Vocacional de São Caetano não tivesse sido invadido pelas forças repressoras, em dezembro de 1969. Em ação simultânea, o Exército invadiu as unidades dos Vocacionais, em São Paulo, os detidos foram encaminhados ao II Exército para prestar declarações.	São Caetano
109-09.011	Espaço Estudantil	Instituição de Ensino Básico	Ginásio Vocacional Embaixador Macedo Soares	Os Ginásios Vocacionais foram escolas pioneiras na rede pública de São Paulo nos anos 60. Os seis colégios vocacionais do Estado, que funcionaram de 1962 a 1969, continham proposta pedagógica revolucionária e foram extintos pelo governo militar, em 1969.	Barretos

110-09.011	Espaço Estudantil	Instituição de Ensino Básico	Ginásio Vocacional Oswaldo Aranha	Inaugurado em 1962, o *Oswaldo Aranha* foi palco de uma das primeiras crises que atingiram o Serviço de Ensino Vocacional do Estado de São Paulo durante o período ditatorial. O afastamento da professora Maria Nilde Mascellani da coordenação do programa, após ela se recusar a matricular um aluno indicado pelo Secretário de Educação, gerou a chamada “Crise de 65”.	São Paulo
111-09.011	Espaço Estudantil	Instituição de Ensino Básico	Ginásio Vocacional Papa João XXIII	Os Ginásios Vocacionais foram escolas pioneiras na rede pública de São Paulo nos anos 60. Os seis colégios vocacionais do Estado, que funcionaram de 1962 a 1969, continham proposta pedagógica revolucionária e foram extintos pelo governo militar, em 1969.	Americana
113-09.012	Espaço Estudantil	Instituição de Ensino Superior	Universidade de São Paulo	Os espaços da Cidade Universitária foram apropriados de inúmeras formas durante o regime militar, ações de resistência e de repressão estavam presentes na vida universitária. Nesse contexto, um aparato ideológico foi desenvolvido pelos altos setores para controlar e reprimir as formas de resistência a ditadura.	São Paulo
114-09.012	Espaço Estudantil	Instituição de Ensino Superior	Escola de Sociologia e Política – FESPSP	O golpe de 1964 viria ser um fator de desestabilização da escola. As escolas de Sociologia e Política e de Biblioteconomia passaram a ser frequentemente fechadas pela polícia política, e os alunos, perseguidos. Em 1981, a entidade mantenedora propôs o fechamento do curso de sociologia. Em resposta, os alunos ocuparam o prédio e nele permaneceram por dois meses.	São Paulo
115-09.012	Espaço Estudantil	Instituição de Ensino Superior	Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - Centro Acadêmico XI de Agosto	Espaço de mobilizações e lutas políticas contra a ditadura civil-militar. Considerado território livre até o recrudescimento dos órgãos de repressão.	São Paulo
116-09.012	Espaço Estudantil	Instituição de Ensino Superior	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCLF)	A faculdade foi vigiada pelos órgãos repressivos durante o período da ditadura civil-militar. Aconteceram alguns protestos como em razão da morte do estudante Edson Luis no RJ; a eleição para a UEE; e a formação de um grupo teatral de protesto o Tufra.	Franca
117-09.012	Espaço Estudantil	Instituição de Ensino Superior	Faculdade de Medicina - Universidade de São Paulo	Em 1977, alunos e funcionários da Faculdade de Medicina participaram de ato público em repúdio à ditadura civil-militar.	São Paulo
118-09.012	Espaço Estudantil	Instituição de Ensino Superior	Faculdade de Teologia da Universidade Metodista de São Paulo	Em 1967, a Faculdade de Teologia entrou em uma grave crise político-administrativa após o episódio em que Dom Helder Câmara, bispo católico engajado na Teologia da Libertação, foi convidado a ser o paraninfo dos formandos.	São Bernardo do Campo
119-09.012	Espaço Estudantil	Instituição de Ensino Superior	Fundação Getúlio Vargas	Chegou a ser invadida por membros do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e alguns alunos da fundação participaram de greves.	São Paulo
120-09.012	Espaço Estudantil	Instituição de Ensino Superior	Pátio dos Leões - PUC Campinas	Espaço serviu como pólo aglutinador de assembleias e manifestações estudantis contra a ditadura civil-militar.	Campinas

121-09.012	Espaço Estudantil	Instituição de Ensino Superior	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC	Localizada no bairro de Perdizes. A Universidade teve papel atuante na luta de resistência contra o regime militar. Seja através do seu corpo discente ou docente e das atividades realizadas ali.	São Paulo
122-09.012	Espaço Estudantil	Instituição de Ensino Superior	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	Em 1976, alunos realizaram plebicito referente à participação de representantes discentes em solenidade que receberia o presidente Ernesto Geisel em Campinas.	Campinas
123-09.012	Espaço Estudantil	Instituição de Ensino Superior	Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP)	Sediou, em conjunto com a Prefeitura Municipal de Piracicaba, o 32º Congresso da (UNE), em 1979.	Piracicaba
125-09.013	Espaço Estudantil	Moradia Estudantil	Conjunto Residencial dos estudantes da USP (CRUSP)	Projetado como conjunto residencial na Cidade Universitária para os estudantes da USP, só foi construído por razão dos Jogos Pan-Americanos de 1963. Após o encerramento da competição, passou a abrigar alunos da USP de fora da capital paulista, com o AI-5 o CRUSP foi invadido pelo Exército e cerca de 800 estudantes foram presos.	São Paulo
127-09.021	Espaço Estudantil	Propriedade Rural	Sítio Ibiúna	O Sítio Murundu, localizado no bairro dos Alves, na cidade de Ibiúna, sediou em 1968 o XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes, apesar da proibição dos militares. Em condições precárias de alimentação e descanso, mais de 700 estudantes de vários estados brasileiros foram presos por um forte aparato militar que interrompeu o congresso e reprimiu os estudantes. O lugar ficou marcado pela resistência política de estudantes, e da invasão e repressão militar a estudantes desarmados.	Ibiúna
128-10.005	Espaço Religioso	Entidade Leiga	Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade - TFP	Fundada em 1960, por Plinio Corrêa de Oliveira (1908-1995) contrário à reformas progressistas da Igreja Católica, ao comunismo e à reforma agrária, acreditava que estes eram problemas gerados por uma crise religiosa e moral e não política, social e econômica, e portanto, deveriam ser combatidos.	São Paulo
129-10.015	Espaço Religioso	Orfanato	Lar Santana	O espaço era disponibilizado para reuniões das Forças Armadas de Libertação Nacional, organização formada por estudantes, operários, intelectuais, camponeses e religiosos. Por ocasião destas reuniões, a madre superiora do orfanato, Maurina Borges da Silveira, foi presa e barbaramente torturada por agentes da repressão.	Ribeirão Preto
130-10.001	Espaço Religioso	Sem classificação especifica	Basílica de Nossa Senhora da Conceição e de Santa Ifigênia	Documentação do fundo Deops revelam a ocorrência de uma reunião dos integrantes da Movimento Popular de Libertação, na Básilica.	São Paulo
131-10.001	Espaço Religioso	Sem classificação especifica	Basílica Nossa Senhora da Penha	Em setembro de 1977, com a crescente tensão entre a Igreja e as autoridades, o ato reuniu 6 mil pessoas que participaram do Ato de Solidariedade aos Injustiçados e Oprimidos.	São Paulo

132-10.001	Espaço Religioso	Sem classificação especifica	Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Assunção de São Paulo - Catedral da Sé	A Catedral da Sé, localizada no coração da cidade, possui uma arquitetura em estilo neogótico, reconhecida como um dos cartões-postais da cidade. Durante o período militar, se destacou com atividades de resistência e denúncia aos crimes da ditadura, sendo uma extensão da Praça da Sé que reunia milhares de pessoas em passeatas contra a repressão militar. Do sagrado ao social, a Catedral apoiou civis perseguidos pelos militares e seus familiares em busca de informações.	São Paulo
133-10.001	Espaço Religioso	Sem classificação especifica	Convento Beneditino	Em 1967, o congresso da União Nacional dos Estudantes é abrigado no Convento dos Monges Beneditinos na cidade de Valinhos.	Vinhedo
134-10.001	Espaço Religioso	Sem classificação especifica	Convento Santo Alberto Magno - Convento dos Dominicanos	O convento Santo Alberto Magno, da ordem dos dominicanos, foi cenário de atos de resistência dos religiosos na luta pela democracia. Os Dominicanos se aproximaram da Ação Libertadora Nacional- ALN, acolhendo militantes perseguidos, ajudando civis nas fugas do país e em outros campos da organização. O convento chegou a ser invadido por militares em 1969, e alguns religiosos foram presos e torturados em centros de detenção.	São Paulo
135-10.001	Espaço Religioso	Sem classificação especifica	Igreja Batista de Vila Mariana	No local, houve uma tentativa de sequestro de Humberto de Souza Melo, comandante do II Exército em São Paulo, realizada por integrantes da Ação Libertadora Nacional (ALN) e do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), em 1971. A ação foi interrompida por agentes do DOI-Codi.	São Paulo
136-10.001	Espaço Religioso	Sem classificação especifica	Igreja Batista em Perdizes	Sob uma postura conservadora e amedrontada pela “ameaça comunista”, Enéas Tognini convocou membros da igreja batista em dois momentos simbólicos: o primeiro deles em 15 de novembro de 1963, quatro meses antes da destituição de João Goulart, o pastor anunciou o “Dia Nacional de Jejum e Oração pela Pátria”, data que ficou conhecida como uma marca da reação batista para que “Deus salvasse o País do perigo comunista” ; o segundo momento aconteceu em 21 de abril de 1964, 20 dias após a concretização do golpe, quando Enéas Tognini chamou os fiéis novamente para um dia nacional de oração e jejum em agradecimento pelo golpe.	São Paulo
137-10.001	Espaço Religioso	Sem classificação especifica	Igreja do Santíssimo Sacramento	Nesta igreja, em 25 de fevereiro de 1983, foi realizada uma missa solene em homenagem ao Dia de Assistência Religiosa do Exército. Celebrada pelo bispo castrense, Dom José Newton de Almeida Batista.	São Paulo
138-10.001	Espaço Religioso	Sem classificação especifica	Igreja Matriz de Santo Amaro	Abriu suas portas para proteger os trabalhadores reprimidos pela polícia em novembro de 79 durante a greve dos metalúrgicos.	São Paulo

139-10.001	Espaço Religioso	Sem classificação especifica	Igreja Matriz São Bernardo Campo – Paróquia Nossa Senhora da Boa Viagem	Teve um papel fundamental durante a greve dos metalúrgicos do ABC, em plena ditadura. Entre 1978 e 1980, ela apoiou a decisão dos trabalhadores de lutarem por melhores condições de vida e trabalho através da greve.	São Bernardo do Campo
140-10.001	Espaço Religioso	Sem classificação especifica	Igreja Metodista da Luz	Apesar de se tratar de um espaço religioso, existia uma vigilância contra possíveis atividades subversivas. Por ocasião disso, o estudante Anivaldo Pereira Padilha foi denunciado por superiores da Igreja e preso pelos agentes da repressão.	São Paulo
141-10.001	Espaço Religioso	Sem classificação especifica	Igreja Nossa Senhora da Consolação	Em 1976, houve a Missa de 7º dia na igreja da Consolação, em memória de Santo Dias operário assassinado nas dependências do DOI -Codi. O evento gerou uma grande comoção e participação da sociedade.	São Paulo
142-10.001	Espaço Religioso	Sem classificação especifica	Igreja Nossa Senhora da Paz	A igreja é conhecida, sobretudo, pelo trabalho desenvolvido junto aos migrantes.E por ter cedido seu espaço para as manifestações trabalhistas de finais da década de 1970.	São Paulo
143-10.001	Espaço Religioso	Sem classificação especifica	Igreja Nossa Senhora de Fátima	Com base em documentação do Fundo Deops, a Igreja abrigou o Ato Público de apoio a Greve de Fome e pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita.	São Paulo
144-10.001	Espaço Religioso	Sem classificação especifica	Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	Abrigou as assembléias de greve dos metalúrgicos de São Paulo em 1979, neste mesmo ano, ocorreu a invasão da capela pela polícia que atirou bombas de gás lacrimogêneo no interior da igreja que abrigava cerca de 300 pessoas.	São Paulo
146-10.001	Espaço Religioso	Sem classificação especifica	Igreja São João Batista do Brás	Abrigou as assembléias da greve dos motoristas, em 1979, quando o Sindicato – administrado por interventores – fechou as portas da sede para impedir a reunião da categoria; e também abrigou assembléias da greve dos vigilantes em agosto/79.	São Paulo
147-10.001	Espaço Religioso	Sem classificação especifica	Paróquia Nossa Senhora da Conceição	Inaugurada em 1954, o espaço paroquial tornou-se uma referência ao movimento dos trabalhadores de Osasco. Em 1968 a Paróquia foi invadida e centenas de pessoas presas.	Osasco
148-10.001	Espaço Religioso	Sem classificação especifica	Paróquia Nossa Senhora dos Pobres	Esta paróquia se destacou devido a atuação de padres com orientação progressista. Ali foram produzidos folhetos que denunciavam o caratér excludente do governo ditatorial.	São Paulo
150-11.001	Estabelecimento Comercial	Sem classificação especifica	Bar Bartolo (atual Zeppelin)	O bar, um antigo casarão, foi o circuíto obrigatório de intelectuais, jornalistas e artistas plásticos que combatiam/repudiavam a ditadura civil-militar.	São Paulo
151-11.001	Estabelecimento Comercial	Sem classificação especifica	Bar Redondo	Este estabelecimento era frequentado por artistas, estudantes, professores da USP e militantes políticos.	São Paulo

153-11.001	Estabelecimento Comercial	Sem classificação especifica	Grupo Dacala	A empresa de segurança privada Dacala pertenceu ao delegado aposentado do antigo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), David dos Santos Araujo. Ele foi acusado pelo Ministério Público Federal (MPF) de participar da tortura e do assassinato do ativista Joaquim Alencar de Seixas, em 1971.	São Paulo
154-11.001	Estabelecimento Comercial	Sem classificação especifica	Livraria Duas Cidades	A livraria serviu como um interposto de comunicação da ALN, mediado sobretudo pelos freis dominicanos que ali trabalhavam. O local esteve sempre vigiado durante a ditadura pelos agentes da repressão. Um ponto de taxi na frente da livraria, era a estratégia dos militares para vigiar os dominicanos e sua ligação com a ALN. Os supostos taxistas atendiam apenas suspeitos de atividades subversivas que tivessem passado na livraria.	São Paulo
155-11.001	Estabelecimento Comercial	Sem classificação especifica	Lojas Americanas	Chegaram a mostrar cartazes com fotos de desaparecidos políticos e por isso foram ameaçadas por agentes da repressão a serem alvos de atentados.	Ribeirão Preto
156-11.001	Estabelecimento Comercial	Sem classificação especifica	Restaurante Varella	No lugar ocorreu uma emboscada ao grupo da ALN, em que foram mortos os dirigentes: Iuri Xavier Pereira, Ana Maria Nacinovic e Marcos Nonato.	São Paulo
157-12.001	Fábrica	Sem classificação especifica	Fabrica da Cobrasma	Abrigou uma manifestação que desencadeou greves em diversas fábricas de São Paulo, 1968. Um dos estudantes envolvidos foi Zequinha Barreto.	Osasco
158-12.001	Fábrica	Sem classificação especifica	Fábrica da Scania	O movimento operário retornou a cena política a partir de maio de 1978. Após longos 10 anos sem direito a manifestações e greves no setor operário, funcionários de uma fábrica localizada no ABC paulista se articularam para desencadear a primeira grande greve pós 1968, que se espalhou pelas demais fábricas da região. A fábrica da Scania de origem sueca, instalada em São Bernardo, em 1962, foi o marco inicial das greves, que tomariam o cenário político de finais da década de 1970 e início de 1980.	São Bernardo do Campo
159-12.001	Fábrica	Sem classificação especifica	Fábrica Sylvania	Durante a greve geral dos metalúrgicos paulistas em 1979, no piquete realizado na porta da fábrica Sylvania, o operário Santo Dias foi assassinado pela polícia militar que reprimia o movimento. Com a confirmação da morte de Santo, milhares de pessoas saíram às ruas do centro de São Paulo, no dia 31 de outubro, para acompanhar o enterro e protestar contra a morte do líder operário.	São Paulo

160-12.001	Fábrica	Sem classificação especifica	Termomecânica São Paulo S.A.	Em 1942, empresário Salvador Arena (12/01/1915 - 28/01/1998) fundou a Termomecânica São Paulo S.A.. O empresário tornou-se um dos maiores e mais ricos empresários do país e nas as décadas de 50 e 60, procurou investir em mudanças no método de ensino brasileiro - suas sugestões foram todas negadas pelos Governos. Em 1989, fundou o Colégio Termomecânica baseado em seu projeto de ensino que desenvolveu na década de 1970. Embora seja descrito como um empresário inovador, no sentido de proporcionar aos trabalhadores da Termomecânica melhorias nas condições de trabalho, ele recebeu prêmios durante a ditadura civil-militar que levantam hipóteses de investigação sobre uma suposta colaboração com a repressão.	São Bernardo do Campo
161-13.009	Logradouro	Ferrovia	Estrada de Ferro Santos a Jundiaí	Em 1968, membros da organização clandestina ALN realizaram uma expropriação ao trem pagador, na região de Pirituba. A ação foi meticulosamente estudada e planejada por seus idealizadores, entre eles Raphael Martinelli e Francisco Gomes, importantes líderes sindicais ferroviários, e o próprio Marighella.	São Paulo
162-13.018	Logradouro	Parque	Parque do Ibirapuera	Em setembro de 1970, o Parque do Ibirapuera foi tomado pela resistência artística. Um picadeiro foi armado no espaço, centenas de pessoas se acomodavam para acompanhar a peça “O Evangelho Segundo Zebedeu”, baseado na história de Canudos.	São Paulo
163-13.019	Logradouro	Praça	Praça Barão do Rio Branco	No dia 21 de setembro de 1966, uma passeata de estudantes foi organizada nas ruas centrais da próspera cidade do interior paulista. Centenas de estudantes seguiram em direção a Praça Barão do Rio Branco, em frente ao Paço Municipal, com a intenção de promover um ato público organizado contra a ditadura, mas acabaram ocupando todo o centro da cidade, entoando palavras de ordem. Eles enfrentaram os policiais que tentavam impedir qualquer tipo de manifestação, atacando os estudantes, realizando espancamentos e prisões de forma arbitrária. A passeata foi um marco da mobilização do movimento estudantil em Ribeirão Preto.	Ribeirão Preto
164-13.019	Logradouro	Praça	Praça Benedito Calixto	Entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, agentes da repressão passaram a observar a movimentação na Praça Benedito Calixto, suspeitando da realização de reuniões do movimento estudantil, da circulação de panfletos e outros materiais críticos à ditadura, além de possíveis encontros de militantes pertencentes às organizações clandestinas.	São Paulo
165-13.019	Logradouro	Praça	Praça da República	Espaço de resistência, tanto por abrigar atos contra a ditadura civil-militar, quanto por serem parte do trajeto dos manifestantes até a Praça da Sé.	São Paulo

166-13.019	Logradouro	Praça	Praça da Sé	No centro da Capital de São Paulo, desde o início do século XX, tornou-se polo aglutinador de manifestações de massa, que encontraram ali espaço de reunião e protesto. Multidões se reuniram na praça reivindicando anistia, melhores condições de vida e eleições diretas para presidente.	São Paulo
167-13.019	Logradouro	Praça	Praça do Paço Municipal de São Bernardo do Campo	Palco de diversas assembléias das greves do ABC em 1979 e 1980.	São Bernardo do Campo
168-13.019	Logradouro	Praça	Praça Ramos de Azevedo	Localizada na região central de São Paulo, a Praça Ramos de Azevedo, em frente ao Theatro Mvnicipal, tornou-se no final da década de 1970, um local simbólico para os movimentos negros da cidade e do país.	São Paulo
169-13.019	Logradouro	Praça	Praça Visconde de Indaiatuba	Popularmente conhecida como Largo do Rosário. Em 1977, três mil pessoas se reuniram na praça para ouvir a leitura de uma carta aberta à população, a qual denunciava a prisão de estudantes e operários do ABC e a favor da anistia a presos políticos.	Campinas
170-13.001	Logradouro	Sem classificação especifica	Alameda Casa Branca	A rua ficou conhecida devido a emboscada arquitetada pelo delegado Fleury, que resultou no assassinato de Carlos Marighella. Recentemente atos de memória são realizados no local, como uma troca simbólica do nome do logradouro, para Alameda Carlos Marighella.	São Paulo
171-13.001	Logradouro	Sem classificação especifica	Avenida Angélica	A avenida foi palco de uma execução realizada pelos agentes da repressão. Um ex- agente do Deops, recentemente, confirmou a autoria do assassinato.	São Paulo
172-13.001	Logradouro	Sem classificação especifica	Avenida dos Autonomistas	Em 21 agosto de 1982, foi realizado desfile cívico- militar em homenagem à Semana do Exército, que se estendeu até o dia do soldado (25 de agosto).	Osasco
173-13.001	Logradouro	Sem classificação especifica	Avenida Leonardo da Vinci	Local em que possívelmente estaria sediada uma espécie de base militar, próximo ao bairro Jabaquara, zona sul da capital.	São Paulo
175-13.001	Logradouro	Sem classificação especifica	Largo de Pinheiros	Manifestação dos estudantes da USP ocorrida no dia 30 de março de 1977. Esta passeata partiu da Cidade Universitária até o largo, marcou a volta dos estudantes da USP as passeatas fora do campus.	São Paulo
176-13.001	Logradouro	Sem classificação especifica	Largo do Paissandu	Ato contra a violência e o racismo, em 1978. Mobilizados por meio do Movimento Negro Unificado (MNU), os manifestantes contestavam a ideologia da "democracia racial" disseminada pelo regime autoritário, como uma forma de mascarar a opressão racial decorrente das discriminações.	São Paulo

177-13.001	Logradouro	Sem classificação especifica	Largo do São Francisco	Palco de manifestações, onde foi lida a Carta aos Brasileiros, em agosto de 1977.	São Paulo
178-13.001	Logradouro	Sem classificação especifica	Largo Treze de Maio – Santo Amaro	O Largo 13 de Maio localiza-se no distrito de Santo Amaro e foi espaço de diversas manifestações em São Paulo, especialmente contra o exílio de brasileiros.	São Paulo
179-13.001	Logradouro	Sem classificação especifica	Rua Barão de Capanema	De acordo com depoimento de ex-militante da ALN foi o local de morte do empresário da Ultragás e apoiador do regime militar, Boilesen.	São Paulo
180-13.001	Logradouro	Sem classificação especifica	Rua Caçapava	Segundo depoimento de um ex-militante da ALN foi o local de morte por justiçamento de Marcio Toledo Leite, em março de 1971.	São Paulo
181-13.001	Logradouro	Sem classificação especifica	Rua Maria Antônia	A Rua Maria Antonia foi um espaço de mobilização estudantil nos anos 1960. Cravado no centro da cidade, em que estava simbolicamente inscrita uma das palavras de ordem de 1968: “Sejamos realistas, peçamos o impossível”.	São Paulo
182-13.001	Logradouro	Sem classificação especifica	Rua Petrópolis	Local de justiçamento do capitão da Força Aérea dos EUA, Charles Rodney Chandler em outubro de 1968	São Paulo
183-13.001	Logradouro	Sem classificação especifica	Vale do Anhangabau	Espaço de resistência, tanto por abrigar atos contra a ditadura quanto por serem parte do trajeto dos manifestantes até a Praça da Sé.	São Paulo
184-13.001	Logradouro	Sem classificação especifica	Vila Operária Maria Zélia	Projetada em forma de uma mini cidade. Em 1931, foi desativada e parcialmente transformada em Presídio Político pelo Estado Novo. Em 1970, o operário Olavo Hansen foi preso na Praça de Esportes.	São Paulo
185-14.010	Órgão de Comunicação Social	Gráfica	Publicações e Assistência Técnica Ltda (PAT)	Tornou-se a central de produção de jornais alternativos em SP. Responsável pela publicação de Opinião e Movimento.	São Paulo
186-14.001	Órgão de Comunicação Social	Sem classificação especifica	Editora Abril	Editora da Revista Veja e da Revista Realidade. "Em dezembro de 1969, a redação da Revista Veja foi desmotada após a publicação de duas reportagens referentes a tortura de presos políticos."	São Paulo
187-14.001	Órgão de Comunicação Social	Sem classificação especifica	Estação Transmissora da Rádio Nacional	Em agosto de 1969, Carlos Marighella chefiou um grupo que invadiu a estação da Rádio Nacional, em Piraporinha (SP).	Diadema
188-14.001	Órgão de Comunicação Social	Sem classificação especifica	Jornal Folha de São Paulo	Empresa colaboradora da ditadura civil-militar, disponibilizou carros de transporte de jornais aos órgãos da repressão e cederam a administração de um de seus periódicos, JT, aos membros da repressão militar.	São Paulo

189-14.001	Órgão de Comunicação Social	Sem classificação especifica	Jornal O Estado de São Paulo	No início da década de 80, agentes do serviço secreto da ditadura, contrários à redemocratização, praticaram atentados visando tumultuar e gerar retrocesso. Em 14 de novembro de 1983, aconteceu um desses atentados no estacionamento do prédio do jornal "Estadão".	São Paulo
191-14.001	Órgão de Comunicação Social	Sem classificação especifica	TV Record	Em 22 agosto de 1982, a TV Record televisionou e patrocinou o jogo amador, II Exército (2ªBG) vs. IV Comar, realizado no Estádio CMTC como parte das comemorações da Semana do Exército Brasileiro.	São Paulo
192-01.020	Aparato Repressivo	Presídio Político	Presídio Tiradentes	Inaugurado em 1852 foi criado para servir de depósito de escravos e para prisão de civis. Passou por inúmeras depredações e reformas até chegar a ser o Presídio Tiradentes. Com o golpe militar de 1964, foi utilizado para prisão de muitos perseguidos políticos que cumpriram pena no local. Estes presos realizaram muitas greves de fome por melhores condições de tratamento, organizaram oficinas de artesanato e apesar de presos, promoveram significativas ações de resistência à ditadura civil-militar.	São Paulo
193-15.004	Repartição Estrangeira	Consulado	Consulado dos EUA no Conjunto Nacional	Em março de 1968, militantes da ALN deixaram uma bomba diante da Embaixada dos EUA em São Paulo. A bomba atingiu 3 estudantes que passavam pelo local, um deles (Orlando Lovecchio Filho) teve que amputar parte da perna em decorrência dos ferimentos.	São Paulo
196-13.019	Logradouro	Praça	Praça XV de Novembro	Principal espaço de manifestação na cidade de Ribeirão Preto, abrigou diversos protestos organizados pelos militantes do PCB, ALN e FALN.	Ribeirão Preto
197-03.001	Associação	Sem classificação especifica	União Geral dos Trabalhadores (UGT) (Era Vargas)	Associação de trabalhadores fundada em 1925, "composta, principalmente, por trabalhadores anarco sindicalistas, comunistas e socialistas e mobilizou trabalhadores nas várias lutas que a nação brasileira empreendeu como: o fim da ditadura Vargas, O Petróleo é Nosso, a Reforma Agrária, a luta pela Paz, a organização de sindicatos, os movimentos sociais contra a carestia e tantas outras. Uniu, organizou e conscientizou os trabalhadores locais e da região, resistiu a um longo período de vigilância exercida pelos órgãos repressivos do Estado brasileiro, mas a partir do golpe militar de 1964 a UGT deixou de ser o centro de reflexão dos trabalhadores, dos estudantes e outros segmentos sociais e passou a ser um centro de diversão."	Ribeirão Preto
198-10.001	Espaço Religioso	Sem classificação especifica	Catedral Metropolitana de São Sebastião	Não sediou eventos específicos contra a ditadura, mas seus religiosos eram simpatizantes a luta contra a repressão militar, e proximos aos movimentos de resistência da cidade. Segundo uma das entrevistadas pelo Memorial da Resistência, muitos padres foram presos por causa dos sermões que proferiam na igreja contra a ditadura.	Ribeirão Preto

199-01.020	Aparato Repressivo	Presídio Político	Cadeião de Cravinhos	O local foi utilizado como centro de detenção e tortura pelos agentes da repressão. Sabe-se que no local ficaram detidas, Áurea Moretti e Madre Maurina Borges da Silveira após saírem do Quartel da Força Pública de Ribeirão Preto.	Cravinhos
200-09.012	Espaço Estudantil	Instituição de Ensino Superior	Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA)	Logo nos primeiros dias do golpe alguns alunos e professores foram presos e posteriormente desligados, no ano seguinte, em 1965, mais alguns alunos foram desligados da universidade por motivos de perseguição política.	São José dos Campos
201-09.012	Espaço Estudantil	Instituição de Ensino Superior	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília	Assim como em outras instituições universitárias, em Marília houve perseguição política aos que se opuseram ao regime. Em 1971, um grupo de alunos sofreu ameaça de expulsão por terem se recusado a prestar um exame, o fato gerou um processo que se enquadrou na lei de Segurança Nacional.	Marília
202-09.012	Espaço Estudantil	Instituição de Ensino Superior	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente	A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente sofreu perseguição política da repressão. Alguns professores se afastaram da instituição por conta da pressão de delatores. O movimento estudantil de Presidente Prudente se articulou ao movimento da USP para frente de oposição ao regime.	Presidente Prudente
203-13.019	Logradouro	Praça	Praça Alexandre Vannucchi	Praça nomeada com o nome do estudante de geologia, morto pela repressão. A homenagem se deu em 1978 durante o regime militar. Um inquérito policial foi aberto contra o vereador que levou a proposta a Câmara de Sorocoba.	Sorocaba
204-09.012	Espaço Estudantil	Instituição de Ensino Superior	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq)	Na Esalq professores do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas foram alvo de perseguição política devido ao teor de suas aulas, em que criticavam a repressão durante o regime militar, além de fazer a defesa da reforma agrária.	Piracicaba
205-09.012	Espaço Estudantil	Instituição de Ensino Superior	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto (FAFI)	A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto foi a primeira a sofrer intervenção militar, algumas horas após o golpe, a Faculdade foi tomada pela força policial. Professores, funcionários e alunos foram presos e levados a prestar depoimento.	São José do Rio Preto
206-03.001	Associação	Sem classificação especifica	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap)	Instituição cuja missão é a pesquisa e análise da realidade brasileira, teve como mentores intelectuais próximos as correntes ideológicas de esquerda, e por serem considerados pela repressão um lugar que difundia ideais subversivos, sofreu um atentado a bomba em 1976.	São Paulo

207-03.026	Associação	Entidade Religiosa	Pontifícia Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo	Criada em 1968, após a Reunião da Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a Comissão Justiça e Paz prestou apoio jurídico aos perseguidos políticos e defendeu os direitos humanos durante o período ditatorial. Atuou em duas frentes: uma era a de fornecer assistência às vítimas da repressão, enquanto que a outra era a de registrar os casos, reunindo dados que comprovassem as prisões, torturas e desaparecimentos forçados, com vistas à criação de manifestos e denúncias publicas, como estratégia de forçar o regime a cessar as práticas arbitrárias.	São Paulo
209-01.020	Aparato Repressivo	Presídio Político	Deops - Delegacia de Ordem Política e Social	A polícia política que atuou no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (1924-1983) tinha por pressuposto a vigilância, o controle e a repressão das manifestações político-sociais divergentes ao governo instituído, sobretudo nas duas ultimas ditaduras (Estado Novo e Civil-militar). No prédio, durante o período ditatorial iniciado em 1964, os presos políticos eram registrados e interrogados, sob sessões de tortura, e alguns assassinados. Atualmente abriga o Memorial da Resistência de São Paulo.	São Paulo

Processo n. 01037/2010

Interessado: Ivan Akselrud de Seixas e outros

Assunto: Solicita abertura de estudo de tombamento do edifício onde funcionou o DOI-CODI, II Exército, hoje 36ª Delegacia de Polícia, Rua Tutóia 921, Capital.

Campinas, 20 de março de 2012

Senhora presidente, senhores conselheiros,

Trata-se o presente de pedido de abertura de estudo de tombamento do edifício onde funcionou o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna, II Exército), atual 36ª Delegacia de Polícia, localizado na Rua Tutóia 921, Capital. O pedido é encaminhado pelo atual presidente do CONDEPE – Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; e apoiado por outras entidades como o Grupo Tortura Nunca Mais – São Paulo; o Fórum dos ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo; a Comissão de Familiares de Presos Políticos Mortos e Desaparecidos e o Núcleo de Preservação da Memória.

O pedido é acompanhado por materiais diversos dentre os quais uma cópia do livro *No centro da engrenagem* de Mariana Joffily (fls. 07 a 182 volume I) e o parecer técnico do UPPH elaborado a partir de uma visita dos técnicos à 36ª Delegacia de Polícia (volume II).

O dossiê técnico realizado pelo UPPH, que fundamenta e encaminha a favor da solicitação de abertura do processo de tombamento, é bastante detalhado. Traz um histórico explicativo sobre cada uma das entidades solicitantes bem como sobre o interessado Ivan Akselrud de Seixas, militante político dedicado a localizar o paradeiro de muitos que militaram contra a Ditadura Militar e cuja declaração autobiográfica consta das fls.208-213 (volume II). O parecer também avalia a atuação do CONDEPHAAT junto ao tombamento do DOPS e faz uma análise histórica e arquitetônica do bem em questão. O processo havia anteriormente sido enviado ao conselheiro Jon Andoni V. Maitrejean, que o devolveu sem relato devido ao término de seu mandato.

A partir do dossiê apresentado, e sobre o bem em questão, relato:

No DOI-CODI ocorreram os interrogatórios preliminares de suspeitos e presos políticos, a partir de onde eram encaminhados, os civis para o DOPS, e os militares para as suas respectivas corporações. A notável quantidade de documentos gerados por estes

interrogatórios preliminares, sem valor jurídico à época, viria a ser utilizada futuramente por pesquisadores para deslindar a atuação dos agentes da Operação Bandeirante e do DOI, e o funcionamento das engrenagens de que se serviam as Forças Militares na assim chamada luta contra o aparato subversivo. Até o ano de 1969, a repressão política coubera às Secretarias de Segurança Pública e aos DOPS de cada estado. Os CODIs foram instituídos a partir de 1970, dentro da lógica de que os DOIs eram órgãos de ação e os CODIs de planejamento. Os DOI-CODIs, de fato um conjunto dentro do aparelho de segurança nacional, eram diretamente subordinados ao Exército Federal; neles ocorriam, em nome da coleta de informações, as práticas de apreensão, interrogatório e tortura de suspeitos as quais, sob a situação de "urgência inadiável", davam-se de forma ininterrupta. Conforme observou Mariana Joffily, em seu estudo *No centro da engrenagem*, o sistema DOI-CODI deixou uma profunda marca na sociedade brasileira, ressaltando uma antiga tradição da polícia brasileira de sobrevalorizar o interrogatório e a confissão, não importa por que meios obtida, em detrimento de técnicas investigativas e das categorias da prova (à fl. 52 do processo, Tomo I). Com o objetivo de destruição das organizações de esquerda e combate aos partidos comunistas, as dependências da Rua Tutóia, que entre alguns oficiais eram chamadas de "casa da vovó" (sic), ficaram tristemente célebres pelas cenas de violência e arbitrariedade que abrigaram, dentro de um regime de exceção, gerando um total, segundo os dados da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, de 58 mortos em interrogatório dentre os quais 10 desaparecidos políticos.

O local, visitado pelos técnicos do UPPH, "pouco mantém das características originais em função de reformas sofridas" (parecer técnico, fl. 237) e não possui absolutamente nenhuma relevância arquitetônica, tendo ainda sido descaracterizado com a remoção das antigas celas e pelo seu uso atual como Delegacia de Polícia.

Que fique claro, assim, que este estudo de tombamento, se aqui aprovado, versa sobre um "lugar" definido de forma ampla e intensa, ou seja, um lugar histórico definido pelo vazio e pela aniquilação, o que implica lidar com a memória da dor e com a memória difícil, dentro dos esforços democráticos de nosso país. O Núcleo de Preservação da Memória Política, um dos signatários do apoio ao pedido de abertura de estudo de tombamento, é o membro institucional brasileiro da Coalizão Internacional de Museus de Consciência em Lugares Históricos" (fl 211), o que confere a dimensão de preservar, para as futuras gerações, locais de rememoração e conscientização.

Historicamente, outros locais sem nenhuma relevância arquitetônica, mas de altíssima relevância histórica e social foram preservados e transformados em museus ou memoriais.

Penso em especial na Escola Superior de Mecânica da Armada (ESMA) na Argentina, onde funcionou entre 1976 e 1983 o Centro Clandestino de Detenção responsável por cerca de 5000 torturados, mortos e desaparecidos argentinos e convertido em 2004 no Museo de la Memoria, com vistas a recordar a repressão e o terrorismo de estado e promover o respeito aos direitos humanos. No Brasil, o mesmo princípio de "direito à memória" esteve presente no tombamento do DOPS pelo CONDEPHAAT. O dossiê prévio, aliás, sugere que o DOI-CODI possa vir a ser transformado em local de visitação, aos moldes do antigo DOPS transformado em Memorial da Resistência.

Por outro lado, cabe lembrar que recentemente foi inaugurado, em Santiago do Chile, um importante edifício obra dos arquitetos brasileiros Mario Figueroa, Lucas Fehr e Carlos Dias (estúdio Américo) que abriga o Museo de la Memoria y los Derechos Humanos. Por meio de espaços museográficos minuciosamente estudados relembra-se, a partir de memórias, os 31 mil mortos, torturados e sequestrados durante o regime militar do ditador Augusto Pinochet (1973-1990) em um prédio especialmente concebido para isso.

Sabemos, como afirmou a UNESCO em 2002 ao incluir o campo de concentração e extermínio de Auschwitz-Birkenau na sua Lista Mundial, que o patrimônio não é apenas um relicário de testemunhos estéticos da atividade humana. Dentro das proporções que lhes cabem, tanto no caso da ESMA, do DOPS ou do museu chileno, assim como em tantos outros memoriais destinados a lembrar a barbárie, impera a necessidade de revisitar o passado, devolver dignidade às vítimas e às suas famílias, e, por meio de ações educativas, estimular a reflexão para que fatos como estes não mais se repitam.

Se ao DOI-CODI caberá a função de Memorial, e se para este fim o edifício deverá ser inscrito como patrimônio estadual, apenas um estudo de tombamento circunstanciado poderá responder. Se tombado, como se lidará com as alterações das funções atuais do edifício? O edifício será "restaurado" para chegar à aparência que possuía na época de seu uso para a repressão e a violência? Seu uso como Memorial será semelhante ao já existente DOPS?

Todas estas questões, de suma importância, lidam com uma ferida ainda aberta na história nacional. Meu parecer é favorável à abertura do estudo de tombamento.

Cristina Meneguello

A Assembleia Legislativa de São Paulo no golpe militar de 1964 e durante a ditadura

A intensificação dos preparativos para o golpe militar que, em março de 1964, instauraria a ditadura governante no Brasil pelas próximas duas décadas se deu em um contexto particularmente agitado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Em 15 de março de 1964 começaria na Casa a 2ª Sessão Legislativa da 5ª Legislatura (1963-1967)[1]. As articulações para a montagem da direção da Assembleia já traziam em seu bojo sintomas da situação política do país. Na primeira parte deste capítulo pretendemos abordar o comportamento dos deputados e a divisão de forças dentro na Casa no imediato pré-golpe, bem como nos primeiros dias de abril de 1964. Na segunda parte trataremos do impacto do advento do da ditadura na ALESP, bem como o papel assumido por esta durante o governo militar.

1. A Assembleia no imediato pré-golpe

No dia 12 de março, quando foi realizada a sessão preparatória dos trabalhos daquele ano, ocasião em que foram eleitos os membros da Mesa incumbida de dirigir política e administrativamente a Assembleia naquele ano.

Para a presidência foi reeleito o deputado Cyro de Albuquerque, do Partido Social Progressista (PSP), da base do governador Adhemar de Barros, com 71 votos. Para 1º secretário foi escolhido o deputado Oswaldo Santos Ferreiro, do Partido Republicano (PR) e, como 2º secretário, Oswaldo Rodrigues Martins, do Partido Social Trabalhista (PST). Ambos eram membros de partidos cuja maioria dos integrantes apoiavam o governo estadual na Assembleia.

[1] Os deputados estaduais eleitos em sete de outubro de 1962 assumiram seus mandatados em 15 de março de 1963, com previsão de término em 14 de março de 1967. Eram 115 parlamentares com a seguinte distribuição partidária no momento da eleição: Coligação PSD-PSP (20 deputados), Coligação PTN-MTR (19 deputados), Partido Republicano (13 deputados), Partido Trabalhista Brasileiro (12 deputados), Partido Democrata Cristão, União Democrática Nacional (11 deputados), Partido Social Trabalhista (10 deputados), Partido Rural Trabalhista (9 deputados), Partido de Representação Popular (7 deputados) e Partido Socialista Brasileiro (2 deputados). Cf.: BRASIL, Tribunal Superio Eleitoral. Dados Estatísticos: Eleições Federais e Estaduais - Quadros comparativos dos pleitos entre 1945 e 1963. v. 7. Brasilia. 1973. p. 205

Um dia após o famoso Comício da Guanabara, em 14 de março, um sábado, foi realizada a sessão de Instalação dos trabalhos da 2ª Sessão Legislativa da 5ª Legislatura da Assembleia paulista, que se prolongariam até janeiro do ano seguinte.

A fala de abertura o presidente da Casa, Cyro Albuquerque, já evidenciava o clima tenso em que o país vivia. Em aberta oposição ao presidente João Goulart, e, em repúdio ao comício da véspera, destacou "as ameaças ostensivas, já não veladas", entendia que determinavam a tomada de consciência, invocou "a epopeia de 1932, para animar a luta em defesa das liberdades".[2]

Após ver seus projetos serem sistematicamente barrados no Congresso Nacional, o presidente João Goulart adotou o que ficou conhecido como "estratégia de confronto", que consistia na mobilização de grandes massas em comícios pelo país, para forçar o Congresso a votar as reformas de base. O comício foi organizado com apoio da CGT, UNE e a Frente de Mobilização Popular (FMP), entidade que contava com a participação de membros do PCB e uma ala mais radical, controlada por Leonel Brizola. No comício, Jango anunciou as primeiras medidas que davam início à reforma agrária e à encampação de refinarias.

A posição assumida pelo presidente da Assembleia estava alinhada à do governador Adhemar de Barros, que não perdeu tempo, escolhendo a tradicional "Mensagem do governador", sempre apresentada na abertura dos trabalhos legislativos, para lançar campanha em “defesa da democracia”. Na peça, lida em plenário pelo 1º secretário, o governador lembrou que o documento tinha como principal objetivo tratar de questões administrativas, porém o grave panorama político, econômico e social do país, e seus reflexos no Estado, lhe permitiam uma manifestação política.

No texto, o governador denunciou a existência de "forças interessadas em criar na opinião pública um estado de perplexidade, que propiciem o êxito de ideias contrárias aos sentimentos do povo". Defendia a definição de atitudes e tendências, e uma intransigente defesa da democracia. Desde o final do ano anterior, já existia um movimento com esse objetivo, nos dias seguintes ganhou corpo na "rede da

[2] Todos aos discursos citados nesta primeira parte do capítulo foram extraídos dos registros fonográficos das Sessões da ALESP. Eles fazem parte do acervo da Divisão de Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Essa documentação encontra-se atualmente em fase de processamento técnico para sua disponibilização ao público. Advém disso a impossibilidade de uma referência mais precisa ao longo do texto.

democracia", que, com grande envolvimento da imprensa, mobilizava os grupos que se opunham ao presidente João Goulart e teve grande participação na organização Marcha da Família com Deus pela liberdade, realizada dias após.

Foi só na segunda feira, 16 de março, que os deputados de diferentes partidos puderam se manifestar sobre o Comício da Guanabara, ocorrido na sexta.

Saudando a manifestação, João Batista Botelho, do Movimento Trabalhista Renovador (MTR), pediu a palavra para congratular-se com o presidente que "baixou para falar com o povo", pela primeira vez. Comemorou o "Decreto da Supra" que desapropriava terras em volta de ferrovias, açudes e rios, iniciando a reforma agrária e a encampação das refinarias de petróleo. Convocou os deputados a mobilizar o povo, na cidade e nas fazendas, para o presidente ter condição de levar adiante as reformas.

Destacando que apresentava posição pessoal, o deputado Chopin Tavares de Lima classificou o discurso de João Goulart naquela concentração como o "mais importante depois da carta testamento de Getúlio Vargas". Estimou que a concentração reuniu 150 mil pessoas. Costábile Romano, líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) observou que o Brasil estava vivendo dentro de sua normalidade, qualificou a divulgação de notícias sobre a perturbação da ordem como "coisa de reacionário".

Os pronunciamentos condenando o evento foram em maior número. Conceição da Costa Neves, do Partido Social Democrático (PSD), afirmou que era amiga de Jango, tinha votado nele, mas se arrependera, classificou o comício da Guanabara como "concentração espúria", "desafio em praça pública, conclamando a baderna contra a família e a pátria". Entendia que Jango traíra Getúlio Vargas, por se tornar subserviente aos comunistas que o aprisionavam.

A deputada registrou que estaria ao lado de Adhemar de Barros, na luta pela democracia e as liberdades constitucionais. Invocou o MMDC e convocou as mulheres para comparecerem à "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", dia 19, dia de São José, o patrono da família universal, às 16h, na Praça da República. Concluindo, destacou que era hora de ação e enfatizou: "Se houver uma conspiração nesse Estado, para uma revolução, quero estar listada no primeiro momento".

Outro integrante do PSD, o deputado Pinheiro Júnior, endossou as posições da deputada, ressaltou a necessidade de dar respostas "às provocações". Para ele, era imperioso à Assembleia tomar posição na defesa da democracia e da liberdade. Apresentou requerimento propondo que o presidente da Assembleia, em contato com a União Parlamentar Interestadual, convidasse os presidentes de todas as assembleias do país a tomar posição e protestar contra esse "estado de coisas". A reunião da entidade deveria ser realizada na Capital de São Paulo, "para examinar problemas políticos, econômicos e sociais que conturbam a vida nacional" e para a criação de plano de ação conjunta dos parlamentares estaduais em defesa das instituições democráticas brasileiras e dos sagrados direitos do povo, seriamente ameaçados.

Para Pinheiro Júnior, a inquietação tomava conta da população brasileira, as correntes de opinião se extremavam e não se fazia possível o entendimento democrático, o impasse estava instalado. O requerimento prosperou e mais de uma dezena de assembleias enviaram representantes para reunião que se realizou em São Paulo, entre 8 e 9 de abril.

Paulo Planet Buarque (MTR) afirmava que era a favor das reformas de base, em tese. Mostrava desconfiança nos homens que dirigiam o país, achava que João Goulart tinha exacerbado suas posições no Comício da Guanabara: "O presidente deveria ser de todos (os brasileiros) e não manter ligações perigosas (com os comunistas)".

O presidente Cyro Albuquerque convocou uma reunião de líderes, para decidir sobre as medidas mais cabíveis para aquele momento. As reuniões de líderes seriam constantes e permitiam agrupar partidários de Adhemar de Barros e outros parlamentares opositores a João Goulart.

Cid Franco, líder do PSB (Partido Socialista Brasileiro), registrou que não participaria da reunião convocada por Cyro Albuquerque. Perguntava qual democracia se pretendia defender naquela reunião, a dos latifundiários e empresários ou a dos sem terra e trabalhadores, da qual era defensor. Entendia que, se as reformas de base não fossem aprovadas, o país seria mergulhado em uma guerra civil.

A posição de explícito apoio às iniciativas golpistas por parte do governador do estado se fazia sentir também por meio das ações das forças da repressão. Na

sessão do dia 17, as atenções estavam voltadas para a ação da polícia que, na noite da véspera, impedira a realização de palestra do ministro da Agricultura, o mineiro João Pinheiro Neto, então convidado pelos estudantes para tratar do polêmico "decreto da Supra", que iniciava a reforma agrária. Houve tumulto, agressões e tiros, sendo ferido um fotógrafo da revista Manchete. Deputados da esquerda e também de partidos conservadores repudiaram a ação da polícia, que contou com apoio do DOPS. Alguns parlamentares, como Paulo Nakandakare, responsabilizaram o governador Adhemar de Barros que, segundo eles, promovia "o obscurantismo e o confronto". A exceção foi o deputado Pinheiro Júnior, que classificou a vinda do ministro como provocação, "elemento de outro Estado que veio fermentar a agitação no país".

Mário Telles, do Partido Libertador (PL), trouxe novos argumentos contra a mensagem reformista enviada pelo presidente ao Congresso. Entendia que grande parte das propostas era exequível, que o país exigia ampla reestruturação. Entretanto, devia ser repudiada imediatamente, com toda a veemência, a delegação de poderes que sua excelência solicitava para promover o "esdrúxulo plebiscito" proposto para mudar a Constituição (conforme pregava Leonel Brizola). De acordo com Telles, a medida usurpava do Congresso a representação popular que foi legitimamente outorgada nas urnas. Se o Congresso era bom ou mau, se os que exerciam seus mandatos não representavam a vontade popular, o problema poderia ser resolvido nas próximas eleições.

Na defesa dos projetos presidenciais, Costábile Romano, do PTB, destacou que João Goulart mostrara firmeza ao enviar ao Congresso mensagem com teor democrático. No entanto, uma minoria de privilegiados impedia o progresso da nação e a justiça social, não permitia que as reformas caminhassem por meios pacíficos. Comparou as iniciativas reformistas de João Goulart a grandes momentos históricos, como a Independência, a Abolição e a Proclamação da República. Entendia que eram exigências históricas que se realizavam pacificamente, sem derramamento de sangue. Estava confiante: "Jango reformará o Brasil".

Carlos Kerlakian, da bancada do Partido de Representação Popular (PRP) também defendeu as reformas, dentro da Constituição. "São reformas preconizadas pelo povo, com espírito democrático, não com a foice e o martelo". Segundo o

parlamentar, o Congresso precisava despertar. Frisou que não existia no Brasil nenhum deputado contra as reformas de base.

As tradicionais divergências político partidárias constantemente se interpunham no debate. Israel Dias Novaes, da União Democrática Nacional (UDN), afirmou que a defesa da democracia às vezes "nos faz aceitar certas companhias", que normalmente não o faria. Referia-se à aliança momentânea com Adhemar de Barros. A aproximação não o impediu de criticar o governador, que, na véspera, foi à televisão e "com um rosário na mão, o exibiu impudicamente para iludir o povo crédulo de São Paulo". Por sua vez, César Arruda Castanho, também da UDN, contumaz opositor do governador, questionava a sua pretendida liderança à frente do movimento em defesa da democracia e da liberdade no Estado de São Paulo, argumentava que não tinha moral: "rouba o Estado para a sua caixinha", promove "negociações escabrosas". Lembrou ainda que o governador se aliou a Prestes e financiou o Partido Comunista, agora pretendia ser o líder do movimento anticomunista.

O Presidente Cyro Albuquerque interrompia constantemente os discursos de Arruda Castanho, solicitando que voltasse ao tema em discussão, determinava que não fossem taquigrafadas as referências injuriosas que o parlamentar fazia ao governador, tais como "fauno aposentado, leão da Metro aviltado".

Nos dias 17 e 18 debateu-se longamente projeto que tratava do Departamento de Águas e Esgotos (DAE) e a crise no abastecimento de água, que afetava mais de 45 municípios e a capital, cuja situação era descrita como calamitosa, em vários bairros, devido "à falta do precioso líquido". Outro tema que ocupou longamente a atenção dos deputados nos dias seguintes foi a inflação, que alcançava os 100%.

O grande tema no dia 20 de março e seguintes foi a Marcha da Família com Deus pela liberdade. Paulo Planet Buarque destacou o espetacular êxito da passeata e do comício, revivendo os grandes momentos cívicos do povo bandeirante. Para Salgot Castillon, líder da UDN, em hora de aflição e incertezas para as instituições democráticas, a brilhante manifestação de civismo realizada em ordem, mas com decisão, mostrava a repulsa ao governo inepto e pusilânime. Diogo Nomura (PR) exaltou a história de São Paulo e destacou que o povo, de várias classes sociais, compareceu espontaneamente para pedir um basta ao desrespeito,

ao desgoverno. Paulo Prado (UDN) observou que o povo compareceu em número maior que no comício do dia 13, sem dinheiro, sem dispositivo militar, realizou marcha espontânea, dando demonstração autêntica de que o brasileiro prefere a liberdade. Atacou a mensagem do presidente como demagógica, inconstitucional e inexequível. Pinheiro Júnior a classificou como um espetáculo de civismo, contra a ameaça que paira sobre a nossa Constituição. Destacou também o discurso do ex-presidente, Mal. Eurico Gaspar Dutra, que rompeu com o silêncio de anos e, em pronunciamento categórico, enfatizou que o momento era de gravidade e exigia a tomada de posição.

Mas não foram só aplausos para a marcha. Chopin Tavares de Lima apresentou manifesto da Ação Católica da Arquidiocese de São Paulo, observou que lutava pelas reformas estruturais do país conforme manifesto da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil de 30 de abril do ano anterior. Repudiou a exploração da fé, do sentimento do povo brasileiro, e a utilização política da religião criando um clima de divisão. Em outra intervenção destacou que nenhum deputado era contra as reformas, citou como exemplos os presidentes do Congresso, Auro de Moura Andrade e Ranieri Mazzilli. Murilo Sousa Reis ressaltou que a situação política nacional era tal que obrigava "os que são portadores de mandato público" a fazerem manifestação de seu modo de pensar.

Já no dia 23 de março, Conceição da Costa Neves, reproduzindo conversa que teve com políticos de várias partes do Brasil, em viagem que fez ao Rio de Janeiro, assinalou que ainda não se tinha ideia da grandeza do serviço que São Paulo prestou à nação, no dia 19, com a Marcha com Deus, que mudou o destino da nação, "contra o golpe, contra a desordem, a favor da liberdade e da democracia".

Em 24 de março, Mário Telles afirmava que o Congresso tinha a obrigação de apreciar as reformas apresentadas pelo presidente, mas discordava da promoção de mobilizações para pressionar os parlamentares. Fez longa explanação contra a proposta da realização do plebiscito para mudar a Constituição.

Paulo de Castro Prado entendia que as reformas apresentadas pelo presidente eram demagógicas: uma cortina de fumaça para enganar o povo. A Constituição permitia resolver os problemas, exemplificou com a proposta de revisão agrária apresentada pelo ex-governador de São Paulo Carvalho Pinto. Registrou que a "frente pela democracia" na Assembleia contava com o apoio de 13 partidos.

Criticou o avanço da propaganda comunista e destacou que o presidente estava alimentando a "cubanização" do Brasil, tese essa que era repetida por vários opositores a Jango.

Francisco Franco (PR) descreveu um quadro de agitação ambíguo. Observou que "se desconfia de tudo e de todos", das intenções e da palavra do presidente da República, do Congresso, dos partidos e dos deputados. Destacou a interferência do IBADE e do IPES nas eleições e também, a "ampla propaganda comunista subversiva que toma conta do país". Defendia a reforma agrária e até a mudança da Constituição, desde que fosse respeitada a propriedade privada. Questionava o pagamento das desapropriações com títulos públicos, que classificava como confisco, outra questão polêmica muito lembrada.

Já o deputado José Rosa Silva observou que, na "babel de ilações políticas", podia se escutar, de tantos políticos, que a queda do regime estava próxima, o que lhe causava grande desassossego.

Ainda no dia 24 de março, o deputado Mário Telles fez ataques às posições de Leonel Brizola e do PTB. Observou que o Comício do dia 13 “trouxe a inquietação para a nossa pátria, tinha o propósito de agitar o país e provocar uma revolução”. Acusava o PTB de ter dado guarida aos comunistas e abandonado a sua ideologia.

Já no dia 25, Conceição da Costa Neves voltou a criticar o comício do dia 13, "preparado pelos pelegos que pagaram diárias, além de transporte e acomodação". Lembrou das bandeiras com foice e martelo do PCB, e dos cartazes com frases como "Brizola não é parente", "se não for pela lei irá na marra"; "exigimos a legalização do Partido Comunista"; "fechamento do Congresso Nacional". Reiterou que Jango era prisioneiro dos comunistas, que queriam acabar com a República.

A defesa de Brizola coube a João Batista Botelho, que lembrou que na crise de 1961 ele mobilizou a sociedade para assegurar a legalidade e a posse de João Goulart. E completou: "Se a democracia estava de pé, devia-se a Leonel Brizola".

Costábile Romano mostrou-se indignado com os reacionários que acusavam os defensores das reformas de base de serem comunistas. Ironizando, perguntava aos reacionários se o arcebispo de São Paulo, Dom Carlos Carmelo, e o arcebispo de Recife, Dom Hélder Câmara eram comunistas.

Paulo Nakandakare citou a carta testamento de Getúlio Vargas para defender as reformas, entendia que "o homem não pode ser o lobo do homem", a paz, a concórdia, a concepção cristã de vida se estabeleceriam.

Em dia 30 de março, uma segunda-feira, o deputado José Lurtz Sabiá observou que a nação estava vivendo um momento difícil, em sobressalto, com ministros militares e governadores fazendo pronunciamentos. Apelou para o presidente que buscasse informações para esclarecer os deputados. Cyro Albuquerque informou que a presença de 73 parlamentares naquela sessão mostrava que todos estavam preocupados com a situação nacional e que mantinha contatos com autoridades.

O deputado Jayme Daige (PST) registrou que era um momento difícil: "quando a baderna se generaliza, quando o governo federal se vê diante de problemas sérios, sem que possamos saber o que vai acontecer no dia de amanhã".

Cid Franco foi à tribuna para ler carta que enviou ao presidente João Goulart na defesa do líder camponês Jofre Correia Neto, que há tempos estava preso no interior de São Paulo. Torturado, sem alimentação adequada e gravemente enfermo.

Ainda no começo da sessão, Carlos Kerlakian pediu a palavra para apresentar uma questão de ordem. "Em face da situação politicamente reinante no país, onde as notícias são de toda natureza, inclusive notícias que nos colocam em situação das mais desencontradas, visto originadas em Brasília e Rio de Janeiro, alarmantes, eu pediria, ouvidos os demais líderes, que se estabelecesse o regime de sessão permanente na Assembleia Legislativa de São Paulo", para que os deputados pudessem ficar atentos a todos os movimentos.

A resposta do presidente Cyro Albuquerque só seria dada na abertura da primeira sessão do dia 31 de março. O golpe já estava em andamento.

2. As reações ao golpe

Na abertura dos trabalhos da primeira sessão do dia 31 de março, às 14h, o presidente Cyro Albuquerque declarou que a Assembleia estava em regime de

"Sessão Permanente". Informou ter tomado conhecimento do manifesto que o Presidente do Senado, Auro de Moura Andrade endereçou ao povo brasileiro, fazendo um apelo às Forças Armadas para tomarem posição naquele momento. Defendendo que também a Assembleia deveria fazer um pronunciamento, Cyro convocou os líderes para uma reunião em seu gabinete.

Mais uma vez, Cid Franco informou que não participaria da reunião de líderes, porque não estava ao lado dos conservadores. Defendia as reformas e o Presidente João Goulart, em momento de politização dos oprimidos e também dos soldados. Foi imediatamente contraditado por Luciano Nogueira Filho e Conceição da Costa Neves, pois achavam que a politização do soldado era a mazurca. Criticaram a aproximação do Presidente da República com soldados e cabos, estimulando a quebra da hierarquia militar. O embate político e ideológico seria marcante nos dias seguintes.

Os deputados registraram a tensão daquele dia. José Rosa da Silva observou que "ninguém mais tem sossego, onde só se fala em golpe, em queda do regime democrático". Buscando explicações, observou que o presidente João Goulart era desrespeitado e criticado em tudo o que fazia, e injuriado! Indagava: “ora, se a toda hora confessa que deseja as reformas com respeito à Constituição, devia ser respeitado até o último dia de seu mandato”. As eleições resolveriam os impasses.

O deputado Lurtz Sabiá destacou que existia uma indústria de boatos: quartéis que se levantam, políticos que fazem depoimentos. Antônio Donato (PTB) atacou o reacionarismo "que não admite a marcha do desenvolvimento", blasfema, procura incompatibilizar o presidente. Avalone Júnior responsabilizou o Congresso pela intranquilidade, "era omisso, pois não apreciava as reformas". João Batista Botelho mostrava-se confiante, afirmava que todos poderiam ficar tranquilos, pois o povo estava na rua para manifestar apoio às reformas.

Conceição da Costa Neves pediu a palavra para informar que medidas drásticas tinham sido tomadas em dois grandes Estados, Rio de Janeiro e Minas Gerais: fecharam o comércio, as escolas, houve requisição de viaturas, gasolina e o fechamento das fronteiras com os outros estados. A sessão foi suspensa.

Já no dia 1º de abril, a uma hora da madrugada, a sessão foi reaberta. Justificou o presidente que, com as manifestações tranquilizadoras de diversas autoridades, estava assegurada à manutenção do regime democrático, da ordem e

da legalidade. Referia-se, entre outros, ao manifesto emitido pelo General Amaury Kruel, que foi o grande assunto daquela "noite de vigília".

Mário Telles, falando em nome do Partido Libertador, alertou que a nação brasileira estava mergulhada na mais profunda apreensão, poderia ocorrer luta e o derramamento de sangue de brasileiros. Saudou o General Amaury Kruel, que "veio a público manifestar-se, de forma autoritária, mas tranquila". Enfatizou que o manifesto não pretendia a deposição do Presidente, mas afastar dos sindicatos e associações militares elementos estranhos, que promoviam a desgraça e a miséria do país.

Luciano Nogueira (PSD) comemorou: "as denúncias que fazia constantemente na tribuna contra a insidiosa traição do comunismo não foram em vão". Como afirmara o Comandante em seu manifesto, o mal era a infiltração dos comunistas no governo. Paulo de Castro Prado, em nome da UDN, referendou a manifestação do Comandante do 2º Exército, “tranquilizando a todos, em comunicado enérgico, mas sereno”. Murilo de Sousa Reis (PTN) assinalou que o manifesto do General "trouxe esperança ao povo brasileiro".

Pedro Geraldo Costa, falando por delegação do Partido Social Trabalhista, entendia que o melhor caminho era a conciliação, para que “não houvesse sangue em nossa história”.

Antônio Morimoto, em nome do PRT, condenou a infiltração comunista que dizia se alastrar nos altos escalões do comando militar e da República e também saudou o manifesto. Orlando Lazetti, falando pelo PRP, manifestou alegria frente ao manifesto corajoso e tranquilizador. Blota Júnior exaltou "os militares que proclamaram a sua inquietação, contra os que pretendiam a sovietização da nação".

A única voz dissidente naquela noite, de Mendonça Falcão (PST), observou que manifestava a coragem de se posicionar a favor das reformas. Entendia que o golpe de Estado não resolveria, pois o país dependia da realização de reformas de suas estruturas arcaicas. Registrou que tinha sido comunista, mas não era mais. Repudiou o anticomunismo, ou a prisão de seus líderes. Defendia que o Comando Militar se definisse pela legalidade democrática. Não assinou o "manifesto da Assembleia" apoiando os militares, que seria publicado no dia seguinte, com a assinatura dos demais participantes daquela sessão.

Já em meio à madrugada, sem mais oradores inscritos, o vice-presidente Pedro Paschoal suspendeu os trabalhos registrando que a Assembleia continuava em Sessão Permanente.

Na sessão realizada já durante o dia 1º surgem os primeiros repúdios veementes ao golpe. João Batista Botelho (PTN) atacou a "rede da legalidade". Como podiam falar em legalidade, em democracia, quando estavam derrubando o governo eleito pela vontade soberana das urnas. Perguntava: "como esse parlamento pode se aquietar nessa hora? Temos que nos manifestar, nem que tenhamos que morrer em poucos instantes!" Ainda questionou os que defendiam a cassação de Jânio Quadros e João Goulart, perguntava: "que crime cometeram para serem cassados?"

Esmeraldo Tarquínio, invocando a morte de seu pai nas trincheiras da Revolução de 1932, negou que fosse comunista, mas não abria mão de seus princípios na defesa da liberdade e do povo. Comunicou que a cidade de Santos estava relativamente calma, mas três sindicatos tinham sido ocupados e uma rádio fora invadida. Defendia a socialização cristã do Brasil. Também repudiou a cassação de Jânio.

Paulo Nakandakare destacou: "os que dizem defender a democracia estão violando a democracia". Observou que os militares contrariavam o juramento que fizeram e violavam a Constituição, buscavam pela força das armas invalidar o voto do povo brasileiro.

Chopin Tavares (PDC) assinalou que "os mesmos que hoje temem pela democracia são os que pisoteiam a Constituição, são os contumazes golpeadores da democracia", enumerou as tentativas de golpes: 1954, 1955 e 1961. Argumentou: "sob o pretexto de que o Presidente queria fechar o Congresso procuram incompatibilizá-lo com a população brasileira e as Forças Armadas". "Bloqueiam as reformas, golpeando quem as defende". Criticou o IBADE e o IPES por "sustentarem os obscurantistas". Fez ainda severos ataques ao governador Adhemar de Barros.

José Lurtz Sabiá deixou um registro sobre o clima da situação indicando que o povo estaria totalmente apático: "o que é certo é que a nação está em um clima de apavoramento, a maioria não sabe o que está ocorrendo".

Amaral Gurgel (PSP) declarou ser antigo ademarista e fiel ao partido e seus princípios, mas em momento de definições, considerava-se voto vencido, não

defendia o afastamento de João Goulart, mas considerava que, afastados os comunistas, tratava-se de implementar as reformas de base.

Juvenal de Campos condenou aqueles que se insubordinaram contra a Constituição e as liberdades democráticas, fazia restrições a Goulart, mas lamentava a sua renúncia, "se é que aconteceu". Manifestou-se contra os que queriam a cassação de Jânio Quadros: "as forças ocultas já estão pondo as manguinhas de fora e só Deus poderá salvar essa nação". Araripe Serpa também defendeu Jânio Quadros.

Sólon Borges dos Reis registrou que parte da população comemorou a notícia da renúncia do presidente jogando papel picado do alto dos prédios. Perguntou ironicamente: quem tem acesso ao alto dos prédios?

Israel Dias Novaes (UDN) teceu críticas ao governador Adhemar de Barros, que mostrava euforia na TV e avocava para si a autoria dos fatos históricos que viviam, "como se fosse a encarnação do sentimento contrarrevolucionário". César Arruda Castanho ainda mostrava incerteza quanto ao desfecho dos acontecimentos: "João Goulart ainda não é o ex-presidente. Ele não renunciou e não foi deposto". Mais adiante observou: "a única forma (Constitucional) de tirar um presidente é através de impeachment". E concluiu: “é golpe!”

Camilo Aschar, líder da bancada da UDN e professor de direito fez longo discurso analisando juridicamente o que classificava como iniciativas irregulares e inconstitucionais de João Goulart. Concluiu que o presidente afrontava a Constituição, por isso, não defenderia o seu mandato.

Essa linha de argumentação, predominante antes do golpe, praticamente desapareceu depois de sua eclosão. Em consonância com o discurso dos militares, passou a prevalecer a tese do golpe contra a "comunização do governo", contra o assalto ao poder que preparavam os comunistas.

Conceição da Costa Neves responsabilizou Jânio Quadros, "o fujão", a UDN e João Goulart pela crise pela qual o país vivia e defendeu a cassação dos direitos políticos dos dois. Qualificou assessores de Jango como comunistas ou criptocomunistas.

Gilberto Siqueira Lopes (PSP) declarou que não era comunista, nem criptocomunista. Exaltou a participação de Adhemar de Barros nos acontecimentos, no que foi seguido por Domingos José Androvandi (UDN).

Archimedes Lammoglia leu memorando de vários prefeitos e políticos de cidades do interior paulista apoiando o Governador e o 2º Exército. "Estavam com a causa de São Paulo, estavam com a democracia".

Ubirajara Keutenedjian e Mantelli Neto também se manifestaram a favor do golpe contra os comunistas. Wilson Lapa observou que não se surpreendeu diante dos acontecimentos, esperava a eclosão há tempos, e manifestou "alegria incontida".

A tarde do dia 1º de abril foi de incertezas, antes do final da sessão chegaram notícias de que Jango estava em Brasília, que não tinha renunciado e que iria resistir. A sessão foi suspensa. Mais tarde, Cyro Albuquerque reabriu os trabalhos para atender requerimento apresentado pela deputada Conceição da Costa Neves que propunha a nomeação de duas comissões de representação para visitas ao General Amaury Kruel e ao Governador Adhemar de Barros. Todos os parlamentares escolhidos defendiam o golpe.

Já no dia dois de abril, diante da notícia de que o Congresso tinha empossado Ranieri Mazzilli na Presidência da República, deputados se sucederam na tribuna para saudar a ação dos militares. Mário Telles apoiou as Forças Armadas "em rebelião" contra o presidente, para afastar os comunistas que ocupavam postos importantes. Carlos Kerlakian destacou o "instante histórico da nação", para preservar a democracia, contra o totalitarismo.

Paulo Planet Buarque (MRT) atacou pronunciamento do então deputado federal Leonel Brizola, transmitidos pelas rádios Farroupilha e Gaúcha, pregando "sargentos de todo o país, prendam os seus generais, fuzilem-nos, tomem o poder, assumam o comando, para a transformação dessa nação num país nacionalista". Defendeu a "cassação de seu mandato, até o seu exílio".

Coube a João Batista Botelho contraditar, este perguntou: quem derrubou Washington Luiz em 1930 e Getúlio Vargas em 1945? E respondeu: foram seus comandados, seus oficiais. Mais adiante, ironizando, perguntou se a Constituição previa que pudesse ter dois presidentes, observou que João Goulart não renunciou, não morreu, não houve impeachment, por que deram posse a outro presidente? Como podiam falar em democracia, em legalidade?

Seguiram-se debates acalorados que produziram tumulto no plenário, a sessão foi suspensa.

Logo no início da primeira sessão do dia três de abril, a deputada Conceição da Costa Novas interpelou o presidente, pois os trabalhos de plenário não estavam sendo publicados no Diário Oficial como de hábito, fato que classificou como uma violência. O presidente respondeu que exercia o policiamento que lhe competia, pois "os ânimos se exacerbaram nas sessões passadas". Os trabalhos entre os dias um e três de abril nunca foram publicados, mas ficaram registrados nas gravações de plenário. Interessante notar que a faculdade de impedir o registro nas notas taquigráficas (e subsequente publicação) já era atribuída ao presidente da Casa. Como veremos a seguir, a ditadura ampliou o rol de motivos regimentalmente validos para tal ação, dando ao presidente poderes quase absolutos sobre o que se registrava e o que não se registrava da atividade parlamentar.

O dia três ficou marcado por série de denúncias. Francisco Franco registrou que "a polícia do Sr. Adhemar de Barros estava fechando e lacrando todos os sindicatos em Campinas". Tinham prendido funcionários, advogados e o deputado federal Ary Normanton, do Partido Social Progressista, todos contrários ao comunismo. A prisão do parlamentar foi objeto do protesto de uma dezena de deputados que pediam providências ao Presidente. Em decorrência, Cyro Albuquerque prorrogou a "Sessão Permanente" até a segunda feira.

Cid Franco perguntou ao presidente se tinha notícias sobre ameaça de prisão de Jânio Quadros. Roberto Cardoso Alves anunciou que a polícia já tinha uma lista de deputados que seriam presos: Chopin, Arruda Castanho, Batista Botelho e outros.

Antes do encerramento dos trabalhos do dia três de abril, Israel Dias Novaes fez um relato da visita que a comitiva de deputados fez, na véspera, ao General Amaury Kruel, para tratar do "movimento revolucionário". “O General afirmou que as Forças Armadas estavam atentas à evolução dos acontecimentos supervenientes, que estavam esperançosas ao mesmo tempo de que os civis (paisanos como se referiu), agissem com discernimento e bom senso, empregando a palavra, atuassem com juízo. Ele havia ferido um comportamento militar de decênios, quando deixara o quartel para ir defender a ordem que julgava comprometida por forças espúrias de nosso país, mas que os civis tivessem juízo, porque o Exército continuava atento a ver como os civis desenvolveriam os acontecimentos entregues a sua jurisdição (...)" Advertia que "ninguém inidôneo, que ninguém corrupto, que ninguém comprometido

fosse posto a frente do destino da República, porque o Exército poderia sair de novo dos quartéis." Concluindo o parlamentar destacou: "(...) esta advertência que trazemos, do ilustre comandante, que é também um padrão de soldado democrático de nosso país, advertência que não sabemos se tem endereço certo, mas no fundo da nossa consciência, sabemos que tem".

Na segunda feira, dia seis de abril, houve uma breve sessão, ocasião em que o presidente Cyro Albuquerque encerrou oficialmente a Sessão Permanente.

Em sete de abril, Cid Franco iniciou sua intervenção enfatizando que "O Espírito do Macartismo está solto pelo Brasil", e completou: "não deu resultado nem mesmo nos Estados Unidos". Protestou contra a polícia que invadiu a residência de José Gomes de Souza, suplente de deputado, presidente do sindicato dos metalúrgicos, em busca de documentos. Enfatizou que José Gomes não era comunista.

Paulo de Castro Prado destacou que estavam serenados os ânimos, após o triunfo das forças que resistiram a um plano de agitação do país. Começava a segunda grande batalha, "para que enfrentemos, por assim dizer, numa expressão de imagem, os inimigos de dentro de casa, (...)".

Onofre Gosuem protestou contra acusação de que era comunista veiculada pela "Rede da Legalidade". Indignado o parlamentar atribuía a calúnia a um jornalista, seu adversário político de Franca.

José Luiz Cembranelli, em longo discurso, comemorou o desmantelamento de dois focos com enorme quantidade de material subversivo em Taubaté.

Januário Mantelli Neto, após enaltecer as ações das Forças Armadas, anunciou que solicitava ao Congresso Nacional que considerasse o nome do General Amaury Kruel para vir a exercer a suprema direção do país.

Na sessão extraordinária do dia oito de abril, Conceição da Costa Neves observou que atravessavam momento "em que os rancores, os ódios pessoais, as perseguições, as vingancinhas, mesquinhas até, estão brotando de maneira vertiginosa, e a meu ver, até conspurcando a beleza dessa revolução". Fez apelo ao presidente da Assembleia em defesa do Prefeito de Americana, o ex-deputado Jairo Azevedo, que teve o mandato cassado pela câmara e foi preso, acusado de ser comunista. Achava que se tratava de perseguição, vingança, "isso não é democracia, é estado policial, estado policial quer dizer ditadura, estamos contra".

Paulo Prado saudou o triunfante movimento de expurgo dos comunistas e pregou uma devassa contra os maus democratas. Jaime Daige defendeu o extermínio de comunistas e ladrões do governo. José Maria Leal Costa Neves também radicalizou: defendia que fossem punidos todos os que apoiaram o governo de Jango.

Causou grande indignação no plenário, notícia veiculada pela "Rede da Liberdade", acusando o deputado Fernando Mauro de ser comunista. Quase todos os líderes partidários foram à tribuna prestar solidariedade ao parlamentar. Paulo Planet Buarque registrou o "abuso de autoridade de alguns comandantes". Carlos Kerlakian entendia que os abusos se generalizavam.

Diversos deputados voltaram a manifestar apoio aos militares. Segundo Fernando Mauro "os militares fizeram o que devem fazer, cumpriram o seu dever". Mauro Telles destacou o papel extraordinário das Forças Armadas, guardiã das nossas liberdades constitucionais e da democracia. Acreditava que restabelecida a ordem, os militares devolveriam o poder aos civis. Para Wilson Lapa o presidente (João Goulart) levava o país à bolchevização total, mas o golpe significava o fim do comunismo no Brasil.

Criticando "o governo passado", Mário Telles comentou programa de televisão com matéria que tratava de corrupção na Petrobrás. No mesmo sentido, Juvenal Juvêncio destacou que a Previdência fora tomada de assalto, os recursos arrecadados pelos trabalhadores serviam para pagar banquetes.

Depois do dia 3 de abril, os tradicionais e marcantes discursos sobre os acontecimentos políticos mais candentes do dia a dia tornaram-se raros, salvo quando era para exaltar "a revolução", na pauta dos trabalhos prevaleciam questões administrativas, regionais, o funcionalismo ou a inflação, essa mereceu a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, instalada em 10 de abril. Embora tenham feito referência ao primeiro Ato Institucional, de nove de abril, nenhum deputado fez qualquer comentário no dia seguinte. A minoria que se opunha ao golpe, já não discursava com tanta frequência, mas não abria mão de suas posições.

A Reunião dos Presidentes das Assembleias foi realizada em sessão extraordinária, em nove de abril. Na véspera houve uma reunião preparatória. Contou com presidentes ou representantes de mais de dez Estados. Ao final, foi

divulgado um Manifesto à Nação, saudando a nova ordem e o prosseguimento da "revolução", termo que passou a ser empregado pelos seus defensores.

Ainda no dia 10 de abril, discutiu-se longamente a convocação de sessões solenes para homenagear os líderes da "revolução". Ao final, foi definido que seriam realizadas cinco sessões solenes: a primeira, realizada uma semana após, para o General Amaury Kruel e posteriormente para os governadores Magalhães Pinto, Carlos Lacerda, Ney Braga e Adhemar de Barros.

Na época, foi adotada revista na porta da Assembleia.

Vinte e cinco deputados presentes na Assembleia em 31 de março de 1964 foram cassados (dentre os quais defensores de primeira hora do golpe), além de outros nove, eleitos em 1966, sempre pelos AI-1 ou AI-5. Em dezembro de 1969, a Assembleia foi fechada e só seria reaberta em junho de 1970. Mesmo após essa abertura, só voltou a funcionar como poder plenamente autônomo após a promulgação da Constituição de 1988.

Veremos na sequência a anatomia dessa subordinação da Casa às forças da ditadura, bem como o papel “validador” que ao Legislativo paulista foi dado desempenhar.

3. A Assembleia Legislativa de São Paulo durante a ditadura[3]

Consolidado o golpe militar a Assembleia Legislativa de São Paulo começou a ter seu dia a dia alterado em brevíssimo espaço de tempo. Como indicamos acima nos primeiros dias de abril de 1964 já circulavam notícias indicando a presença de deputados paulistas nas listas de cassação elaboradas pelos golpistas. O clima de medo fez inclusive com que deputados bastante atuantes no pré e imediato pós-golpe moderassem o tom e a frequência de suas falas.

O clima triunfante da “Revolução” que buscava, “com Deus”, salvar “a pátria e a família brasileiras” dos perigos do “comunismo internacional” pode ser bem sentido já no dia 23 de abril quando foi baixada, por parte da Mesa Diretora da Casa, a Resolução nº 512/64. Nela o regimento interno era alterado para exigir a invocação da “proteção de Deus” para a abertura das sessões.

[3] Além das pesquisas realizadas pela Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva para esse tópico seguimos de perto o detalhado levantamento realizado em CLEMENTE, Roberta. A evolução histórica das regras do jogo parlamentar em uma casa legislativa: O caso da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado em Administração. FGV. São Paulo, 2000.

Antes disso, em 9 de abril foi decretado o Ato Institucional (posteriormente numerado como Ato Institucional nº 1). Instrumento normativo que permitia aos golpistas rasgar a legalidade se travestindo em tintas legalistas, o Ato autorizava – entre outras arbitrariedades – a cassação de mandatos eletivos e a suspensão de direitos políticos como ato de ofício dos comandantes das forças armadas. Não havia para tanto a necessidade de processo legal ou formação de culpa.

Menos de dois meses depois da decretação do Ato Institucional, o comando da "Revolução" promoveu a cassação dos primeiros deputados paulistas com base nesse instrumento: Anselmo Farabulini Júnior (MTR), Cid Franco (PSB) e Gualberto Moreira (PRT) tiveram o seu mandato eletivo tomado em oito de junho de 1964.

Além de dispor sobre as cassações o Ato Institucional (que deveria vigorar até 31 de janeiro de 1966) também introduziu importantes – e aberrantes – mudanças na estrutura legislativa do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas. Nesse particular o ato alterava a constituição de 1946 dando o seguinte tratamento para a tramitação de proposituras legislativas:

> Art. 4º - O Presidente da República poderá enviar ao Congresso Nacional projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais deverão ser apreciados dentro de trinta (30) dias, a contar do seu recebimento na Câmara dos Deputados, e de igual prazo no Senado Federal; caso contrário, serão tidos como aprovados.
> Parágrafo único - O Presidente da República, se julgar urgente a medida, poderá solicitar que a apreciação do projeto se faça, em trinta (30) dias, em sessão conjunta do Congresso Nacional, na forma prevista neste artigo.
> Art. 5º - Caberá, privativamente, ao Presidente da República a iniciativa dos projetos de lei que criem ou aumentem a despesa pública; não serão admitidas, a esses projetos, em qualquer das Casas do Congresso Nacional, emendas que aumentem a despesa proposta pelo Presidente da República.[4]

Em similitude a esses dispositivos a constituição estadual também foi emendada em 1965. Assim como as eleições para presidente e vice-presidente da república a escolha do governador, vice-governador e deputados estaduais também se daria em três de outubro de 1965 (com previsão para que os eleitos assumissem seus mandatos em 31 de janeiro do ano subsequente).

Os deputados estaduais também perderam autonomia legislativa em diversos temas. O governador do estado ganhava competência exclusiva para propor leis que

[4] BRASIL. Ato Institucional nº 1. 1964.

versassem sobre a criação de cargos e funções públicas, aumento de despesas e fixação do efetivo da Força Pública (futura Polícia Militar).

Um dispositivo porém feria de morte a possibilidade de atuação da oposição ao regime no parlamento: era a aprovação de proposituras por decurso de prazo. Assim como no plano federal, os projetos de lei de iniciativa do Executivo estadual que não fossem definitivamente votados dentro do prazo legal (que no caso poderia variar entre 45 e 30 dias corridos) eram considerados aprovados pela Assembleia. Como aponta Roberta Clemente, "essas alterações deram ao Governador o poder de fixar a agenda e o ritmo dos trabalhos do Legislativo"[5].

Outro duro golpe foi desfechado no poder Legislativo no ano seguinte. Em 27 de outubro de 1965 foi editado o Ato Institucional nº 2. Além de reeditar dispositivos já contidos no primeiro Ato Institucional[6] esse instrumento autorizava o ditador ocupante da presidência da república a colocar em recesso o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas estaduais por tempo indeterminado. Nesse ínterim o Executivo poderia governar por meio de decretos-lei.

Além disso, em seu artigo 19 o ato excluía de apreciação judicial as cassações de mandatos eletivos de deputados, ocorridas a partir de 31 de março de 1964. Ainda no campo da representação política eram extintos todos os partidos políticos então existentes.

No dia 20 de novembro daquele mesmo ano o ditador-presidente, valendo-se do artigo 30 do AI-2 baixou o ato complementar nº 4. Verdadeiro exercício de prestidigitação jurídica o diploma legal não mencionava explicitamente a instituição do bipartidarismo. Todavia, o conjunto de exigências nele contidas inviabilizou até 1979 a formação de outros agrupamentos que não a ARENA (Partido oficial de sustentação do golpe) e o MDB (agrupamento de oposição tolerada).

Este ato introduzia ainda outra mudança de impacto nos Legislativos pelo país: em seu artigo 15 determinava que não seriam substituídos os senadores, deputados federais e estaduais e vereadores que tivessem seus mandatos cassados. Impedindo assim a entrada de suplentes a ditadura passava a contar com

[5] CLEMENTE, Roberta. A evolução histórica das regras do jogo parlamentar em uma casa legislativa: O caso da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Dissertação de Mestrado em Administração. FGV. São Paulo, 2000, p. 105.
[6] ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Bauru: Edusc, 2005, p. 110.

outro importante instrumento para alterar a configuração das bancadas e formar ou reforçar maiorias parlamentares.

Invocando novamente o argumento de moralização da vida pública, mais quatro parlamentares paulistas tiveram o seu mandato cassado em 1966: Ariovaldo Roscitto, Onofre Sebastião Gosuen, Oswaldo Gimenez e Nilson Ferreira da Costa. Curiosamente, todos pertencentes à ARENA. Fato esse que evidenciava que mesmo entre os que se perfilavam ao lado dos golpistas havia motivos para temer a autoridade draconiana daqueles que haviam se colocado no topo do autointitulado "processo revolucionário".

Depois de sofrer contundentes derrotas eleitorais em pelo menos 5 dos 11 estados que realizaram eleições em 1965, a ditadura abandonou definitivamente a máscara democrática e em 5 de fevereiro de 1966 editou o Ato Institucional nº 3, que acabou com as eleições diretas para os cargos de governador e vice-governador de estado, bem como dos prefeitos dos principais municípios brasileiros. Corolário disso foi a "eleição" de Abreu Sodré em 3 de setembro de 1966. Na verdade, o candidato da ditadura concorreu sozinho, em um pleito indireto diante de uma Assembleia Legislativa que reunia entusiastas do governo golpista e opositores sem qualquer possibilidade de efetivo enfrentamento.

No apagar das luzes do ano de 1966 o ditador-presidente da república publicou ainda o Ato Institucional nº 4, que lançava diretrizes para a elaboração de uma nova constituição. Sendo correto no uso das palavras, a própria ideia de elaboração pode ser descartada. Visando emprestar alguma legitimidade ao regime vigente os detentores do poder convocavam o congresso nacional para em pouco mais de quarenta dias endossar a proposta constitucional já montada pelo Executivo. O resultado foi a promulgação, em 24 de janeiro de 1967 da 1ª Constituição feita para respaldar a ditadura implantada poucos anos antes.

O estado de São Paulo, assim como todos os outros, foi obrigado pelo artigo 188 da nova Carta a reformar, dentro de um prazo de 60 dias, a sua Constituição Estadual para adequá-la às novas normas ali contidas, sob pena de ver incorporadas automaticamente todas as novas disposições.

Em 13 de maio de 1967 a Assembleia Legislativa, também pautada pelo Executivo estadual, aprovou a sua nova Constituição com significativas mudanças

em relação à anterior, aprovada em 1947 em um contexto de redemocratização do país e de reabertura da própria Assembleia Legislativa.

A primeira mudança de impacto foi a redução do número de deputados estaduais de 116 para 67. Tal advinha da limitação de um deputado para cada duzentos mil habitantes. Caso a população do estado superasse os 15 milhões de habitantes (o que equivaleria a 75 deputados) a proporção seria elevada para um deputado para cada quinhentos mil eleitores.

O funcionamento da Assembleia também se daria com um número menor de deputados presentes. Se antes se exigiam 39 deputados em plenário (um terço dos 116) agora a casa podia funcionar com a presença de apenas 17 parlamentares (um quarto dos 67).

A imunidade parlamentar também sofreria restrições. Pelo texto constitucional anterior eles somente poderiam ser processados mediante autorização do plenário da casa. Pelo texto atual duas importantes exceções eram abertas: em caso de flagrante delito a decisão ficava a cargo apenas do presidente, tendo esse até 48 horas para tomá-la. Para os demais pedidos a Assembleia teria 90 dias como prazo máximo de exame. Não havendo decisão depois desse período, a licença era considerada aprovada.

O novo texto também consagrava mudanças anteriormente implantadas. A perda de competência dos deputados para propor leis que dispusessem sobre matéria financeira era uma delas. Os parlamentares também não podiam apresentar emendas que gerassem aumento da despesa global de algum órgão ou projeto, ou ainda que modificassem o montante, a natureza ou o objetivo dos recursos. Desta forma a influência da Assembleia em assuntos financeiros ficava brutalmente reduzida.

A força do Executivo era sentida ainda pelo estabelecimento de rígidos prazos para a apreciação de proposituras legislativas: um projeto enviado pelo governador do estado deveria ser apreciado em no máximo 90 dias. Caso o Executivo indicasse que se tratava de propositura com tramitação em regime de urgência, o intervalo de tempo era reduzido para 40 dias. Em ambos os casos o projeto era considerado aprovado conforme o texto original se não tivesse sua apreciação completada dentro do prazo.

Como aponta Roberta Clemente comentando o dispositivo do "decurso de prazo":

> [...] o estabelecimento rígido de prazo para a Assembleia se manifestar dificultava a atuação da oposição: pouco tempo havia para a negociação, e a base de sustentação governista poderia simplesmente obstruir os trabalhos para alcançar seus objetivos[7].

Os textos constitucionais de 1967, tanto no plano federal quanto estadual, parecem não ter sido suficientes para a ditadura. Insatisfeita com a oposição que vinha sofrendo em diversos estados ela se serviu das novas disposições de força trazidas pelo Ato Institucional nº 5 (13 de dezembro de 1968) para decretar, em 7 de fevereiro de 1969, por meio do Ato Complementar nº 47, o recesso por tempo indeterminado das Assembleias Legislativas dos estados da Guanabara, Pernambuco, Rio de Janeiro, Sergipe e São Paulo. Os "consideranda" deste ato dão bem a medida de como a ditadura não se mostrava disposta a tolerar qualquer mínimo grau de oposição, assim como pretendia continuar mobilizando o discurso do combate à subversão e a corrupção como indulgências plenas para todos os seus atos:

> O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º e o artigo 9º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 e,
> Considerando que a Revolução Democrática Brasileira se baseou em princípios éticos fundamentais visando a, não apenas, combater à subversão e a corrupção, mas, também, a impor normas legais e morais a todos quantos integram quaisquer ramos dos Poderes Públicos;
> Considerando que, em determinados Estados, suas Assembléias Legislativas têm contrariado, até de modo ostensivo, aqueles princípios e a própria Constituição, usando abusivamente de direitos que não possuem, inclusive quanto a beneficiarem os seus membros com remuneração e vantagens indevidas, além de promoverem atos atentatórios à dignidade do mandante que o povo lhes outorgou;
> Considerando o que já foi apurado relativamente a determinados órgãos legislativos estaduais, resolve baixar o seguinte Ato Complementar:
> Art. 1º Nos termos do artigo 2º e seus parágrafos, no Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, fica decretado o recesso, a partir desta data, das Assembléias Legislativas dos Estados da Guanabara, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe.[8]

Durante o período de recesso da Assembleia, como rezava a nova Constituição Estadual, e tendo como base o procedimento análogo adotado pelas

[7] CLEMENTE. Op. cit. p. 112.
[8] BRASIL. Ato Complementar nº 47. 1969.

forças da ditadura em âmbito nacional, o governador Abreu Sodré editou a Emenda Constitucional nº 2, de 30 de outubro de 1969, apertando ainda mais a corda que já circundava o pescoço da Assembleia Legislativa.[9] Somente em 20 de maio de 1970, por ato do então ditador Emílio Médici, a ALESP foi reaberta.

No interregno em que a Casa esteve fechada a ditadura aproveitou para promover a cassação de nada menos do que 27 parlamentares, sendo 20 deles do MDB. Se tivermos em mente que o Ato Institucional nº 2 determinava que os deputados cassados não seriam substituídos é fácil notar como essa cassação em massa alterava substancialmente o quadro de forças dentro do parlamento.

Importante registrar ainda que até apoiadores de primeira hora do golpe foram cassados. Exemplo elucidativo disso é o caso de Maria Conceição da Costa Neves (MDB), tão lembrada no começo deste capítulo pelos seus inflamados discursos contra o presidente João Goulart. Além dela a lista dos cassados entre 1969 e 1970 é composta pelos seguintes parlamentares: Esmeraldo Soares Tarquínio de Campos Filho, Fernando Leite Perrone, Jacintho Figueira Júnior, José Marcondes Pereira, César Arruda Castanho, Chopin Tavares de Lima[10], Fernando Mauro Pires da Rocha, Galileu Bicudo, João Mendonça Falcão, Joaquim Jácome Formiga, José Molina Júnior, Jurandyr Paixão de Campos Freire, Juvenal de Campos, Oswaldo Rodrigues Martins, Paulo Nakandakare, Raul Schwinden, Fausto Tomaz de Lima, Leôncio Ferraz Júnior e Orlando Jurca, todos do MDB. Entre os partidários da ARENA as cassações atingiram os seguintes parlamentares: Francisco Franco, José Calil, Roberto Valle Rollemberg, Gilberto Geraldo Siqueira Lopes, Lucio Casanova Neto, Murillo Souza Reis e Nicola Avallone Júnior.

O cenário encontrado pelos parlamentares paulistas que sobreviveram a essa leva de cassações era ainda mais restritivo do que aquele existente antes do fechamento da Assembleia. O instituto da imunidade parlamentar tinha sido gravemente solapado, deixando de prevalecer nos casos de injúria, calúnia e difamação. Além disso, todos os crimes tipificados na Lei de Segurança Nacional também não encontravam resguardo no mandato parlamentar. Para se ter uma ideia, em caso de flagrante ou ainda de “perturbação da ordem pública”, o parlamentar poderia ser preso inclusive durante uma sessão.

---

[9] SAO PAULO (ESTADO). Assembleia Legislativa. Um Exercício de Democracia. Margarida Cintra Gordinho (org). São Paulo: Marca D’Água, 1991, p. 83.

[10] Sabendo de sua cassação iminente, Chopin Tavares renunciou ao mandato dias antes. Isso, contudo não impediu que seus direitos políticos fossem suspensos por dez anos.

Pelo novo texto constitucional os deputados perdiam a prerrogativa de fixar o efetivo das polícias civis (com o advento da ditadura eles já não podiam legislar sobre o efetivo das polícias militares).

A vida da oposição que restava também era dificultada pelo regime altamente presidencialista dentro da Casa. O presidente (sozinho ou em conjunto com a mesa diretora) tinha a prerrogativa de impedir a publicação de quaisquer pronunciamentos que, em seu julgamento, "contivessem ofensas às instituições nacionais, propaganda de guerra, subversão da ordem política e social". Também nessa linha só seriam encaminhados pedidos de informação ao governador estritamente relacionados à matéria sob análise dos deputados ou que estivesse incluída nas poucas atribuições de fiscalização ainda detidas pelos parlamentares.

Todo esse conjunto de limitações pode ser traduzido no número de proposituras legislativas que tramitaram pela Casa no período. Se na 5ª legislatura, iniciada em 1963, foram apresentados 7.089 projetos de lei, no período seguinte (6ª legislatura – 1967 a 1971) esse número caiu para apenas 1.729 projetos. Nas legislaturas posteriores (7ª legislatura – 1971 a 1975 e 8ª legislatura – 1975 a 1979) esse viés de queda se manteve, sendo registrados 1.661 e 1.202 projetos respectivamente.

Se a análise for feita pelo número de leis aprovadas, a conclusão será semelhante. Enquanto em 1964 pouco menos de 15% das leis aprovadas eram de autoria do governador, esse número saltou para 30% em 1971 e oscilou entre 65% e 55% entre os anos de 1972 e 1973.

Quando se analisa qualitativamente o nível das proposituras legislativas, também se observa a mudança. Até 1968 prevaleciam entre os requerimentos elaborados por deputados aqueles que solicitavam informações ao governador do estado. Após 1970 mais de 80% dos requerimentos apresentados propunham apenas votos de congratulação pelo aniversário de municípios paulistas.

Esse quadro motivou a seguinte conclusão da já citada Roberta Clemente:

> De 1970 a 1982, apesar de estar funcionando, a Assembléia de São Paulo poderia ser classificada como um parlamento de fachada. Sem qualquer poder, nem mesmo o de expressar desacordo com as instituições vigentes, sob pena de perda de mandato. À Assembléia cabia somente referendar as iniciativas do Chefe do Poder Executivo, sem poder para modificá-las, e o

> seu silêncio significava a aprovação da proposta original por decurso de prazo.[11]

Embora possamos endossar no essencial o julgamento da pesquisadora, é importante destacar que, mesmo impossibilitada de ações mais efetivas a oposição à ditadura desempenhou papel importante dentro do Legislativo paulista. Explica-se: em 1970 o MDB, face ao crescente fechamento do regime, optou por não participar das eleições parlamentares. Sendo assim, de 1971 ao início de 1975 a ARENA deteve ampla maioria dentro da Assembleia. Maioria essa que já existia desde o golpe.

Porém, em 1974, a postura das oposições foi diferente. Participando das eleições, elas contribuíram para que as mesmas adquirissem um caráter plebiscitário.[12] No julgamento das urnas a ditadura saiu derrotada e, a partir de 1975 o MDB detinha a maioria dos deputados. Estes evidentemente sofriam toda a sorte de limitações em suas atividades. Podiam, todavia, criar constrangimentos aos detentores do poder.

Tal linha de ação pode ser observada através da criação das Comissões Especiais de Inquérito (posteriormente denominadas de Comissões Parlamentares de Inquérito – CPI´s). Entre 1975 e 1981 foram levadas a cabo 51 investigações dessa natureza. Diversas dessas sobre tema particularmente incômodos ao governo. Como exemplo, podemos citar as seguintes: em 1975, Delegacias de Ensino, SABESP, Saneamento Básico, Uso da Máquina do Estado; em 1976, Custo de vida, Enchentes e novamente Máquina do Estado; em 1977, IAMSP, USP, Áreas Verdes, Hospital Psiquiátrico de Franco da Rocha, Secretaria de Relações do Trabalho, FEPASA, Departamento Hidroviário, Menor abandonado, Serviço Telefônico do Estado e Invasão da PUC; em 1978, Secretaria de Transportes e Departamento Aeroviário; em 1979, CETESB, Orçamento do Estado, Menores Carentes e Abandonados, Trabalhadores Rurais do Vale do Ribeira, Abuso de Poder Para Fins Político-partidários; em 1980, Caixa Econômica do Estado, Poluição de Cubatão e Violências na Freguesia do Ó; em 1981, Usinas Nucleares, Boias-frias e Acesso às Praias.

---

[11] CLEMENTE. Op. cit. p. 141.

[12] SAO PAULO (ESTADO). Assembleia Legislativa. Legislativo Paulista: Parlamentares, 1835-2011. Auro Augusto Caliman (coord). 4ª Edição. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2011, p. 131.

Embora na quase totalidade dos casos não fosse possível promover a responsabilização ou punição dos investigados, essas comissões tiveram o mérito de mobilizar ou servir como caixa de ressonância de importantes demandas da sociedade civil.

Conclusão

Assim como o Congresso Nacional, o parlamento paulista possuía quando do golpe uma plêiade de defensores da quebra da legalidade. Esses parlamentares foram bastante explícitos em acolher os perpetradores do arbítrio como "salvadores da democracia". Tal comportamento não impediu, contudo (antes facilitou) a derrocada do poder Legislativo frente à nova realidade.

Do mesmo modo que no plano federal a Assembleia Legislativa de São Paulo foi mantida funcionando durante grande parte da ditadura como forma de validação do sistema. O teatro parlamentar era necessário para emprestar um verniz de normalidade ao estado de exceção. Em uma conjuntura onde o Executivo podia governar – e governava – sem nenhum mecanismo de freios e contrapesos, a ALESP cumpriu com perfeição este triste papel.

As mudanças ocorridas a partir de 1975 não foram capazes de alterar esse quadro. No entanto, diversos parlamentares paulistas souberam se aproveitar das brechas existentes no sistema para usar a ALESP como um espaço de contestação possível da ditadura.

Relação de parlamentares cassados pela ditadura e respectiva data de cassação

1. Anselmo Farabulini Júnior (MTR) – 08/06/1964;
2. Cid Franco (PSB) – 08/06/1964;
3. Gualberto Moreira (PRT) – 08/06/1964;
4. Ariovaldo Roscitto (Roscitti) (Arena) – 04/07/1966;
5. Onofre Sebastião Gosuen (Arena) – 04/07/1966;
6. Oswaldo Gimenez (Arena) – 04/07/1966;

7. Nilson Ferreira da Costa (suplente) (ARENA) – 10/11/1966;
8. Esmeraldo Soares Tarquínio de Campos Filho (MDB) – 13/3/1969;
9. Fernando Leite Perrone (MDB) – 13/3/1969;
10. Jacintho Figueira Júnior (MDB) – 13/3/1969;
11. José Marcondes Pereira (MDB) – 13/3/1969;
12. César Arruda Castanho (MDB) – 29/4/1969;
13. Chopin Tavares de Lima (MDB)[13] – 29/4/1969;
14. Fernando Mauro Pires da Rocha (MDB) – 29/4/1969;
15. Francisco Franco (Arena) – 29/4/1969;
16. Galileu Bicudo (suplente) (MDB) – 29/4/1969;
17. João Mendonça Falcão (MDB) – 29/4/1969;
18. Joaquim Jacome Formiga (MDB) – 29/4/1969;
19. José Calil (Arena) – 29/4/1969;
20. José Molina Júnior (MDB) – 29/4/1969;
21. Jurandyr Paixão de Campos Freire (MDB) – 29/4/1969;
22. Juvenal de Campos (MDB) – 29/4/1969;
23. Oswaldo Rodrigues Martins (MDB) – 29/4/1969;
24. Paulo Nakandakare (MDB) – 29/4/1969;
25. Raul Schwinden (MDB) – 29/4/1969;
26. Roberto Valle Rollemberg (Arena) – 29/4/1969;
27. Fausto Tomaz de Lima (MDB) – 01/07/1969;
28. Gilberto Geraldo Siqueira Lopes (Arena) – 20/05/1970;
29. Leôncio Ferraz Júnior (MDB) – 20/05/1970;
30. Lúcio Casanova Neto (Arena) – 20/05/1970;
31. Maria Conceição da Costa Neves (MDB) – 20/05/1970;
32. Murilo Souza Reis (Arena) – 20/05/1970;
33. Nicola Avallone Júnior (Arena) – 20/05/1970;
34. Orlando Jurca (MDB) – 20/05/1970;
35. Nelson Fabiano Sobrinho (MDB) – 05/01/1976;
36. Leonel Júlio (MDB) – 03/12/1976

[13] O parlamentar renunciou ao mandato diante de sua eminente cassação. Isso, contudo não impediu que seus direitos políticos fossem suspensos por dez anos.

Recomendações

1. Que a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo promova a devolução simbólica dos mandatos de todos os deputados estaduais cassados pela ditadura.

2. Que seja feita a publicação, a partir dos registros fonográficos remanescentes, de todas as sessões realizadas pela Casa, mas não publicadas no Diário Oficial. Mesmo procedimento deve ser adotado para os discursos censurados.

3. Que as investigações realizadas pela Assembleia durante a ditadura sejam revistas visando a responsabilização, quando possível, dos investigados.

4. Que o regimento interno da Assembleia seja revisto no intuito de eliminar dispositivos sobreviventes do período ditatorial.